



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL



VOL. 1, N. 3, 2021



A obra “Cel José Pessoa”

Óleo sobre tela, com data presumida próxima do ano de 1938, quando do lançamento da pedra fundamental da Escola Militar de Rezende (grafia da época) – EMR; futura AMAN. O Pintor Georges Wambach, em uma alegoria, retrata o então Cel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que foi Comandante da Escola Militar do Realengo (período de 19/11/1930 a 28/04/1934) e o idealizador de construção e valores da nova escola.

Nota-se na pintura além do homenageado no posto de coronel, e da bandeira nacional; alguns símbolos criados: o Brasão d'Armas, o estandarte do Corpo de Cadetes, o portão monumental, e plantas do projeto da construção da EMR. Ao fundo de forma emblemática às Agulhas Negras, que por desejo do Marechal José Pessoa viria a ser o nome da academia.

O quadro por muitos anos, desde 1944, inauguração da EMR, esteve em ambiente interno; no gabinete do Comandante do Corpo de Cadetes e após a ampliação da AMAN, em 1988, com a construção do Conjunto Principal II – CP II, foi transferido para a pinacoteca do Museu Acadêmico “Biblioteca Marechal José Pessoa”, em sua terceira nave, próximo à passagem do Corredor Cultural, que interliga com as instalações de arquitetura mais moderna do CP II, conservando os novos espaços, entretanto, as linhas originais do projeto.

A pedra fundamental da EMR foi lançada pelo Presidente Getúlio Vargas em 23 de junho de 1938. A inauguração ocorreu em 1º de março de 1944, com o nome de Escola Militar de Rezende. Em 23 de abril de 1951 recebeu a designação de Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN.

O autor: Georges Wambach

Georges Wambach (01/10/1901, Antuérpia, Bélgica – 04/02/1965, Rio de Janeiro, RJ). Foi um pintor autodidata, desenhista e aquarelista belga radicado no Brasil. Era conhecido como o “Andarilho da Pintura” e obteve muito sucesso com suas aquarelas.

Sua formação artística foi a vivência do ambiente familiar, seu pai foi músico, a mãe, aquarelista, e um dos seus irmãos, desenhista. Viveu em Londres de 1914 a 1918 e posteriormente em Bruxelas, Bélgica, onde se estabeleceu já como pintor de algum sucesso no meio social de sua época.

Transferiu-se em 1935 para o Brasil, temperamento boêmio e andarilho contumaz, montou ateliê no Rio de Janeiro e fez constantes viagens pelo Brasil, tendo fixado em aquarelas e óleos paisagens de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Bahia, Amazonas, Acre, Pará etc.

Realizou individuais na Galerie da la Toison D'Or, Bruxelas (Bélgica, 1938), no Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (coletiva em 1939 e individual em 1942) e na Galeria Montparnasse, Rio de Janeiro (1945).

Retrata entre telas a óleo, aquarelas e bicos-de-pena, o seu temário em toda a sua amplitude. São principalmente paisagens brasileiras e impressões de viagens pelo Brasil, que evidenciavam o seu encanto pela luz e pelas cores. Nestas viagens, que cobriam grande parte do país, Wambach fazia aquarelas e desenhos, que lhe serviam para, de volta ao estúdio, realizar trabalhos definitivos em óleo sobre tela.

O quadro Cel José Pessoa é uma pintura original de Wambach, pouco conhecida pelos críticos de arte, não constando nos catálogos das obras do autor e em citações/teses de seus estudiosos.

A obra de arte está exposta na pinacoteca do Museu Acadêmico “Biblioteca Marechal José Pessoa”, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ e faz parte do roteiro de visitas daquele estabelecimento de ensino.

Georges Wambach nunca se esquecia de proclamar o seu amor ao Brasil. “Aqui tenho pintado bastante, dizia, e tenho sido compreendido, pois o sentimento artístico do brasileiro é apurado”. Wambach recebeu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Oficial, em 1956.



**REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL**

vol. 1, n. 3, 2021

Resende, RJ
2021

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História. Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Reencenação Histórica).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

1ª Edição

vol. 1, n. 3, 2021

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 02 | NÚMERO 03

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Com muita satisfação e elevada honra apresentamos o terceiro número da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em seu segundo ano de existência. A oração da AHIMTB é um farol e tem servido de inspiração e de determinação na pesquisa e estudo da história e na publicação dos trabalhos dos seus acadêmicos e de ilustres pesquisadores:

Oração da AHIMTB

“Pedimos a Deus que nos dê sabedoria para descobirmos as melhores lições e a verdade histórica, nas pesquisas e reflexões da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Coragem moral, vontade cultural, força, garra e determinação patriótica; para fazer com que a verdade histórica e as melhores lições, triunfem sobre as falsidades, deturpações, a indiferença e a ignorância.

Tudo para a maior glória e o desenvolvimento das forças terrestres do Brasil, no exercício o mais competente possível de suas missões constitucionais. Que assim seja”.

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1977, Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Vice-Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

A capa de nossa presente edição nos presenteia com um quadro pouco conhecido e visitado, de um grande artista, Georges Wamback, com alma brasileira, que retrata o insigne Marechal José Pessoa que por coincidência é o tema do primeiro artigo da presente edição.

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque,
O idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras
e de suas mais caras tradições.

Este artigo produzido pelo Cel Claudio Moreira Bento, fundador da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e seu Presidente de Honra; neste ano de 2021 completando 90 anos de idade e de profícuos serviços intelectuais, sintetiza de uma forma brilhante ao saudar o idealizador da AMAN, os seus diversos trabalhos produzidos ao longo dos anos e publicados em inúmeros livros, inclusos na bibliografia. Traça um paralelo da vida e obra, através das mais caras tradições e do ideário de criação das Agulhas Negras e da construção de Brasília.

Reúne fruto de pesquisas extensas nas mais diversa fontes primárias, textos, fotos, citações de renomados historiadores, publicações de jornais e de consagrados centros de documentação.

Caros leitores convido a leitura do artigo do Cel Bento e concito mais uma vez a leitura da profissão de fé do Marechal José Pessoa, exarada em um momento histórico, e que continua atual, para todos nós, brasileiros:

“Eu creio na vossa inteligência e na cultura que estais adquirindo nesta Academia; creio na vossa dedicação, na vossa fé nos destinos do Brasil; creio no vosso patriotismo, que há de renovar o Exército e leva-lo à posição de mantenedor da paz no nosso continente; creio na rija têmpera da vossa juventude, que tudo há de levar por diante num clima de honestidade, de pureza de caráter, de trabalho fecundo e de coragem cívica; creio na vitória de vossas armas e de vossos ideais; creio no vosso destino glorioso; creio no nosso Exército; creio na grandeza e na pujança da nossa Pátria”.

Linha do Tempo, crie uma para a Unidade Militar de sua preferência.

O Coronel Veterano Professor Secomandi apresenta de forma didática em seu artigo: “Linha do Tempo, crie uma para a Unidade Militar de sua preferência”, um roteiro simples e prático para os apaixonados no resgate, preservação e difusão dos fatos históricos; servindo com certeza, para qualquer tipo de organização, independente de pública ou privada, prestadora de serviço, industrial ou de outra natureza.

Utilizando as tecnologias disponíveis dos tempos atuais, incentiva as pessoas a pesquisar e a apresentar o fruto desse trabalho. Um dos grandes problemas de nosso país no presente é a falta de memória, conjugada com os arroubos do imediatismo. Em todos os segmentos da sociedade é raro encontrar uma instituição com esta

preocupação na preservação e difusão de seus fatos e autores. Temos poucos museus, poucos livros publicados, e escassos acervos e historiadores/pesquisadores de fontes primárias. “A sua linha do tempo” vai ao encontro desses objetivos, de forma lúdica, com “iconografia e pouca prosa”.

Nosso articulista continua firme em seus propósitos e atuante como Membro do Comitê Nacional / IPHAN (instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para a elaboração do dossiê sobre a candidatura de um conjunto de fortificações coloniais do Brasil, indicado para o Patrimônio Mundial pela UNESCO (Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura). E no Projeto Educação Patrimonial: fortes, fortalezas e integração nacional sob responsabilidade do autor desta comunicação, na qualidade de Coordenador na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

O Vale em Armas - A Revolução de 1932 um estudo.

O Prof. Júlio tem sido feliz e produtivo em suas pesquisas sobre a Revolução de 1932 e nos brinda com mais um precioso artigo que ocorreu em grande parte no território do Vale do Paraíba, exatamente nas terras de Resende/RJ, sua cidade natal, e municípios vizinhos. O trabalho tem o objetivo de chamar atenção para mais estudos sobre a Revolução e seus protagonistas em ação na região.

O Rio Paraíba do Sul, com comprimento de 1.137 km é um curso de água que banha os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Recebendo águas de afluentes bem definidos, das suas duas margens, provenientes da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira. O rio atravessa a conhecida região socioeconômica designada de Vale do Paraíba, sendo o rio mais importante do Estado do Rio de Janeiro.

Em termos de estratégia militar a microrregião geográfica apresentada pelo Prof. Júlio classificada como Médio Paraíba (hoje praticamente às margens da Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 19 de janeiro de 1951) possui importantes acidentes topográficos com o afunilamento entre as Serras e pontos de cota máxima, que caracterizam o vale, e no local definem as divisas entre os três estados da federação e das vias de acesso as suas capitais.

A leitura do texto é muito agradável, quase que um roteiro para um bom filme de guerra. Narra de forma simples o dia a dia das cidades envolvidas, das suas instituições como a Santa Casa, escolas, a população, bem como autoridades civis e militares. O uso da aviação e das modernas tecnologias recém incorporadas ao esforço de guerra; tudo muito bem ilustrado com fotografias da época.

Conclui exortando para o estudo da história e seus reflexos no futuro: “Por isto tudo devemos sempre ter olhares para o passado e lembrarmos de tudo o que passou e de todos aqueles que mesmo anonimamente participaram dos eventos que marcou e marcará a história do Vale do Paraíba e a Revolução de 1932”.

Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita e a Ilha da Redenção.

O Engenheiro, Tenente de Engenharia da Reserva do Exército Brasileiro, pes-

quisador e genealogista Luiz Alberto da Costa Fernandes em seu artigo homenageia o Patrono da Arma de Engenharia, o Ten Cel João Carlos de Vilagran Cabrita, narrando com detalhes a origem, sua trajetória como militar e sua morte trágica e heroica.

Face aos seus conhecimentos, as pesquisas realizadas em uma rica bibliografia, cita que o enfoque será o inverso: o foco serão os fatos e dados históricos e, secundariamente, alguns dados genealógicos.

A ocupação da Ilha da Redenção, os combates nos dias 9 e 10 de abril de 1866, foram as primeiras intervenções brasileiras em território paraguaio. Para enlutar tal vitória, na parte da tarde de 10 de abril, o Ten Cel Vilagran Cabrita estava preparando a parte da vitória a ser enviada ao Gen Osório, quando vem a falecer.

A leitura acurada do texto, as preciosas fotografias adicionadas, os esquemas e as táticas das batalhas descritas fornecem ao leitor uma real e precisa noção desse grande conflito das américas e a participação dos nossos heróis da Guerra do Paraguai. Sua homenagem a Vilagran Cabrita é coroada de êxito com a citação do General Aurélio de Lyra Tavares:

“Na verdade, nenhum título mais alto, nem condecoração mais rara poderia Vilagran Cabrita conquistar, como soldado e comandante do Batalhão de Engenheiros, do que a glorificação da vitória e da morte, no seu posto de combate, ao garantir às nossas forças a entrada no território inimigo. Foi o que ditou a escolha de seu nome para Patrono da Arma de Engenharia.”

General Plínio Pitaluga: trajetória, pensamentos e ações.

O Veterano Coronel de Engenharia Fernando dos Anjos Souza, Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, na linha de Pesquisa: “Fronteiras, identidades e representações”, atualmente residindo em Dourados, Mato Grosso do Sul nos apresenta um excelente artigo da vida e obra do Gen Plínio Pitaluga.

Exalta que “os pensamentos e ações do General Pitaluga, expostos neste artigo, revelam as virtudes inerentes aos militares, presentes nos veteranos e nos da ativa, e simbolizam o elo a unir aqueles que, ao longo do tempo, dedicam-se à carreira das Armas. As homenagens aqui relacionadas demonstram o reconhecimento do valor do General Plínio Pitaluga, as quais este pequeno texto almeja ser acrescentado”.

O autor inspirado pelos ambientes militares (Mato Grosso, unidades de cavalaria e II Guerra Mundial) e histórias conhecidas do Gen Pitaluga nos apresenta um texto rico de conteúdos e de valores de uma sociedade. Utilizou as notícias publicadas em jornais como fonte principal de pesquisa, acessíveis e digitalizadas na rede mundial de computadores e em arquivos de organizações militares do Exército Brasileiro.

A história se entrelaça, não resta dúvida, principalmente em relação a vida intensa do Gen Pitaluga. A leitura do artigo é uma viagem pelo século XX e a sua

presença nos principais acontecimentos do Brasil. Mais de um artigo dessa edição da Revista da AHIMTB possui ponto convergente com sua biografia. Desde Realengo quando foi Cadete do então Cel José Pessoa, ou desligado a bem da disciplina, e incluído como soldado, no 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, e participado em combate em Resende com a missão de impedir a progressão dos revoltosos constitucionalistas de 1932, integrando uma patrulha na divisa Rio-São Paulo.

Pitaluga é descrito por Sebastião Nery como “um homem de pouca conversa, cara de índio e uma audácia sem limites, que voltou da Itália, como a FEB, vestido de histórias de coragem e risco”.

Aos 86 anos, em 25 de agosto de 1996, Dia do Soldado – aniversário do Duque de Caxias; o General Pitaluga, herói da Força Expedicionária Brasileira tomou posse em cerimônia notável e concorrida na Academia de História Militar Terrestre do Brasil, presidida pelo Cel Bento e realizada no Auditório da Associação Educacional Dom Bosco - Resende/RJ. Como cita o autor neste artigo, o General Pitaluga em sua saudação de posse na AHIMTB relembrou “os tempos acadêmicos, o poeta e a convicção nos princípios democráticos”. Enfatizou “a necessidade de introduzir nas nossas Universidades o exemplo do que ocorre, em alguns países, a Cadeira sobre o estudo da Guerra, como fato social de maior expressão, para se conseguir o equilíbrio político, social e econômico entre as Nações, no afã de se conseguir a limitação ou mesmo a extinção dos conflitos bélicos, entre os povos.

O Estado Novo e seus benefícios ao Exército Brasileiro.

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB, composta por pesquisadores e historiadores sediados em centenas de rincões no Brasil e por este mundo afora; se encontra em júbilo (estado de imensa alegria, felicidade transbordante), neste momento em que apresenta o artigo do Veterano Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

O Cel Caminha é o Presidente da AHIMTB – Rio Grande do Sul, coirmã da AHIMTB – Resende/RJ e de outras sediadas nos estados da federação. Seja bem-vindo a Revista da AHIMTB, com sua produção literária, são os votos de todos os confrades da AHIMTB.

De forma didática, clara e encadeada o Cel Caminha apresenta os oito últimos anos do Governo do Presidente Vargas, até 1945; intitulado “Estado Novo”. Seu trabalho de pesquisa apresenta inovações importantes no Exército Brasileiro, inclusive na área educacional, implementadas nesse período.

O cenário enfrentado por Vargas, além do atraso socioeconômico em que se encontrava o Brasil, face as maiores economias industrializadas do mundo; foi a motivação e o enfrentamento às ameaças ideológicas utópicas do triunfo da Revolução Bolchevique, em outubro de 1917; significou o estabelecimento do primeiro governo socialista em um país. A importância desse fato foi enorme, já que a Rússia era uma das grandes potências da época. A queda do muro de Berlim, em 09 de novembro de 1989 é um marco simbólico, teoricamente, do fim da Guerra Fria e a extinção da bipolaridade mundial.

Apresenta fruto da pesquisa os diversos avanços e conquistas do Exército Brasileiro, de forma planejada, encadeada no rumo da atualização e modernização; acompanhando as rápidas transformações que sucederam no mundo nos primeiros 50 anos do século XX. Tanto nos aspectos de material, regulamentos, visão estratégica da força e principalmente em relação a formação e desenvolvimento educacional e profissional de seus quadros.

Dentre inúmeras citações de realizações neste campo da educação, a criação e a execução do projeto de construção do Marechal José Pessôa, da nova Escola Militar de Resende – AMAN, e sua inauguração em 1944, insere-se neste contexto.

Caminha cita de forma muito clara: “registre-se ainda, em tempo, que no campo da ideologia política, dois anos depois da Intentona de 1935, a ameaça comunista ainda era uma realidade ou, pelo menos, um pretexto”. “Este é o desideratum deste trabalho, ou seja, trazer, embora de maneira sucinta, a evolução material e doutrinária do Exército no período”, no Estado Novo, governo do Presidente Getulio Vargas.

O “Grande Jogo Global” entre os EUA, a FR e a RPC nas principais áreas de disputas geopolíticas atuais, possíveis releituras atualizadas de postulados estratégicos da Guerra Fria e a atual Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro.

O Tenente Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro Marcus Vinicius Ferreira dos Santos, neste ano de 2021, exercendo a função de Instrutor convidado da Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas de Honduras brinda os leitores da Revista da AHIMTB com preciosa análise da atual geopolítica mundial.

Passeia com maestria pela história, geografia e política dos principais países do mundo; indo ao passado, constatando o presente e projetando o futuro. Se detém com atenção no rápido período dos vinte anos recentes (do fatídico 11 de setembro de 2001 ao atualíssimo 11 de setembro de 2021), quando o “Grande Jogo Global” entre os Estados Unidos da América (EUA), a Federação Russa (FR) e a República Popular da China (RPC) sofreram um processo de interação em todas as expressões do poder.

O autor convida nossos leitores a uma leitura atenta do presente artigo que pretende analisar as interações entre estes três “global masters players”. “A releitura de postulados estratégicos da Guerra Fria clássica do século XX, não obstante, agora, atualizadas com base em intrincados diagramas que tornam as relações entre atores estatais globais, regionais e locais tão mais densa quanto maior a presença dos consortes não-estatais”.

Para os estudiosos e pesquisadores da política militar no nível nacional cita a atual Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro (DMT EB, 2019) (EB-20-MF-10.102) e sua interação com a complexa situação descrita. E ainda descreve metodologias utilizadas de análise como o ambiente “VUCA” e o emergente conceito de Multi-Domain Battle (MDB).

A história, a geopolítica, estão sendo construídas neste momento; não é uma teoria da conspiração; os fatos diários socioeconômicos que assistimos de forma intensiva nas mais modernas e diversificadas mídias, relacionam o Brasil, a nossa

América; e os demais continentes; intrinsicamente envolvidos e globalizados. São em si mesmo, causa e efeito.

O Cel Marcus Vinicius nos proporciona esta reflexão e conclui: “pode-se afirmar que o Grande Jogo Global representa a transição da Guerra Fria bipolar do século XX para a multipolar atual. Evidencia-se tal assertiva pela interação e coexistência entre as Eras Industrial com a do Conhecimento e Informação, observando-se a preponderância desta segunda”.

Boa leitura!

Antonio Carlos Simon Esteves



SUMÁRIO

MARECHAL JOSÉ PESSÔA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - 1885-1959 O Idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e de suas mais caras tradições <i>Cláudio Moreira Bento</i>	14
LINHA DO TEMPO: Crie uma para a Unidade Militar de sua preferência <i>Elcio Rogério Secomandi</i>	25
O VALE EM ARMAS: A revolução de 1932 um estudo <i>Júlio Cesar Fidelis Soares</i>	35
Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita e a Ilha da Redenção <i>Luiz Alberto da Costa Fernandes</i>	48
GENERAL PLÍNIO PITALUGA: TRAJETÓRIA, PENSAMENTOS E AÇÕES <i>Fernando dos Anjos Souza</i>	71
O ESTADO NOVO E SEUS BENEFÍCIOS AO EXÉRCITO BRASILEIRO <i>Luiz Ernani Caminha Giorgis</i>	96
O “GRANDE JOGO GLOBAL <i>Marcus Vinicius Ferreira dos Santos</i>	108

MARECHAL JOSÉ PESSÔA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - 1885-1959

O Idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e de suas mais caras tradições

Cláudio Moreira Bento¹



Resumo

O presente artigo científico tem como objetivo levar a efeito uma análise sucinta da atuação do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque tanto na área militar quanto na esfera pública do país. Para tal, foi realizado um estudo da sua atuação nas atividades militares, particularmente junto à Escola Militar do Realengo, início da sua caminhada para modificar o ensino militar, tendo como pilar os valores destacados pelo Duque de Caxias, patrono do Exército, a criação dos símbolos do cadete e a idealização da construção da Academia Militar das Agulhas Negras, que passou a ser concretizada a partir do terço final da década de 1930. Além disso, o Marechal

¹ Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Especialização em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras entre os anos de 1978 e 1981. Jornalista Honorário. Fundador e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Resende e ex-presidente e fundador da extinta FAHIMTB 1996-2019. Atual Presidente Emérito da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende- Marechal Mário Travassos.

José Pessôa, já na reserva, foi designado para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal no Planalto Central.

Palavras-chave: Formação militar. Planejamento. Construção. Academia Militar. Tradições. Capital Federal.

Abstract

This scientific article aims to carry out a succinct analysis of the work of Marshal José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque, both in the military and in the public sphere of the country. To this end, a study of its performance in military activities was carried out, particularly with the Military School of Realengo, beginning of its journey to modify military education, having as a pillar the values highlighted by Duque de Caxias, patron of the Army, the creation of symbols of the cadet and the idealization of the Construction of the Military Academy of Agulhas Negras, which started to be realized from the end third of the 1930s. In addition, Marshal José Pessôa, already in the reserve, was appointed to chair the Commission for the Location of the New Federal Capital in the Central Plateau.

Keywords: Military training. Planning. Construction. Military Academy. Traditions. Federal District.

1. Introdução

A história do Marechal José Pessôa foi assinalada por brilhantes momentos de liderança e de capacidade empreendedora. O mais importante, porém, foi o vivido no comando da Escola Militar do Realengo.

Sua destacada ação na Escola Militar do Realengo pode ser sintetizada pela sua atuação nas áreas patrimonial, cognitiva e afetiva. Na primeira, pela reestruturação do conjunto arquitetônico da Escola. Na segunda, pela criação de uma biblioteca e de melhoramentos nas instalações de ensino visando ao conforto e ao bem-estar de seus cadetes. Na área afetiva, dedicou-se a criar uma mística envolvendo o cadete aproximando-o das raízes, dos valores e das tradições cultuadas pelo Exército.

De acordo com o Cel Hiram Câmara, o então Coronel José Pessôa era dotado de uma motivação renovadora – contida na missão do novo comandante: “Formar oficiais para o Exército de um Brasil de Grandeza”, e na ordem do dia de 15 de janeiro de 1931, dia de sua assunção no Comando, que proferiu, com a mente e o espírito postos nos exemplos do Duque de Caxias: “Cadetes, vivamos, a partir desta data, a mentalidade de uma nova Escola, da nova Escola que vamos construir”! (CÂMARA, 1985, pág. 37).

O Cel José Pessôa trabalhou ainda, tenazmente, ao longo de seu comando e após o mesmo, no projeto de construção de uma nova Academia Militar na região de Resende-RJ, fato que veio a concretizar-se em meados da década de quarenta.

O Marechal José Pessôa, já na reserva, foi designado para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal no Planalto Central.

Após a homologação da proposta, entre os rios Preto e Descoberto, foi constituída uma nova comissão, a de Planejamento e Mudança da Capital Federal, também, sob a chefia do Marechal, que passou a realizar os levantamentos topográficos e geológicos da área, bem como o estudo das rodovias de acesso com base na malha já existente e a ferrovia, que permitiria a realização dos transportes de carga com maior economia. A seguir, orientou o planejamento de ocupação dos espaços adjacentes, que se tornaram as cidades satélites, e a organização do primeiro Plano Piloto da Capital Federal, organizado pelos arquitetos Raul Penna Firme e Roberto Lacombe e pelo engenheiro José de Oliveira Reis.

A atuação do Marechal José Pessôa foi decisiva para a implantação da nossa Capital Federal em Brasília.

Assim, o presente artigo tem por finalidade destacar a atuação do Marechal José Pessôa, tanto na sua atuação na área militar quanto na esfera pública em benefício do País.

2. Desenvolvimento

O Marechal José Pessôa nasceu em Cabaceiras, na Paraíba, em 12 de setembro de 1885. É um dos nove filhos de Cândido Clementino e Maria Pessôa Cavalcanti de Albuquerque.

Embora pouco se saiba sobre sua infância, pode-se destacar que realizou os primeiros estudos na capital do estado, quando ainda se chamava “Parahyba”, hoje, João Pessôa, em homenagem ao seu irmão assassinado pouco antes da Revolução de 1930. Seu curso secundário foi efetuado no Colégio Nacional, depois denominado Dom Pedro II, como aluno interno. Assentou praça em 1903 no 2º Batalhão de Infantaria em Recife.

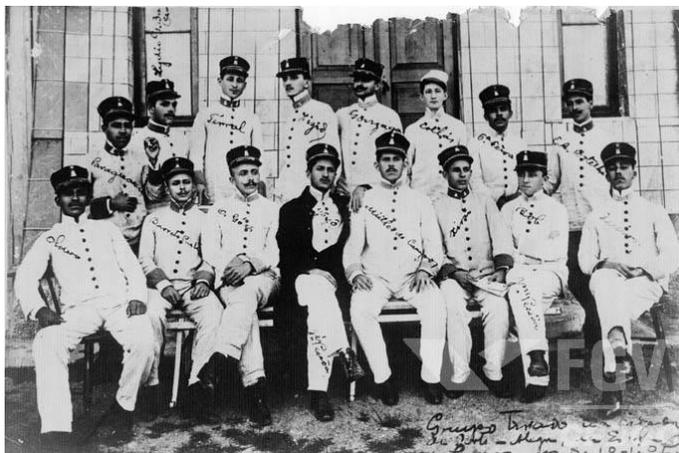
Cedo, porém, o jovem José demonstrava sua vocação militar. Resolveu prestar concurso para a Escola Preparatória e de Prática do Realengo, quando já cursava o Liceu da Paraíba em 1902. Aprovado, partiu para a Capital Federal, o Rio de Janeiro e em dezoito de março de 1903, foi matriculado na escola, iniciando a sua trajetória na profissão militar.

Figura 1 - Antiga Escola Militar da Praia Vermelha – Rio de Janeiro.



Com o fechamento da Escola da Praia Vermelha, os cursos foram transferidos para a Escola de Guerra de Porto Alegre, atual Colégio Militar de Porto Alegre, onde foi declarado Aspirante de Infantaria e de Cavalaria em janeiro de 1909. No mesmo ano cursou a Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo.

Figura 2. O aluno José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, da Escola de Guerra de Porto Alegre, figura ao centro, vestindo um casaco escuro, provavelmente como nordestino sentindo frio no Rio Grande do Sul.



Sua primeira Unidade foi o 13º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro, sendo depois transferido para a 4ª Companhia de Caçadores, na Paraíba do Norte e, a seguir para o 50º Batalhão de Caçadores, em Salvador.

Na capital baiana foi nomeado instrutor militar da Faculdade de Medicina da Bahia.

Posteriormente, cursou a Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, formando-se engenheiro topógrafo.

Em 1913, foi transferido definitivamente para a arma de Cavalaria.

Em 1916, no quartel-general de São Paulo, além de exercer suas funções, ainda foi instrutor militar da Faculdade de Direito, exercitando seu sentimento cívico e formando uma juventude identificada com os valores da Pátria, contagiada pela influência dos ideais de Olavo Bilac.

Em 1918, como primeiro-tenente realizou estágio na escola de formação de oficiais franceses, a atual Escola Especial Militar de Saint-Cyr. Após o estágio, combateu nos campos de batalha da Europa junto com os franceses, na 1ª Guerra Mundial, permanecendo adido ao 4º Regimento de Dragões do exército francês. Recebeu inúmeros elogios e foi promovido ao posto de capitão por atos de bravura. Comandou o 1º Pelotão do 1º Esquadrão de Carros de Assalto. Quase ao final daquele conflito bélico, José Pessoa foi acometido de tifo. Evacuado da frente de combate para um hospital francês conheceu a enfermeira inglesa Blanche, alistada como voluntária na Cruz Vermelha da França. O casamento ocorreu em 1918.

No pós-guerra, realizou o curso da Escola de Carros e o curso prático de Artilharia de Assalto, ambos em Versailles, na França, onde absorveu as inovações doutrinárias dos carros de assalto e escreveu o livro “O tanque na guerra européia”.

Em 1921, ao voltar ao Brasil, assumiu o Comando da 1ª Companhia de Assalto, no Rio de Janeiro, atuais instalações do 57º Batalhão de Infantaria Escola. O carro utilizado era o francês Renault FT-17, que não era o de sua preferência, pois preferia os ingleses Whippet. Porém ele afirmava: “O Renault FT-17 é o suficiente para preparar o nosso pessoal na prática dessa nova arma de guerra”.

Entre os anos de 1923 e 1924, tem sua primeira passagem pela Escola Militar, no Realengo desempenhando as funções de Fiscal Administrativo.

A seguir, no desempenho das funções de Comandante do 1º Regimento de Cavalaria Divisionário, no Rio de Janeiro, fez renascer a mística dos uniformes históricos, concebidos por Gustavo Barroso.

Em 1930, assumiu o Comando do Corpo de Bombeiros da Capital Federal, tendo uma ativa participação na Revolução de 30. Naquele episódio, no comando do 3º Regimento de Infantaria, sediado no velho prédio da Escola Militar da Praia Vermelha, reviveu sua atuação nas instruções da Faculdade de Direito de São Paulo, recompletando a Unidade com civis voluntários, em substituição aos que não haviam aderido ao movimento. Cumpriu a missão de cercar e ocupar o Palácio Guanabara, sede do Governo, para dar segurança aos generais que levariam uma intimação ao Presidente Washington Luís e os revolucionários conseguiram derrubar o governo.

No mesmo ano, por haver conquistado a confiança do Ministro da Guerra, General Leite de Castro, é nomeado Comandante da Escola Militar do Realengo. Não aceitou o cargo de imediato, condicionou-o a não sofrer interferências estranhas ao seu comando e a construção de uma Academia Militar longe da capital federal. Para o então presidente, Getúlio Dornelles Vargas, o nome era perfeito, pois além de ser um militar com excelentes dotes profissionais era irmão de João Pessoa, um símbolo da Revolução, seu ex-candidato a vice-presidente. Sua atuação na Escola Militar deu

um novo rumo à formação do oficial do exército.

Estas modificações puderam ser sentidas a partir da sua ordem do dia de quinze de janeiro de 1931:

“...a Revolução não terminou.....engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. O Exército, instituição democrática, mais rapidamente se deve recompor. Urge remodelá-lo, aparelhá-lo e, sobretudo, retomar em mão os seus quadros. O Comando da Escola Militar é a missão mais honrosa de toda a minha vida. Saint-Cyr, West Point e Woolwich serão os moldes de onde sairão as linhas gerais do processo de formação militar. Da formação do oficial militar devem constar: educação física, cultura geral científica e preparação profissional rigorosa. Entretanto, sem que tomemos o empreendimento como um ideal, na mais ampla acepção do termo, nada se fará. O plano de remodelação ficará inerte se não lhe insuflarmos a vida de nosso entusiasmo, de nossa fé, dos nossos sacrifícios, pequenos e grandes, como um verdadeiro ideal. Cadetes! A partir de hoje, vivamos a mentalidade da nova Escola Militar, da Escola Militar que vamos construir”.

De imediato os cadetes tiveram a certeza de que estavam diante de um militar de características especiais.

O General Tasso Villar de Aquino, assim se referiu ao seu ex-Cmt:

“José Pessôa é homem de elegância extraordinária, em tudo. No traçar, nos gestos, na fala, ele é um homem que não se descuida nunca. Você nunca o apanha em momento de relaxamento. Sempre composto. Dignidade extraordinária. É atitude consciente e ele quer passar essa imagem para o cadete. O cadete deveria ter uma atitude especial, ele não era um estudante comum”.

Para aperfeiçoar a formação dos oficiais, o Coronel José Pessôa escolheu o Marechal Duque de Caxias como vulto histórico para transmitir aos cadetes virtudes militares e criar a mística do “Cadete de Caxias”.

Com essa visão, o novo comandante adotou uma série de medidas: o retorno da graduação de cadete, extinta por influência republicana no governo do Prudente de Moraes; a reformulação dos uniformes; a criação do brasão do cadete e do Corpo de Cadetes; a reformulação dos regulamentos e a adoção do espadim, réplica da espada invicta do Duque de Caxias, símbolo da própria honra militar.

Figura 3. Entrega do Primeiro Espadim ao Cadete Porta Estandarte da Escola Militar do Realengo, na foto temos Presidente Vargas e Gen. Jose Pessoa no momento da entrega.



Fonte: Acervo CPDOC FGV- RJ

Em 03 de agosto de 1933 foi promovido a General de Brigada.

As expressões Verdade, Lealdade, Probidade e Responsabilidade, passaram, institucionalmente, a caracterizar valores pétreos que sempre existiram na alma militar, porém, trazidas à consciência coletiva acadêmica, por José Pessoa, desde 1931.

Segundo o Coronel Resende, foi o General Carlos de Meira Mattos, também ex-Cadete de José Pessoa, entre 1933 e 1934, quem, em 1969, quando no comando da Academia Militar das Agulhas Negras, as oficializou, como Código de Honra do Cadete (RESENDE, 1951, pág. 54).

Elas nos permitem vislumbrar as bases éticas do rigor de José Pessoa com erros que interpretasse como desrespeitosos a este código, o que pode explicar sua tese, como Comandante da Escola em Realengo, em sua Ordem do Dia de 25 de agosto de 1931, data em que foi criado o Corpo de Cadetes na Escola Militar no Realengo: “À Escola Militar não cabe corrigir defeitos, mas aprimorar qualidades”.

Em 1934, após o comando da Escola Militar foi o nomeado Inspetor e Comandante do 1º Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar no Distrito Federal.

Coordenou a vinda da Missão Militar Norte-Americana. Sob a sua direção essa Comissão influiu na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (atual Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea), da Escola Técnica do Exército, precursora do atual Instituto Militar de Engenharia (IME) tendo participação direta na formação dos primeiros engenheiros que formariam as bases para a criação da nossa futura indústria militar bélica e na evolução da doutrina defensiva - “mentalidade Maginot” - para a doutrina ofensiva.

Entre 1938 e 1946 exerceu as funções de Inspetor de Cavalaria, realizando um trabalho altamente benéfico tanto para arma quanto para o Exército. Em meio a essa atividade foi promovido em 24 de maio de 1940 a General de Divisão.

Em 1943, o penúltimo ano da Escola Militar no Realengo, foi homenageado pelo seu então comandante, o coronel Mário Travassos. Quando se dirigiu aos cadetes da Escola assim se pronunciou: “Nesta Escola está o cofre onde deposito as minhas melhores esperanças e a minha certeza em um futuro cada vez maior para o meu Exército e para o meu País”.

Em 1938, uma comissão militar confirmou Resende como sede da nova Escola Militar. No dia vinte e nove de junho de 1938, o presidente Getúlio Vargas assinou a ata de início da construção da Escola Militar de Resende, com a presença do General José Pessôa e do industrial Henrique Lage, o cadete número um. O presidente, com uma pá de prata, colocou cimento na borda de uma urna com jornais e revistas da época, simbolizando a pedra fundamental.

Em 1944, foi eleito Presidente do Clube Militar, permanecendo neste cargo até 1946.

Com o fim do Estado Novo, foi nomeado Adido Militar em Londres, de 1946 a 1947.

Em 12 de setembro de 1949, após quase meio século dedicado ao Exército Brasileiro, deixou o serviço ativo, sendo promovido ao posto de General de Exército.

Nesta data, dia do seu aniversário natalício, o comandante da Escola Militar de Resende, general Cyro do Espírito Santo Cardoso, prestou uma significativa e marcante homenagem ao general José Pessôa. Passou-lhe o comando simbólico da Escola em um dia de festa: entrega de espadins. A cerimônia que ocorria, normalmente, no Largo do Machado foi trazida para Resende especialmente para prestar honras a José Pessoa que se emocionou ao proferir estas palavras:

“Eu creio na vossa inteligência e na cultura que estais adquirindo nesta Academia; creio na vossa dedicação, na vossa fé nos destinos do Brasil; creio no vosso patriotismo, que há de renovar o Exército e leva-lo à posição de mantenedor da paz no nosso continente; creio na rija têmpera da vossa juventude, que tudo há de levar por diante num clima de honestidade, de pureza de caráter, de trabalho fecundo e de coragem cívica; creio na vitória de vossas armas e de vossos ideais; creio no vosso destino glorioso; creio no nosso Exército; creio na grandeza e na pujança da nossa Pátria”.

Figura 4. Gen. Pessoa em Resende por ocasião de sua Visita a então Escola Militar de Resende (1949)



Fonte: Acervo CPDOC FGV- RJ

Um de seus maiores desejos foi realizado, quando em vinte e três de abril de 1951 a Escola Militar de Resende passou a denominar-se Academia Militar das Agulhas Negras.

Em 1953, foi promovido a Marechal e como sua última missão foi convidado, pelo então Presidente Getúlio Vargas, para substituir o General Aguinaldo Caiado de Castro, na época Chefe da Casa Militar da Presidência da República, na presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal do país.

Realizou, em companhia do Arquiteto Pena Firme, o mesmo que o ajudou na idealização da AMAN, todo o planejamento da criação de Brasília, que seria denominada Vera Cruz e teria uma conformação semelhante à atual, incluindo o Lago Paranoá e que, posteriormente, serviu de base para os trabalhos de Oscar Niemayer e de Lúcio Costa.

O Marechal José Pessoa, eterno partidário pela necessidade de mudança da Capital Federal, já em 1949, no discurso como paraninfo da Turma de Aspirantes-a-Oficial, na Academia Militar das Agulhas Negras, alertava àqueles jovens oficiais

para sua eventual responsabilidade diante da solução de certos problemas, como o da construção da nova Capital Política do Brasil. Afirmava, ainda, que o adequado desfecho dessa questão seria útil para a grandeza e salvaguarda de nossa nacionalidade, vantagens inegáveis nos advirão, quais sejam:

- 1) aproximar todos os Estados pela ação radial do governo central;
- 2) acelerar, na direção do altiplano dos sertões brasileiros, a marcha lenta de nossa civilização, encastelada no litoral há 400 anos; e
- 3) resguardar nossa capital, hoje tão vulnerável, à borda do oceano, para ponto menos exposto, no coração do País, sem falar nos reflexos econômico-financeiros altamente compensadores.

Figura 5. Gen. Jose Pessoa em sua expedição ao Planalto Central.



Fonte: Acervo CPDOC FGV- RJ

Por outro lado, a nova localização da capital facilitaria também a complexa solução de outro magno problema, pois dali poderíamos estender os braços aos irmãos da Hiléia Amazônica, que vivem naquelas paragens, ainda esquecidos da ajuda material e moral dos governos.

O Marechal José Pessoa faleceu em 16 de agosto de 1959, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, aos 74 anos, a pouco menos de um ano da inauguração da Nova Capital Federal, que ele ajudou a gerar.

Seu corpo foi velado no Salão Nobre do Clube Militar, tendo a guarda de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, e sepultado em 17 de agosto no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. (Jornal O GLOBO, Ed de 17 Ago 1959, pág. 1 e 6)

3. CONCLUSÃO

O Marechal José Pessoa foi um militar extraordinário, de grande capacidade profissional e invulgar cultura geral, tendo exercido inúmeras comissões no exterior e no Brasil e atingido o mais alto posto do nosso Exército.

A mais significativa de suas realizações é sem sombra de dúvidas a edificação da Academia Militar das Agulhas Negras. Ela é hoje a imagem de seu grande idealizador, o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Sua contribuição para a construção da Capital Federal do Brasil em Brasília foi fundamental para que o projeto fosse desenvolvido tendo como base os estudos que realizou.

Maiores detalhes da vida e da obra deste notável soldado poderão ser obtidos mediante consulta ao livro “MARECHAL JOSÉ PESSÔA – Os seus méritos na fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no exército”.

4. REFERÊNCIAS

BENTO, Cláudio Moreira. MARECHAL JOSÉ PESSÔA – Os seus méritos na fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no exército. Editora Gráfica Drumond. Barra Mansa. RJ. 2021.

_____. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende: Gazetilha, 1994.

_____. Os 60 anos da AMAN em Resende. Resende: Patronato, 2004

BRAGA, Gustavo Lisboa. Da Casa do Trem à AMAN. Rio de Janeiro: Escola SENAI de Artes Gráficas, 2004.

CÂMARA, Hiram de Freitas. MARECHAL JOSÉ PESSÔA: a Força de um Ideal. BIBLIEx Editora. Rio de Janeiro. RJ. 1985.

CERQUEIRA, Dionízio. Cadetes e alunos militares através dos tempos. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961.

CIDADE, Francisco de Paula. Cadetes e alunos militares através dos tempos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

MOTTA, Jehovah. Formação do oficial do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

O GLOBO. Jornal Diário. Edição de 17 Ago 1959.

PERES, Carlos Roberto. Coordenador. Academia Militar das Agulhas Negras: Dois Séculos Formando Oficiais para o Exército. São Paulo: IPISIS Editora. 2011.

RESENDE, Moacir Lopes de. História da Academia Militar das Agulhas Negras. Resende. RJ. Acadêmica, 1951.



LINHA DO TEMPO: Crie uma para a Unidade Militar de sua preferência

Elcio Rogério Secomandi¹

Introdução

Este breve Memorial Descritivo da “Linha do Tempo da Fortaleza de Itaipu” tem por objetivo incentivar a construção de outros projetos educacionais semelhantes, utilizando apenas conhecimentos não aprofundados sobre o programa Microsoft Power Point (PPT). O PPT é uma ferramenta bastante utilizada na “criação/edição e exibição de apresentações gráficas” e pode ser útil na montagem de uma Linha do Tempo por meio de uma sequência de slides, preferencialmente com muita iconografia e pouca prosa.

Para dar início ao projeto basta realizar pesquisas no Histórico da Unidade, nas publicações e boletins internos; consultar ex-integrantes efetivos e temporários, visitar institutos históricos e geográficos, acessar outros arquivos fotográficos e audiovisuais disponíveis na unidade militar selecionada. A Internet pode ajudar muito também.

Usando apenas os recursos do PPT é possível criar diversas versões, conforme indicado no desenvolvimento desta postagem educacional. Sugere-se iniciar com uma versão em vídeo, exportada no próprio PPT, com a finalidade de se “vender a ideia” para obtenção de recursos necessários à produção de uma versão física, conforme indicado neste relato descritivo, colocado à disposição de quem desejar seguir por este caminho.

A Linha do Tempo da Fortaleza de Itaipu, maior obra de Engenharia Militar do Estado de São Paulo, talvez sirva de exemplo, por conter uma metodologia simples reproduzida em diversas versões eletrônicas disponíveis no portal da Universidade Católica de Santos: <https://www.unisantos.br/linha-do-tempo-da-fortaleza-de-itaipu>.

¹ Elcio Rogério Secomandi, Professor Emérito da Universidade Católica de Santos é Coronel de Artilharia, Economista, Pós-Graduado em Administração de Empresas, Membro do Comitê Nacional / IPHAN (instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para a elaboração do dossiê sobre a candidatura de um conjunto de fortificações coloniais do Brasil, indicado para o Patrimônio Mundial pela UNESCO (Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). ersecomandi@gmail.com
www.unisantos.br/fortifications

Figura 1. Mosaico construído com drone.



MEMORIAL DESCRITIVO

1. A equipe

A Linha do Tempo da Fortaleza de Itaipu, Praia Grande, SP, foi construída no formato de um hackthon virtual², envolvendo 34 pessoas e ao custo do material e da mão de obra empregados.

Quatro grupos distintos de pessoas se empenharam na realização do projeto:

1) o Comando e Estado-Maior do 2º Grupo de Artilharia Antiaérea (2ºGAA-Ae) e o Gestor do Sítio Histórico Fortaleza de Itaipu;

2) quatro profissionais das áreas de educação, arquitetura, empresarial e de segurança patrimonial;

3) uma empresa especializada em Comunicação Visual; e,

4) dezoito ex-integrantes do extinto 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6ºGACosM), unidade operacional que ocupou as dependências da Fortaleza entre 1961 e 2014, quando foi substituída pelo 2ºGAAAe.

O projeto foi construído sob coordenação do Cel. Art. Veterano Elcio Rogério Secomandi³, ex-integrante do 6ºGACosM, e do Ten. Cel. Alexandre Eloi Gallego, Comandante do 2ºGAAAe, apoiados por uma comissão organizadora indicada no final desta exposição descritiva.

O Comando e Estado-Maior da Unidade de “Artilharia do Primeiro Minuto”⁴ recebeu, portanto, o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais voluntários e de diversos ex-integrantes do antigo 6ºGACosM, unidade militar

² Hackthon virtual é um termo aqui empregado para a solução de um problema específico - criar uma linha do tempo -, num curto espaço de tempo e por meio de encontros virtuais pela Internet (WhatsApp).

³ Convidado pelo Cel Alexandre Eloi Gallego, Cmt do 2º Grupo de Artilharia Antiaérea (2º GAAAe), para organizar uma equipe construtora de uma Linha do Tempo, o autor desta comunicação sente-se bastante envaidecido, pois ali, naqueles 2 milhões de m² de área coberta pela Mata Atlântica, ter iniciado a Carreira Militar – de 2º Tenente a Capitão – nos idos de 1962 a 1967.

⁴ Lema informal da Artilharia Antiaérea.

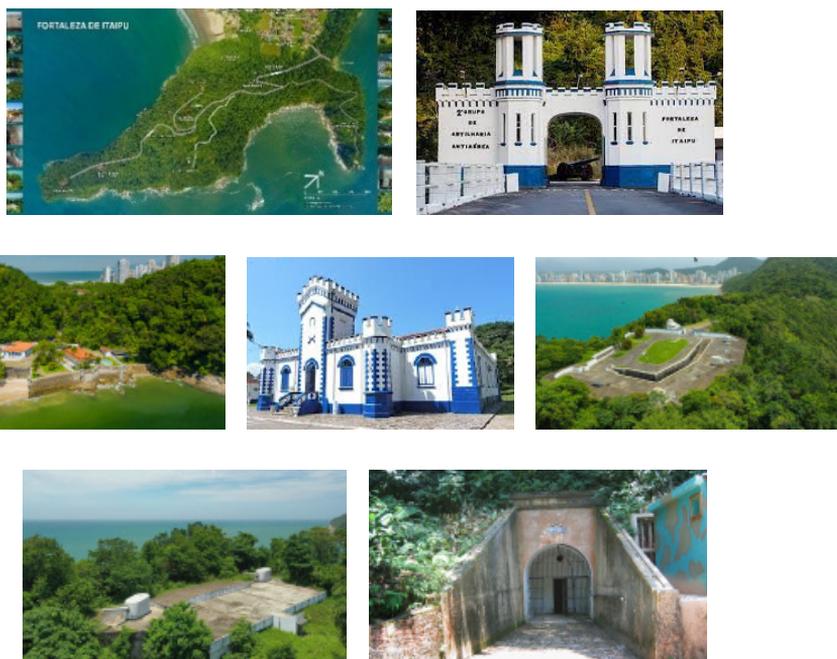
antecessora do 2ºGAAE na ocupação e preservação da área que abriga a maior obra de Engenharia Militar no Estado de São Paulo⁵.

2. A construção da Linha do Tempo

A Linha do Tempo foi construída entre fevereiro e julho de 2021, com raros encontros presenciais de poucos integrantes da comissão encarregada de elaborar o projeto. Entretanto, tornou-se, sem dúvida, uma excelente oportunidade para a maioria dos voluntários, ex-integrantes do 6ºGACosM, revisitar virtualmente as muralhas de pedras das fortificações - Duque de Caxias, Jurubatuba, Rego Barros e Gomes Carneiro - que hoje compõem o “Sítio Histórico Fortaleza de Itaipu”.

A Linha do Tempo encontra-se instalada no Salão Nobre da Fortaleza de Itaipu e foi inaugurada em solenidade formal com entrega de certificados de agradecimento aos participantes, diante da tropa da exemplar unidade de “Artilharia do Primeiro Minuto”.

Figuras 2 a 8. Mosaico, Portão Histórico, Prainha, Edifício histórico ocupado pelo Estado-Maior, Forte Duque de Caxias, Forte Jurubatuba e Forte Rego Barros.



⁵ Para a maioria - ex-integrantes do 6º GACosM - a ideia acabou tomando o sentido de retribuição aos bons momentos ali vividos nos anos de juventude.

3. A obra realizada

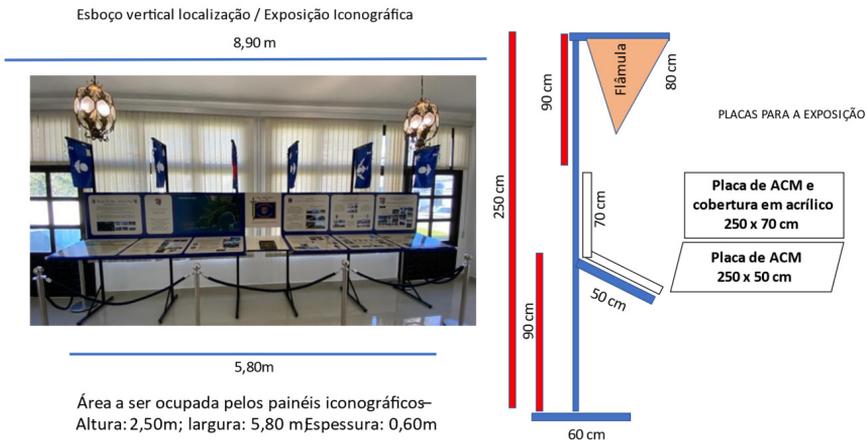
A Linha do Tempo é composta por dois enormes painéis construídos sobre placas de alumínio compensado (ACM), na cor azul, com 5,80 metros de comprimento por 2,50 metros de altura, ilustrados com 12 planilhas de vinil autocolante, creme, cobertas com verniz, tipo “vidro líquido” para a proteção das imagens. Entre os dois painéis principais foi colocado um outro, central, com o estandarte do 2ºGAAe e um suporte para o livro de visitas. Foram usadas nada menos que cento e quarenta imagens (mapas, desenhos, fotos, fotomontagens, mosaicos), com breves citações históricas das unidades de Artilharia que se hospedaram, deste 1902, na extensa área de um esporão rochoso que avança para o mar aberto, moldurando o costão Sul da Baía de Santos ⁶.

Figuras 9 a 10. Detalhes da Linha do Tempo.



4. Os desafios

Figura 11. A Linha do Tempo e sua concepção artística.



6 As imagens da parte operacional do 2ºGAAe assim como a maioria das ilustrações foram obtidas no Histórico da Unidade, revistas, livretes e publicações oficiais do Exército Brasileiro.

O primeiro desafio - custeio da obra educativa - foi vencido sem problema, pois todos os ex-integrantes do extinto 6ºGACosM contribuíram com pequenas importâncias suficientes para cobrir os custos do material empregado e da mão-de-obra contatada pela microempresa Toni: Comunicação Visual. A parte intelectual não teve qualquer custo financeiro, uma vez que todos doaram seus conhecimentos profissionais especializados.

Figura 12. Etapas da produção física da Linha do Tempo.



O segundo desafio foi o de trabalharmos no formato de um hackthon virtual, com apenas três ou quatro encontros presenciais com alguns membros da comissão organizadora e muita troca de informações e correções pela Internet (WhatsApp).

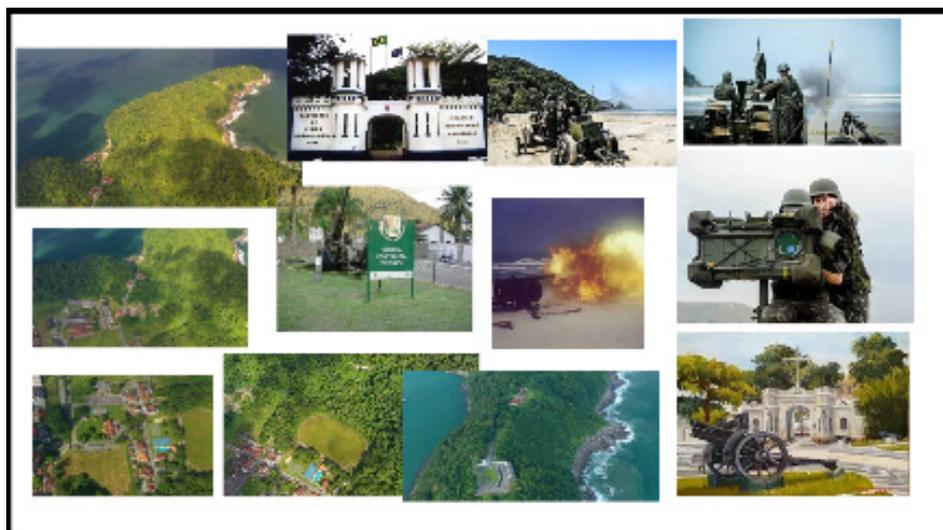
5. A metodologia

A metodologia utilizada está se tornando corriqueira, tipo home office. O projeto foi desenvolvido sobre uma sequência de slides do PPT, colocando-se em cada um deles uma ideia completa (assunto, texto, ilustrações, trechos de vídeos e locução) visando facilitar a discussão à distância e as correções individualizadas⁷. O fundo musical foi o último e único componente distribuído entre todos os slides, após todas as correções realizadas. Para alcançar este objetivo, foi utilizado o lema da primeira ordem de batalha da Artilharia - “Ass CZA” (Assinale o Centro da Zona de Ação) - e as trocas de informações pela Internet permitiram realizar os ajustes e as correções dos erros encontrados, num passo a passo virtual, slide por slide.

Com os slides individualizados foi possível realizar os ajustes por meio de uma discussão ampla por WhatsApp, agindo pontualmente no PPT, tipo “força ou foco pontual”. Uma vez aprovado o “boneco”, no formato de apresentação didática, a Linha do Tempo foi convertida para o formato de vídeo do próprio PPT, com a finalidade de realizar projeções para um público maior.

⁷ Por exemplo: a locução feita pela jornalista Aline Otelo foi realizada por meio do WhatsApp, dividindo-se os slides em grupos de três ou quatro (para não exceder 60 MB), retornando para o coordenador com a voz gravada, slide por slide.

Figura 13: Seleção de imagens da Linha do Tempo.



A síntese do projeto da Fortaleza de Itaipu em Power Point, com 7,15 minutos de projeção, por exemplo, alcançou 672 MB; exportado no mesmo PPT para vídeo, baixou para 215 MB. Para permitir a divulgação por meio do WhatsApp foi preciso baixar o vídeo no YouTube para ser comprimido e recuperado com apenas 38 MB.

No portal da UNISANTOS – <https://www.unisantos.br/linha-do-tempo-da-fortaleza-de-itaipu/> – encontram-se diversas publicações ilustrativas, tipo “subproduto da Linha do Tempo”⁸:

- Itaipu: Fortaleza Ambiental (vídeo de 1 minuto)
- Itaipu: Fortaleza Ambiental Linha do Tempo (documento digital)
- Itaipu: Fortaleza Ambiental e Operacional (vídeo síntese do projeto, 7,15 min)
- Itaipu: Fortaleza Ambiental (vídeo 1)
- Itaipu: Fortaleza Ambiental (vídeo 2)
- Turismo Militar (vídeo experimental)

A “Linha do Tempo da Fortaleza de Itaipu” faz parte do projeto EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional – www.unisantos.br/fortifications – com acesso livre na aba de extensão universitária.

⁸ Por se tratar de um projeto educacional cujos autores esperam que venha servir de modelo – ou apenas inspiração – para a construção de outras linhas do tempo, foram elaborados diversos vídeos experimentais, para melhor compreensão divulgação da proposta.

6. Divisão de tarefas

A construção da Linha do Tempo teve início com uma pesquisa nos históricos de cada uma das unidades operacionais de Artilharia que ocupou as dependências da Fortaleza de Itaipu desde 1902, início da sua construção, até 2021. Essa tarefa ficou a cargo da comissão interna do 2º GAAAE, destacando alguns fatos importantes e associando-os às ilustrações obtidas nos álbuns de fotos, documentos históricos e portais de diversos escalões de subordinação das sucessivas unidades ocupantes da imensa área coberta pela Mata Atlântica original preservada até os dias atuais, que lhe servia de camuflagem.

Com o material selecionado pelos membros do Estado-Maior do 2º GAAAE, uma outra equipe composta por profissionais voluntários elaborou os textos, associando-os às imagens, locução, trechos de vídeos produzidos com drones e, por fim, a diagramação, numa sequência de slides individuais do PPT. Assim, mesmo após tudo pronto, foi possível substituir algumas lâminas de acetato correspondentes aos slides a serem corrigidos. Para ilustrar esta colocação, o leitor pode acessar todos os slides da Linha do Tempo no link indicado acima e buscar “Itaipu: Fortaleza Ambiental Linha do Tempo (documento digital)”⁹.

Para a produção física do projeto, a empresa Toni: Comunicação Visual transportou os slides do PPT para o programa Corel Draw a fim de serem copiados em acetato colante no formato de planilhas individuais da Linha do Tempo, utilizando uma impressora digital HP 800. Os acetatos, colados sobre uma chapa de alumínio compensado (ACM), podem ser facilmente substituídos caso haja necessidade de correções adicionais - e isso ocorreu - ou mesmo pode-se promover atualizações pontuais ao longo do tempo.

Em outras palavras, a formatação da Linha do Tempo pelo somatório de slides individualizados permitiu concentrar as ações pontuais (slide por slide) de tal forma que os arranjos pudessem ser feitos passo a passo. Cada slide tornou-se, assim, um “subproduto completo” com possibilidade de se fazerem modificações e/ou alterações isoladamente, slide por slide. Tal procedimento permite realizar diversas trocas, inclusive de ordenação dos slides, sem qualquer problema relacionado com a estrutura completa do projeto.

7. Material utilizado e custo do projeto

1 – Estrutura de apoio, em tubos de aço galvanizado (40x20 mm, +/- 30m de tubo), para sustentação dos painéis e das flâmulas e dísticos das unidades militares hospedeiras da Fortaleza de Itaipu.

2 – Painéis propriamente ditos, em chapa de ACM (alumínio composto) de 4mm na cor azul (uma chapa de 5x1,22m)

⁹ Os slides permanecem arquivados como matrizes individuais caso, no futuro, se deseje incluir alterações e/ou atualizações no projeto educacional.

3 – Vinil autocolante, 0,010mm, na cor creme, para imagens e textos para a impressão de 12 planilhas (slide por slide), rolo de 10 m2.

3 – Materiais diversos (6 rolos de fita ACM dupla face, 6 discos para esmerilhadeira, 1 k de eletrodo, 1/4 fundo grafite, ¼ de esmalte automotiva (acabamento) e 2 litros de thinner e verniz tipo “vidro líquido” para proteção dos acetatos.

O custo total da produção da Linha do Tempo consta do demonstrativo financeiro entregue ao Comando do 2ºGAAAE. Por fim, o projeto foi complementado com flâmulas das unidades sequencialmente sediadas nas dependências da Fortaleza de Itaipu (3ºGAC, 5ºGAC, 6ºGACosM, I/IRAAAE, 2ºGCan90 e 2ºGAAAE)

CONCLUSÃO

O projeto realizado para a Fortaleza de Itaipu não pode ser qualificado como “profissional”, mas, sem dúvida, é um caminho - “boneco” - para orientar a contratação de uma empresa especializada para a elaboração de uma versão mais comunicativa, caso haja recursos para isso. No projeto educacional foram utilizados apenas os recursos do programa Microsoft Power Point, em ambientes residenciais. A gravação da voz da jornalista Aline Sotelo e dos trechos de vídeos produzidos com drone pelo empresário Emílio Cid foi colocada slide por slide e somente o fundo musical foi sequencial (por não haver a necessidade de se ajustarem imagens com os textos). Com as imagens aéreas que ilustram cada um dos slides foi montado um “orthomosaic”¹⁰, para se ter uma visão geral da maior obra de Engenharia Militar do Estado de São Paulo.

Por se tratar de um projeto educacional de domínio público os autores colocam à disposição de todos a metodologia construtiva utiliza para realçar a riqueza ambiental e a fantástica história de uma Unidade Operacional de Artilharia Antiaérea (2º GAAAE) que ocupa e preserva um patrimônio de valor inestimável, de origem e de uso militar, qualificado como Sítio Histórico Fortaleza de Itaipu. Essa valorização do lado belo da arquitetura militar edificada na Fortaleza de Itaipu, por sinal tem raízes que remontam a 1584, quando Felipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), no início do longo período de União das Coroas Ibéricas (1580/1640), deu ordens para a construção da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP. A Fortaleza de Itaipu foi sua herdeira natural.

Para mais informações, consulte o site do 2º GAAAE (<http://www.2gaaae.eb.mil.br/index.php/exposicao-iconografica-projeto-cultural>) e o portal da UNISANTOS (<https://www.unisantos.br/linha-do-tempo-da-fortaleza-de-itaipu>).

A exposição completa pode ser acessada em diversos portais, em especial, na plataforma mundial: https://www.academia.edu/49161587/Itaipu_Fortaleza_Ambiental. O vídeo de um minuto: <https://www.academia.edu/video/jJgOj>

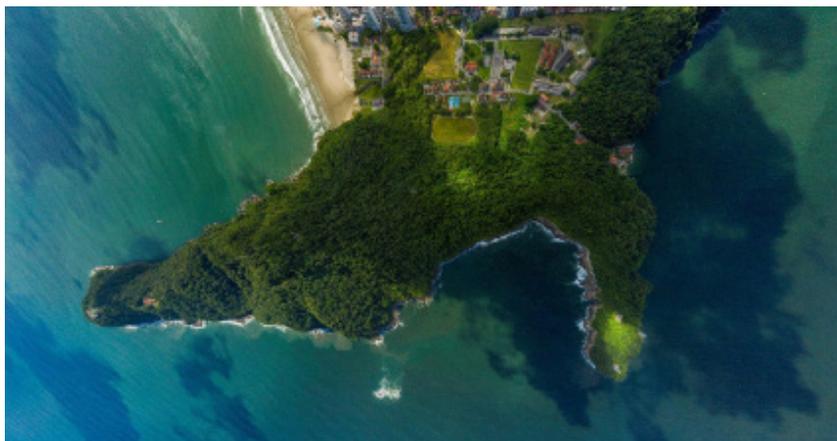
10 Na linguagem militar: mosaico de fotografias aéreas. O mosaico reproduzido acima foi composto por diversas fotos com drone, selecionadas após curtas sortidas a partir de diversos pontos da enorme área da Fortaleza de Itaipu.

As indicações fornecidas darão ao leitor acesso ao projeto completo e aos cinco vídeos experimentais, sendo um introdutório, de um minuto apenas; outro que sintetiza o projeto (7,15 mim); um terceiro sobre a preservação ambiental de todo o Parque Xixová-Japui; e o outro, abrangendo mais de 2 milhões de m² ocupados pela antiga fortificação. Foi incluído também o vídeo experimental – Turismo Militar – para que o leitor tenha acesso ao projeto completo.

Para um “passeio virtual” sobre a imensa área preservada do Sítio Histórico Fortaleza de Itaipu, sugere-se iniciar a busca pelo vídeo que está disponível no link do YouTube – <https://www.youtube.com/watch?v=uM3g3C7gGZQ>

Por se tratar de assunto de interesse acadêmico, a “Linha do Tempo Itaipu”: Fortaleza operacional e ambiental” foi inserida em um projeto maior, de extensão universitária, com acesso livre e de domínio público, contendo diversas matérias relacionadas com fortificações brasileiras. O projeto EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional sob responsabilidade do autor desta comunicação, na qualidade de coordenador do projeto educacional da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) encontra-se no link de extensão universitária: www.unisantos.br/fortifications

Figuras 14 e 15: mosaico da área da Fortaleza de Itaipu.



CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS... às inúmeras pessoas e instituições apoiadoras desta exposição educativa, com os respectivos créditos das imagens utilizadas conforme constam no memorial descritivo disponível no portal do 2º GAAAE: www.2gaaae.eb.mil.br, no Instagram e no projeto digital “EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional”. www.unisantos.br/fortifications.

Comissão organizadora

Comando e Estado-Maior do 2º GAAAE – 2021

Comandante: Ten Cel Gallego.

Estado Maior: Maj Taffarel, Maj Bonato, Cap Carneiro, Cap Bovi, Cap Decol,

1º Ten De Oliveira, ST Vanderlei

“Veteranos do 6º GACosM” (período de serviço ativo na Fortaleza de Itaipu)

Cel Art Rfm Secomandi (1962 a 1967); Cap Rfm Pimentel (1964 a 1967 / 1988 a 1992); reservistas (1965): Alex, Fausto e Nestor.

Apoio Cultural

Cesar Bargo Perez, arquiteto, Prof. Dr. / Emílio Cid, empresário / João Antonio Losada Sabin, empresário / Victor Hugo Mori, Arquiteto / Thiago Freixo, Segurança Empresarial / e Waldemar de Oliveira Junior, empresário.

Custeio da obra instalada no Salão Nobre da Fortaleza de Itaipu

Cel Luiz Cláudio / Cel Gilson / Cel Secomandi / Cel Nóbél / Cap Pimentel / José Roberto e reservistas do 6º GACosM: Afonso / Alex / Edesio / Fausto / João José / Luiz Carlos / Lincon / Mario / Nestor / e Okymura.

Gravação de voz: Jornalista Aline Sotelo / Filmagens: Thiago Freixo (solo) / Emílio Cid (drone) e Orthomosaic.

Revisão do texto: Profa. Dra. Katya Patella.



O Vale em Armas A Revolução de 1932 um estudo

Julio Cesar Fidelis Soares¹

Resumo

O presente estudo tenta buscar um pouco da história da Revolução de 1932, que ocorreu em grande parte do território do Vale do Paraíba nas áreas fronteiriças entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas exatamente nas terras de Resende que era alvo estratégico na visão militar paulista e das tropas governistas. O trabalho tem a intenção de chamar atenção para mais estudos sobre a Revolução e seus protagonistas em ação no Médio Vale do Paraíba.

Palavras-chave: população – revolução - representação social

Falar da Revolução Constitucionalista de 1932 é lembrar-se de imagens, vídeos, reportagens de um confronto que pouca gente conhece e que na maioria das vezes acham até engraçado, pois só se falam de um lado, mas que história é esta que têm um confronto que não existe inimigo do lado oposto? As cidades afetadas foram somente algumas? Onde entra o Vale do Paraíba, sobretudo a parte do Vale Fluminense? São questões que pretendemos de maneira ainda que inicial dar vida e voz para futuros trabalhos a respeito deste tema. Assim procuraremos falar um pouco da ação das forças legalistas na Região de Resende dos anos de 1932, que passou a ser sede comando do Destacamento do Exército do Leste, sob a direção do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro figura importante para que o Estado Novo se consolidasse e tomasse rumo nos seus anos de gestão do Brasil. Veremos que muitas decisões importantes partem desta parte do vale rumo ao Rio de Janeiro em intensa correspondência entre o General Pedro Aurélio Góis Monteiro e o Presidente Vargas.

Para darmos início ao no breve estudo há de se buscar para um entendimento as causas e objetivos do movimento revolucionário. Um assunto complexo que procuraremos dar uma noção ao leitor. Assim sendo já alertamos que não é possível

¹ Professor Universitário aposentado, Mestre em História Social, membro do Instituto de Estudos Valeparaibano (IEV), da Academia Resendense de História e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

entender a Revolução de 1932 sem saber dos fatos e ações que movimentaram a Revolução 1930, um drama do país realizado em dois atos como disse o Aureliano Leite em seu trabalho que também nos diz que Revolução 1932 é uma projeção do movimento da Proclamação da República, ou seja faz parte de todo um processo dinâmico reorganização dos subgrupos políticos dentro do movimento Republicano. Assim para entendermos um pouco todo ambiente reproduzimos editorial do jornal O Estado de São Paulo que transcrevo abaixo:

“Em nossa longa carreira profissional, assistimos a inúmeras crises. A primeira delas se iniciara com os tiros do Forte de Copacabana sobre o Ministério da Guerra. E eles anunciavam à Nação a abertura de um ciclo novo da sua História. Pouco tempo antes, calara-se para sempre a mais alta voz da consciência cívica nacional: Ruy Barbosa deixara de fazer-se ouvir no Parlamento, nos comícios, nas praças públicas. E fora esse o sinal para que se abrisse o período marcado pelos levantes militares. Durante a sua longa e admirável carreira política, contivera o grande tribuno os ímpetos militaristas do nosso Exército, e foi mesmo um dos seus maiores feitos o ter impedido que a candidatura Hermes da Fonseca, imposta pela força representada na figura do caudilho Pinheiro Machado, se transformasse numa ditadura. Ao levante de 5 de julho de 1922, suceder-se-ia, em 1923, a revolta libertadora no Rio Grande do Sul. Esta significava o protesto de uma facção do povo gaúcho contra a ditadura que sobre aquele Estado exercia, sem contraste e durante vinte anos, o sr. Borges de Medeiros. Um ano mais tarde, tocaria a São Paulo a vez de assistir ao levante da Força Pública e da quase totalidade das forças da II Região Militar, sob o comando do então coronel Isidoro Dias Lopes. Obrigados a retirar-se do nosso Estado, os revolucionários se bifurcaram, indo parte deles para Mato Grosso e os demais para o Paraná. Fazendo a junção neste Estado, formariam os remanescentes do levante de São Paulo a Coluna Prestes, de legendária memória. A situação continuou a agravar-se dia a dia, pela incrível falta de visão com que se havia à frente do governo a oligarquia que desde os primórdios da República dominava o País. Em consequência, os políticos profissionais da época abriram o caminho para a revolução que os haveria, em 1930, de varrer do cenário político nacional. Entrávamos no apogeu do período revolucionário aberto a 5 de julho de 1922 pelos “Dezoito do Forte” nas areias da Copacabana”.

A síntese acima parece perfeita nas mãos Júlio de Mesquita filho, Aureliano Leite nos diz que não fosse perfeita, seria preciso conter o papel da Liga Nacionalista, fundada por lentes e alunos das escolas superiores de São Paulo, estimulados pelas pregações cívicas dos tribunos Rui Barbosa e Olavo Bilac. Fato é que Presidente Arthur Bernardes faz o recrudescimento do regime, manda fechar toda qualquer organização que ameace o sistema e sufoca a intentona de 1924. Entretanto vimos

a renascer da Liga Nacionalista que dá amalgama a futura Aliança Nacional que colocará candidato em oposição aos planos de governos de sucessão mantendo o sistema café com leite, seu projeto de poder com eleições fraudulentas, emplacando seu candidato Julio Prestes um fator endógeno que impacta o cenário político. Mas além disto temos pelo menos dois fatores exógenos que dão rastilho a Revolução de 1930:

1) A crise econômica do café, que podia ser atenuada por providências governamentais;

2) O clima internacional, dado o espírito de imitação do brasileiro ou o contágio de movimentos revolucionários vitoriosos na Argentina, no Chile, etc...

Somados todos os fatos triunfou em 1930 o movimento Revolucionário da Aliança Nacional e dá-se início ao processo daquilo que irá se chamar de Revolução Constitucionalista que teve por objetivos: além de entregar São Paulo a si mesmo, obrigar a Ditadura a recolocar a Revolução no seu verdadeiro caminho, obedecendo às reivindicações da Aliança Liberal, como o disse João Neves da Fontoura².

Quando se inicia o movimento no Estado de São Paulo, Resende sente os primeiros efeitos da movimentação de tropas uma vez que as mais importantes unidades militares paulistas vão se voltar para direção de Resende como primeiro ponto a ser conquistado com vistas a chegar à capital federal. A cidade tranqüila do interior com seus casarões centenários advindos do ciclo cafeeiro transforma-se em setor de operações das tropas do governo (legalistas). Itamar Bopp nos relata que em 10 de março de 1932, entra na cidade sob o comando do Coronel Pinto Coelho, um pelotão do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, que monta sua área de acantonamento em Campos Elíseos.

No dia 12 de março o comando é passado ao Coronel Manoel de Cerqueira Daltro Filho. O destacamento é reforçado por mais três unidades do exército, quando se instala o Quartel General em dependências da Estrada de Ferro, ou seja, na sede da Estação Ferroviária de Resende, neste momento é proclamada aos habitantes de Resende que a cidade está ocupada militarmente como medida preventiva e é divulgado quais as restrições sob ordem marcial. Mais de 800 homens são mobilizados para manterem a ordem e disciplina em função do momento delicado.

No lado paulista as tropas progredem em sua infiltração no distrito de Engenheiro Passos, em Formosa área de São Jose do Barreiro ainda dentro de terras paulista mais que dariam o controle de um setor importante como a rodovia São Paulo – Rio e também por este município paulista ter função estratégica num movimento para captura de Resende. Dentro do seu processo de progressão as tropas paulistas avançam sobre a freguesia de Sant’Anna dos Tocos fazendo com que a população local fugisse para não sofrer os reveses das possíveis lutas. Bopp ainda nos dá notícias de que patrulhas da cavalaria paulista esquadrihavam a região em missões de reconhecimento chegando à altura da fazenda Babilônia cerca de 10 km da cidade de Resende.

Já o distrito de Itatiaia é que vê de fato os efeitos da Revolução, pois tropas da Infantaria paulista em conjunto com milicianos revolucionários ocupam a estação

2 João Neves da Fontoura, Acuso. Rio de Janeiro, 1934, pág. 209.

ferroviária da Central do Brasil. Imediatamente o Comando do Destacamento do Leste procura ordenar a movimentação de tropas para repelir o avanço dando início a uma reação a 17 de julho de 1932. Houve confronto e as tropas paulistas revolucionárias recuam em função da ação legalista, o saldo foi a recaptura do setor e o aprisionamento de retardatários que em sua maioria segundo Bopp eram jovens e que já estavam desprovidos de munição, fato que vai ser recorrente nas tropas paulistas ao longo do confronto. Ainda segundo Bopp na região de Engenheiro Passos havia muitos abrigos bem preparados e ele credita tais estruturas às tropas paulistas da Guarnição de Lorena; esta unidade é o antigo 5º Regimento de Infantaria de Lorena –SP, hoje chamando-se atualmente de 5º Batalhão de Infantaria Leve - Regimento Itororó.

Em função da delicada situação de confronto é instalada na Santa Casa de Misericórdia o Serviço de Saúde Divisional sob o comando do Capitão Médico Dr. Gentil Alves³; o Dr. Jose Máximo Ballieiro médico resendense de maneira espontânea coloca seus serviços no auxílio as intervenções cirúrgicas realizadas no Ambulatório Militar instalado na Santa Casa. Chegam junto mais reforços ao contingente local e ficaram alojados nos cinemas Odeon e Central, no Grupo Escolar Dr. João Maia e Grupo Escolar Ezequiel Freire em Itatiaia.

A residência do Dr. Oliveira Botelho também foi utilizada como abrigo aos militares bem como sua fazenda Santo Amaro, o contingente foi abrigado por força de que o filho do proprietário o tenente Cesar Botelho fazia parte deste destacamento.

Figura 1. Santa Casa de Resende, Formação de Saúde do Exército e Escoteiros



Fonte: Revista Fon Fon BN

3 Capitão Antônio Gentil Basílio Alves foi auxiliar de instrução do serviço de saúde em tempo de guerra – trabalhos práticos da Escola de Saúde do Exército em 1930.

E as tropas chegam em maior número aumentando toda movimentação bélica na cidade pois para Resende vieram o 2º Batalhão da 1º Grupo de Artilharia da Paraíba do Norte, com efetivo de 400 homens sob o comando do Capitão Muniz.

Em função dos combates são capturados em Engenheiro Passos próximo a Estação 30 soldados paulistas, na sua maioria jovens de ascendência italiana. Bopp diz que foram interrogados pelo Oficial de Dia ao Q.G. que lhes perguntou: “São Brasileiros?” e responderam de maneira altiva: “Somos Paulistas”.

Em função dos combates as tropas legalistas avançaram em suas incursões e toma Sant’Anna dos Tocos aos paulistas, após violentos combates. Os paulistas depois de abandonarem o campo de combate deixaram o soldado Ulisses Nunes Pereira, 21 anos, Pernambucano, soldado do 4º Batalhão de Infantaria, quarta companhia, que foi o primeiro soldado a falecer em dependências da Santa Casa em razão dos ferimentos de combate. Segundo Bopp, o soldado Ulisses Nunes, era o praça número 678 do 4º BI faleceu em função de uma peritonite. E foi sepultado no Cemitério Senhor dos Passos em sepultura de nº 22593- 1932.

O General Pedro Aurélio de Góis Monteiro transfere seu Q.G. de Barra Mansa para Resende instalando-se em Campos Elíseos, em composição ferroviária da Central do Brasil disponibilizada ao Destacamento do Exército do Leste. Em 19 de agosto ele envia um documento de seu Q.G. em Resende para Getúlio Vargas relatando os fortes combates em que as tropas legalistas envolveram-se e mostram-se segundo ele com bastante coragem revelando seu valor todo seu valor. Comenta sobre a presença do trem blindado que causou baixa no exército legalista, fala ainda do uso pelos paulistas de granadas de gás lacrimogêneo e granadas de mão. Solicita ele então os mesmos meios ao presidente⁴. Num telegrama datado de 20 de setembro de 1932 igualmente enviando ao Dr. Getúlio, Góis Monteiro relata o bombardeio de Lorena pelos revoltosos com uma peça de 150 mm, denominado pelos paulistas com o nome de CATARINA⁵ e avisa que deu um ultimato aos paulistas se continuarem atacará as diversas cidades do Vale do Paraíba progredindo até São Paulo⁶.

4 Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas elogiando a visita do Ministro da Guerra, Olegário Maciel, informando sobre o combate travado com as forças rebeldes durante o dia e reiterando pedido para que seja providenciada a remessa de armamentos. Resende (Vol. VII/42). CPDOC FGV acessado em 22/6/10 <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Pasta/PastaPesquisaConsultar.aspx>

5 In Jeziel de Paula, Agonia & Glória, imagens, mitos e memórias da guerra civil brasileira de 1932, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, setembro de 2001.

6 Telegrama de Góes Monteiro a Getúlio Vargas reiterando pedido para que as promoções militares sejam feitas com seu prévio conhecimento e comunicando o bombardeio da cidade de Lorena pelos rebeldes. Resende (Vol. VIII/5). CPDOC FGV acessado em 22/6/10

<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Pasta/PastaPesquisaConsultar.aspx>

Figura 2. Granada de Artilharia Constitucionalista cai sobre casa em Lorena nas disputa pela cidade.



Fonte:SIAN

Um grande número de soldados é baixado para Santa Casa não por causa dos embates mais por causa dos carrapatos, pneumonia e outros foram baixados feridos por conta dos embates. Prestaram serviços ao Serviço de Saúde Divisionário, instalado na Santa Casa os escoteiros, Divisão Escoteira de Resende do Grupo Escolar Dr. João Maia que serviram à Secção de Saúde do Exército.

A luta continua o Major Zenóbio da Costa inflige uma grande derrota as forças paulistas até então localizadas em Engenheiro Passos na altura da Fazenda Palmital⁷ nos contra fortes do Itatiaia.

Figura 3. Oficiais Legalistas na região de trílice fronteira fazenda Palmital.



Fonte: SIAN

⁷ Fazenda construída no XVIII ao largo do caminho para Minas Gerais, além das atividades agrícolas a fazenda servia para atender os tropeiros como ponto de descanso nas viagens para as Gerais, era parada obrigatória de que ia do Rio para estações termas. Acessado: em 19/06/10 http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/11_palmital.pdf.

Em função dos combates Resende, mais precisamente Itatiaia recebe a visita do Presidente Getúlio Vargas que chega acompanhado pelo Ministro da Guerra e o General Góes Monteiro. O Presidente Vargas visita a tropa acantonada no local e depois vai a Formoso na altura do Clube dos 200 para observar melhor a frente. Ação perigosa, pois estava à pequena distância da área de ação do Regimento de Infantaria paulista oriundo de Lorena (5ºRI). Em Resende o Comandante Militar de Ocupação baixa normas para os serviços postais telegráficos da cidade fixando censura militar. Intensificam-se as patrulhas de cavalaria e infantaria que rondam a cidade, onde a partir de 9 horas da noite foi estabelecido um toque de recolher que só pode ser revogado mediante um salvo conduto.

O bairro de Campos Elíseos foi ocupado pelas tropas e sua área do Horto Florestal do Ministério da Agricultura (conhecido na época por Chácara das Sementes) foi derrubada árvores para dar lugar a um campo de pouso para operação de esquadrilhas de aviões militares que iriam fazer operações de observação e ataque ao solo paulista.

Figura 4. Preparação do Aeródromo dos Eucaliptos como foi batizado pela Aviação Militar em 1932 – Resende –RJ



Fonte: SIAN – Arquivo Nacional

Os populares “Vermelinhos” chamavam muita atenção dos locais, principalmente quando chega o primeiro deles pilotado pelo tenente Muricy⁸ da aviação do Exército. O Tenente José Candido da Silva Muricy Filho era da Arma de Artilharia e foi transferido para a Arma de Aviação em 21 de agosto de 1930. Participou da Revolução Constitucionalista, em 1932, ao lado das forças governistas, chegando a engajar combate aéreo pilotando um Potez, tendo como observador-metralhador o Tenente José Vicente de Faria Lima. Durante a revolução Constitucionalista, em 1932, operou-se com o Grupo Misto de Aviação com 5 Waco CSO (com metralhadoras e porta bombas) e 12 Potez 25 TOE (observação e bombardeio) juntamente com a Escola de Aviação Militar, esta com 11 De Havilland DH 60T (ligação, ob-

8 Acessado em 20/06/2010: <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/correio/4-expansao.html>

servação e regulagem de tiro de artilharia), 1 Nieuport Delage 72 (caça), 1 Amiot (bombardeio), participaram das operações ao lado das forças legalistas. Os aviões Waco eram chamados de vermelhinhos. Foram realizadas cerca de 1.300 missões e voadas, aproximadamente, 2.500 horas.

Figura 5. Aeronave frente ao Hangar do aeródromo de Resende 1932.



Fonte: SIAN – AN

Tendo as forças legalistas alçado sucesso em suas operações as tropas progredem em direção a terras paulistas, a unidade do Serviço de Saúde do Exército deixa a Santa Casa de Resende para ficar em melhor posição junto a frente de combate, ficando uma unidade de apoio a Ambulância Mista Divisionária cujo comando era do Major Médico Dr. Mario Castro Pinto cujo efetivo era formado por farmacêuticos, enfermeiros, padioleiros; importante lembrar que estes padioleiros eram muitas vezes os jovens escoteiros da Divisão Escoteira de Resende auxiliados por três ambulâncias.

Figura 6. Ambulância da Formação de Saúde junto ao acantonamento do 2º e 8º Batalhões de Infantaria



Fonte: SIAN-AN

Neste momento enquanto umas unidades se deslocam rumo à frente de combate outras tropas chegam a Resende vindas de Alagoas, Sergipe e do Ceará, sendo que estes últimos são em especial mencionados por Itamar Bopp por sua fé em Padre Cícero, dizendo que em grande maioria usavam uma medalha do “Padrim” e não deixavam de ir às missas na matriz todos os dias.

Figura 7. Embarque de tropas oriundas de Sergipe – 1932



Fonte: SIAN-NA

Os primeiros prisioneiros paulistas chegaram à cidade e foram para cadeia de Resende, todos jovens estudantes de Direito da Faculdade Paulista do Largo de São Francisco e depois chegaram ainda mais uma leva de 36 prisioneiros entre eles advogados, industriais e mais estudantes. Neste período ocorreu o falecimento na Santa Casa do jovem soldado legalista de 21 anos Otávio Reis da Silva do 3º Batalhão de Caçadores⁹, que foi sepultado no Cemitério do Senhor dos Passos com honras militares. O 3º Batalhão de Caçadores é uma unidade histórica do Exército Brasileiro atuando em vários conflitos dentro da história militar brasileira teve como um de seus comandantes então Major Juarez Távora.

Figura 8. Major Juarez Távora, Gen. Góes Monteiro, Cel. Dalto e demais oficiais na Estação Cel. Fugêncio em Passa Quatro.



⁹ <http://www.morrodomoreno.com.br/exercito.htm> acessado em 22/6/2010.

Dentro deste cenário de hostilidades, quando da invasão das tropas paulistas as terras fluminenses, foi encontrado morto o sargento Ciso (Cícero) do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, sendo a primeira vítima dos embates entre as tropas legalistas na região da fazenda da Grama no distrito de Sant'Anna dos Tocos.

Sociedade e a luta

Varias entidades se engajaram no apoio as operações mais nenhuma foi tão atuante como a Loja Maçônica Lealdade e Brio que através de seu Venerável Mestre Jose Ferreira de Matos sede as instalações da loja para alojar oficiais superiores e suboficiais. Ao ter que se deslocar com a tropa que progredia dentro das linhas paulista o comandante da Ambulância Mista Divisionária Major Dr. Jose Valente Ribeiro agradeceu em officio a prestimosa ajuda e colaboração da entidade e seus obreiros ao exército e a causa nacional.

Mas não só de situações belas de solidariedade vive-se num momento com os de 1932, ocorreram problemas como o assalto da Fazenda Santa Maria, onde ocorreu o assassinato de Albino de Araújo, administrador da fazenda. As autoridades no sentido de manter a ordem local procederam a investigações e apuraram-se os culpados do crime um Cabo do Batalhão de Polícia de Sergipe José de Barros Cavalcante e o soldado Manoel de Almeida.

Outro fato que trouxe comoção a cidade foi à chegada do corpo do Capitão Cícero Augusto de Góes Monteiro¹⁰ morto em combate no setor de Silveira, sendo feito as exéquias fúnebres na Capela de N. S. da Boa Morte da Santa Casa de Misericórdia.

O Hospital de Convalescentes de Itatiaia em Campo Belo é utilizado como Hospital de Sangue em apoio às tropas, teve esta unidade o comando do Major Médico Dr. Lima Meirelles. Este posto avançado deve ter sido deslocado para Itatiaia uma vez que os combates eram aguerridos na região de Engenheiros Passos, próximos a fazenda Palmital, pois houve grande infiltração de tropas paulistas neste setor.

Segundo Bopp ocorre à distinção do 2º Tenente Cabral por bravura em combates na região entre Engenheiro Passos e Queluz, resendente que servia na 1ª companhia do 1º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria. Resende fica na história militar brasileira não só por ter participado com sua gente na Revolução Liberal de 1842, na Guerra do Paraguai com seus Voluntários de Pátria que foram ao teatro de operações do Rio da Prata formando parte do contingente do 8º Corpo de Voluntários, mas por sua ajuda efetiva da população as tropas legalistas o que acaba tendo um preço. E Itamar Bopp conta este episódio da seguinte forma:

“Na madrugada de 13 de agosto de 1932, por volta de três horas da madrugada, a cidade é despertada por violentos e sucessivos estampidos. Madrugada de luar argênteo. Buscam todos, atônitos,

10 Cícero Augusto de Góes Monteiro, filho de Pedro Aureliano Monteiro dos Santos e Constança Cavalcanti de Góes, casado com Clara de Mendonça Machado em 13 de julho de 1923. Cícero nasceu em 25 de novembro de 1892 em São Luiz de Quitunde/AL, Brasil. Ele faleceu em 29 de agosto de 1932 no Vale do Paraíba/RJ, Silveiras-SP.

conhecer a causa. Foi logo conhecida. Um avião que viera das bandas de São Paulo e que em baixa altitude sobrevoara o Campo de Aviação de Campos Elíseos, e o comboio da Central do Brasil que estacionado na estação de Resende, servia de Q.G. do General Góes Monteiro, tomando rumo a fazenda Santo Amaro nas cercanias da cidade, bombardeara terra limítrofes. Identificam-se sem tardança, os locais atingidos, terra das chácaras de Adelino Souto e de Inez Teltscher, à rua do Rosário e um valo, nos campos do imóvel Santo Amaro, de propriedade do Dr. Oliveira Botelho. Indisfarçável o nervosismo da população. Por todo dia foi grande a romaria de curiosos, civis e militares aos pontos atingidos. Um dos grandes petardos, o que caíra na chácara Teltscher, não explodira embora cravado até a meia altura, no local depois de desganhado pequena árvore que frondejava. Parece que o intuito do aviador ,foi tão só, fazer guerra de nervos, alarmando a população civil e atemorizando as tropa legais, com bombas feitas em Limeira pela firma Barros Camargo.¹¹”

Sabe-se que o General Klinger determinou como ação de dissuasão que fosse feito o bombardeio aéreo das cidades do Rio de Janeiro, Barra Mansa, Barra do Piraí e Resende, sendo que Resende foi a única a ser atacada entre os quatros pretendidos alvos das cidades citadas nas diretivas de Klinger a sofrer um ataque aéreo em 1932, fato como este que dentro da história militar brasileira faz da região alvo para mais estudos sobre a ação das tecnologias bélicas na historiografia militar brasileira. Talvez em função de sua posição estratégica dentro do confronto que a cidade recebe inúmeras visitas de gente importante para história do país naquele momento da história tais como o Almirante e Ministro de Marinha Protogenes Guimarães o Almirante Ary Pareiras interventor do Estado do Rio de Janeiro. Além do próprio Getulio Vargas que vem passar revista as tropas nas linhas de combate na região de Salto próximo a Nhangapi ao lado de seu comandante General Góes Monteiro.

Figura 9. O Presidente Getulio Vargas em Resvista às Tropas



Getúlio Vargas visita a frente de operações das forças governamentais entre Formoso e São Jose do Barreiro (SP), observando de binóculo a posição dos revolucionários paulistas e hoje sabemos que esta foto foi feita na região de Salto próximo a Nhangapi em Resende/RJ.

Ao fim as forças legalistas vão progredindo diante das vitórias contra os paulistas, as tropas que ora ocupavam a cidade vão em direção a Cruzeiro ponto tido como crucial para marcha até São Paulo. Foi este setor importante não só para os paulistas manterem por ser um importante entroncamento ferroviário, área comandada pelo Coronel Euclides de Figueiredo que ocupa a cidade e bloqueia o túnel que separa essa cidade estratégica de Passa Quatro, em Minas Gerais. Esse episódio ficou conhecido como a Batalha do Túnel da Mantiqueira.

Figura 10. Tropas Federais na Região da Mantiqueira.



Fonte: SIAN-AN

Resende esteve ocupada por tropas de 10 de março até 23 de setembro de 1932 com pleno envolvimento da população nas ações que acabam por marcar a história do Brasil nos primeiros momentos da década de 30 do século vinte. Podemos dar conta disto pela contabilidade de atendimentos da Santa Casa durante esta fase em que segundo dados foram atendidos 1.963 soldados, sendo 451 feridos em decorrência dos confrontos entre um lado e outro.

Figura 11. Nesta foto vemos artilharia legalista acantonada no bairro do Manejo se preparando para operações na fronteira com São Paulo



Fonte: Arquivo particular Luiz Filipe Pimentel.

Assim entendemos que o estudo das Guerras, das lutas internas mesmo que sendo fratricida como o episódio de 1932 nos ajuda entender com olhares positivos e negativos a luz da História Social e Militar os atos de bondade, dedicação, de benemerência por parte das populações que viveram um dos piores momentos da história de qualquer sociedade a guerra, que requer uma infra-estrutura como foram as usadas: fontes de energia elétrica, escolas, hospitais, templos religiosos, agremiações como a Maçonaria, o grupo de jovens escoteiros entre outras tantas. Por isto tudo devemos sempre ter olhares para o passado e relembrarmos de tudo o que passou e de todos aqueles que mesmo anonimamente participaram dos eventos que marcou e marcará a história do Vale do Paraíba a Revolução de 1932.

Referências

BARROS, Guilherme de Almeida. A Resistência do Túnel: revolução de julho de 1932. São Paulo: Piratininga, 1933. 233p. (ilust.)

BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um Revolucionário. Rio de Janeiro: scp, 1954.

Bopp, Itamar RESENDE – CEM ANOS DA CIDADE 1848-1948. São Paulo, Gráfica Sangirardi –São Paulo 418p.

COSTA, Emília Viotti da. 1932: imagens contraditórias. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. 104p.

DONATO, Hernâni. A Revolução de 32. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. 224p.

NOSSO SÉCULO: memória fotográfica do Brasil no século 20. (Coleção) v. III. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (pp. 38-57)

VARGAS, Getúlio Dorneles. O Ano de 32: a revolução ao norte. In: “A nova política do Brasil”. v.2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995. 1257p.

Fontes Telematizadas:

ANDRADE, Antonio de TEMA: VIAGEM NO TEMPO PARA ENTENDER 1932 <http://www.editora-opcao.com.br/ada12.htm> acessado em: 17 de junho de 2010

BENTO, Cláudio Moreira, História Militar OS 70 ANOS DA REVOLUÇÃO PAULISTA DE 1932 <http://www.ahimtb.org.br/> acessado em 21/6/2010.

CPDOC /FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> acessado do dia 10 a 22 de junho de 2010. https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Revolu%C3%A7%C3%A3o%201932&v_fundo_colecao



Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita e a Ilha da Redenção

Luiz Alberto da Costa Fernandes¹

Prefácio

Recebi neste ano de 2021 um honroso convite do meu amigo, o Cel Eng Carlos Roberto Peres, para preparar um artigo sobre o Ten Cel João Carlos de Vilagran Cabrita, Patrono da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro.

Tal convite apresentava, além da honraria da escolha, outro viés, este de preocupação para mim. Figura já lendária, como o Castelo de sua Arma, tem, no entanto, poucos dados primários novos, o que conduz a nós todos que escrevamos sobre ele a nos referenciar a textos anteriores dos que já o tenham homenageado. Procuramos escolher, dentre estes, os mais fidedignos e respeitados.

Difícil tarefa a de resgatar, a maior parte por meio das obras de outros, fatos que se passaram há mais de 150 anos. Procurarei incluir no texto alguns documentos novos encontrados nas minhas pesquisas.

Fui apresentado inicialmente ao nome do Ten Cel Vilagran Cabrita nas palestras matinais proferidas pelo Cel Inf Francisco Ruas dos Santos, Comandante do CPOR/RJ em 1966, ano em que o cursei. Melhor não poderia ser o apresentador: militar sério e exemplar como era; pesquisador e historiador afamado, que se tornou depois.

Em 2008, preparei outro trabalho também sobre o Ten Cel Vilagran Cabrita, desenvolvido com o objetivo maior de levantar sua genealogia, sempre, no entanto, anexando os fatos e dados históricos correlacionados. Aqui o enfoque será o inverso: o foco serão os fatos e dados históricos e, secundariamente, alguns dados genealógicos.

1 Autor: Luiz Alberto da Costa Fernandes (Dom Beto) – 2º Ten R2 Eng. Eng pela Univ. Católica de Petrópolis 1970 – Extensão: IAG - PUC/Rio. Pesquisador e genealogista. Titular da cadeira nº 5 do Colégio Brasileiro de Genealogia. Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil /RJ– Cad. 32 – Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares

2. Revisão – por Regina Cascão Viana. Bacharel em Pedagogia/Adm. Escolar e em Teologia (católica). Ex-professora da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro-RJ e ex-funcionária do Banco do Brasil. Genealogista. Titular da Cadeira nº 28 do Colégio Brasileiro de Genealogia, tendo sido Presidente nos biênios 2012-13 e 2014-15, e diretora 1ª Secretária em diversos períodos e gestões.

Figura 1. Busto do Ten Cel Vilagran Cabrita 1º Batalhão de Engenharia de Combate
Praça Ruão, 35 - Postal - Foto de Marcelo Cardozo



- Notas: 1) O nome de Vilagran Cabrita aparece grafado de inúmeras maneiras nos diversos documentos e obras. Adotaremos a grafia “Vilagran Cabrita” neste artigo.
2) Os nomes Lopes, Lopez e López serão padronizados aqui como López.

“Vilagram Cabrita teve uma vida normal como a grande maioria dos oficiais do Exército. Era zeloso de sua preparação profissional e moral, como integrante de uma grande equipe – o Exército Brasileiro. Estava, pois, bem preparado, profissional e moralmente, para seu grande encontro na ilha da Redenção, com a História do Brasil e com a glória militar eterna. E nisto ele não difere da imensa maioria dos oficiais do Exército Brasileiro, que embora condenando a guerra, não perdem um só minuto para se prepararem o melhor possível para esta eventualidade indesejável, tão presente e viva na história da Humanidade”. (Cel Cláudio Moreira Bento)

1. Família e Carreira Militar de João Carlos de Vilagran Cabrita

Ramo paterno

Nos ascendentes paternos de Vilagran Cabrita, faremos um corte, iniciando-os com o Sargento-mor Nazário Licério Cabrita, nascido em Lagos, PT e falecido em dezembro de 1803 (PT).

Nazário era casado com D. Efigênia Raimunda Claudiana de Castro, nascida antes de 1770, filha de Isidoro d’Avelar, Governador da Fortaleza da Barra da Vila Nova de Portimão (PT), nomeado em Lisboa, aos 5 de novembro de 1770 e de sua mulher Dona Antônia Baptista de Castro.

O sargento-mor Nazário Cabrita e Efigênia Raimunda de Castro acima foram os pais de Francisco de Paula de Avelar Cabrita, nascido c. 1780 em Lagos, Algarves, PT, que, por sua vez, viria a ser o pai de João Carlos de Vilagran Cabrita.

Francisco de Paula entrou para o Exército, alistando-se no Regimento de Infantaria num 2 de Lagos, ainda menor de idade em junho de 1795, chegando no citado Regimento a Cadete Granadeiro. Participou na campanha da Península de 1801 e na de 1808 até 1814, sendo ferido na Batalha de Pamplona em 1813, ficando afastado por onze meses na Espanha.

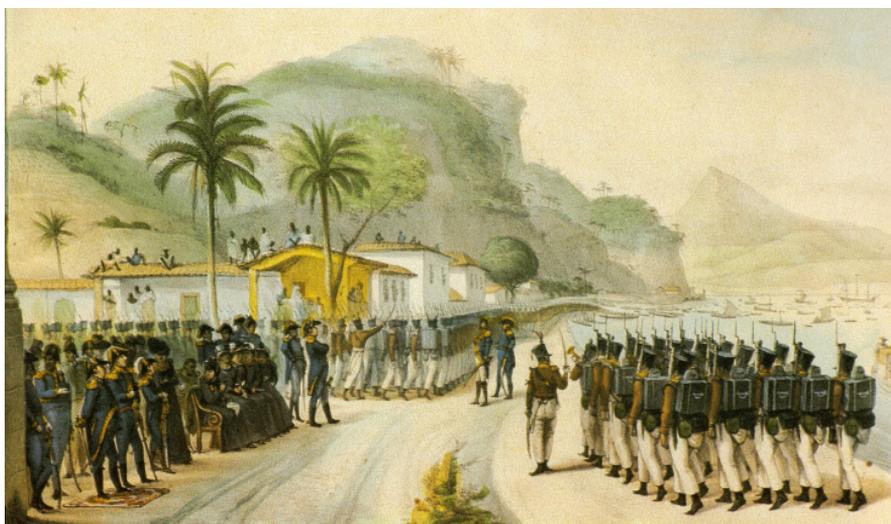
Ofereceu-se para integrar a divisão de tropas criada em 30 de maio de 1815 com o nome de Voluntários Reais do Príncipe, destinada ao Rio da Prata. Seguiu sua carreira militar na Cisplatina promissoramente, sob o comando do Gen Carlos Frederico Lecór, tendo participado das Batalhas da Banda Oriental do Rio da Ponte desde 1816 até 1822, atingindo o posto de Ten Cel em 12 de outubro de 1825.

Francisco de Paula casou em 16 de março de 1820 na Catedral de Montevidéu, então Colônia Cisplatina, com Polônia de Villagran, de importante família local.

Participou da campanha de 1825 na defesa da Povoação de Mercedes (abril a outubro de 1825) e atuou na defesa das Praças sitiadas pelo inimigo da Colônia do Sacramento e Montevidéu até 31 de outubro de 1828, quando por ordem de Sua Majestade Imperial D. Pedro I, se recolheu ao Rio de Janeiro.

O Ten Cel Francisco de Paula de Avellar Cabrita foi pai de dois filhos: João Carlos de Vilagran Cabrita, e de outro que recebeu o mesmo nome do pai: Francisco de Paula de Avellar Cabrita Junior. (33, FERNANDES)

Figura 2. Praia Grande, (Niterói, RJ) Voluntários D’El Rey – Desenho de Debret - 1816
“Embarque na Praia Grande das tropas destinadas ao sítio de Montevidéu”



Ramo materno

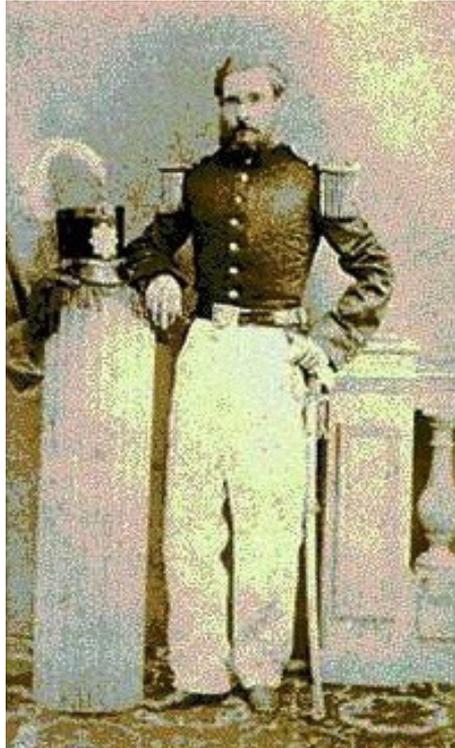
Dos ascendentes maternos de Vilagran Cabrita, vamos nos ater ao seu avô materno: Marcelino Villagran (ou José Marcelino Villagran Artigas), nascido aos 02 de junho de 1860 [em Buenos Aires ou Montevidéu]. Casou com D. Joana Inês Olivera, nascida por volta de 1770, em Buenos Aires, AR. Marcelino era descendente de duas tradicionais famílias da região: Carrasco e Artigas.

Do casal Marcelino Villagran e Joana Inês nasceu Polônia de Villagran, nascida c. de 1787 em Montevidéu, e falecida em 08 de julho de 1877, no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Polônia de Villagran foi a mãe de João Carlos de Vilagran Cabrita. (33, FERNANDES)

Descendentes de João Carlos de Vilagran Cabrita

João Carlos de Vilagran Cabrita (I) - Ten Cel - nasceu em 30 de dezembro de 1820 em Montevidéu, Uruguai (então Colônia Cisplatina do Reino de Portugal), sendo batizado na Capela das Mercês da mesma cidade. Faleceu a 10 de abril de 1866 na Ilha da Redenção - Rio Paraná, então território paraguaio.

Figura 3. Ten Cel João Carlos de Vilagran Cabrita



Vilagran Cabrita se casou com Clara Emilia Menezes de Drummond, uma das últimas dos oito filhos do Major José de Vasconcellos Menezes Drummond (já falecido neste casamento) e de Maria Feliciano Fontoura (c) Menezes Drummond, em 26 de abril de 1856 na Freguesia do Santíssimo Sacramento, Rio de Janeiro, RJ. Clara nasceu em 22 de maio de 1834, no Rio de Janeiro, RJ, onde faleceu em 28 de janeiro de 1917, aos 83 anos. Vilagran Cabrita e Clara Emília tiveram os seguintes filhos:

1. João Carlos de Vilagran Cabrita (II) nasceu em 10 de maio de 1857, Rio de Janeiro, RJ e aí veio a falecer com pouco mais de um ano, em 01 de dezembro de 1858.

2. Raul Pedro de Drummond Cabrita – Cap Eng, nasceu em 26 de abril de 1859, no Rio de Janeiro, RJ, onde faleceu em 26 de junho de 1910, sendo sepultado no Cemitério de São João Baptista, Rio de Janeiro, RJ. Em 1889, ainda Tenente, Raul Pedro de Drummond Cabrita foi Secretário do 4º Batalhão de Engenheiros.

Casou com Elvira de [Figueiredo] Menezes, filha de José Manoel de Menezes e de Carlota Francisca de Figueiredo, a 24 de março de 1889 na Capela do Recolhimento de Santa Teresa, Rio de Janeiro, RJ. Elvira nasceu aos 24 de março de 1862, Rio de Janeiro, RJ, onde faleceu a 05 de junho de 1945. O casal Raul e Elvira teve descendência, que não será aqui apresentada. (33, FERNANDES).

• Cronologia dos fatos ligados à vida de João Carlos de Vilagran Cabrita (JCVC)

A Corte Portuguesa instalou-se no Rio de Janeiro desde 8 de março de 1808, depois da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte.

Em 30 de dezembro de 1920, nasce João Carlos de Vilagran Cabrita (JCVC), em Montevidéu, então Colônia Cisplatina do Reino Unido de Portugal, onde foi batizado na Capela das Mercês.

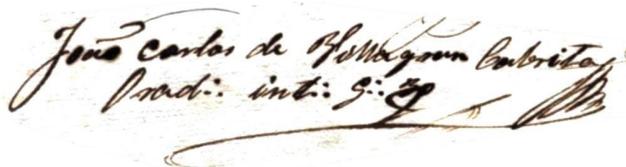
Em 12 de outubro de 1825 o Major Francisco de Paula de Avelar Cabrita, pai de JCVC, recebe a Mercê de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro. (4, AN) Nesse mesmo dia é promovido a Tenente-Coronel graduado. (1, AHEx) Em 1828, recebe Ordem Imperial para se recolher à Corte [Rio de Janeiro].

Em 05 de março de 1838 o Tenente-Coronel graduado de 1ª linha Francisco de Paula de Avelar Cabrita, pai de JCVC, passa para a inatividade. (1, AHEx)

João Carlos de Vilagran Cabrita assentou praça de soldado voluntário a 13 de janeiro de 1840 na 2ª Companhia do 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Em 02 de dezembro de 1842 era promovido a Alferes-aluno, ficando então adido à 1ª Companhia do 1º Batalhão de Artilharia a Pé de 1ª Linha, com sede no Rio de Janeiro. (11, AN), (30, CERQUEIRA)

JCVC foi maçom, tendo atingido o grau 30 na ordem. Era membro da Loja “23 de Julho”. Em 13 de abril de 1843 participou da primeira Seção de Trabalhos da Loja, ARLS (Augusta e Respeitável Loja Simbólica) Dezoito de Julho nº 79 - Rua do Lavradio, 97, Templo 1 - Palácio do Lavradio - Centro - Rio de Janeiro. Sua assinatura consta na ata do dia de inauguração da Loja, tendo sido orador naquela sessão solene.

Figura 4. Assinatura de JCVC em abril de 1843 – Ata nº 1 da Loja 18 de Julho Nº 79
Créditos à referida Loja



Em 11 de setembro de 1843, JCVC é promovido a Segundo-Tenente (1º Batalhão de Artilharia a Pé de 1ª Linha, com sede no Rio de Janeiro) e em 23 de julho de 1844 a Primeiro-Tenente, sendo transferido a 09 de agosto de 1844 para o 2º Batalhão de Artilharia, ficando Adido ao 1º Batalhão, desde 22 de agosto de 1844. (11, AN), (44, REBELO)

No final de outubro de 1845 JCVC embarca com o 2º Batalhão de Artilharia (30, CERQUEIRA) na Corveta Carioca, com destino à Província de Pernambuco de onde regressa para a Corte em 19 de fevereiro de 1846, requisitado pela Escola Militar para conclusão de seus estudos.

Em 22 de outubro de 1846 falece o Cel Francisco de Paula de Avelar Cabrita, pai de JCVC, na Freguesia de São José, Rio de Janeiro, sendo sepultado na Igreja de Santo Antônio. (33, FERNANDES)

Em 01 de janeiro de 1847 JCVC apresenta-se, na Corte, no 1º Batalhão e a 16 do mesmo mês recebe o Diploma de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar do Rio de Janeiro, depois dos sete anos cursados. (11, AN), (42, PILAR), (44, REBELO)

JCVC voltou a reunir-se então ao 2º Batalhão de Artilharia, a que pertencia e que se encontrava ainda na capital de Pernambuco. Apresentou-se ali em 04 de maio de 1847, tornando-se comandante da 4ª Companhia do referido 2º Batalhão de Artilharia, que comandou até 29 de outubro de 1847.

Em 07 de setembro de 1847 foi transferido por decreto para o Corpo de Artilharia da Corte. (11, AN), (44, REBELO)

Em 17 de março de 1851, por aviso do Ministro da Guerra de 17 de março de 1851, JCVC ficou em diligência na Província do Rio Grande do Sul, à disposição do seu Presidente e Comandante das Armas – o (então) Conde de Caxias - de onde seguiu para a República do Paraguai para servir de Instrutor da Arma de Artilharia, retornando ao Brasil em 18 de novembro de 1851. (11, AN), (42, PILAR)

Em julho de 1851 foi elaborada a “Planta - Rio Paraguai desde as 3 bocas até o Pilar e do Rio Paraná desde Corrientes até o Forte de Itapiru, levantada p/ ordem do Presidente da República do Paraguai pelos oficiais do Exército brasileiro Cap. Hermenegildo de Albuquerque Porto Carreiro e Ten. João Carlos de Willagran[sic] Cabrita em julho de 1851. “(14, BN) – Ver Fig. 5 na pág. seguinte.

Em 30 de abril de 1852, JCVC é promovido a Capitão, sendo transferido a 31 de maio de 1852 para o 4º Batalhão de Artilharia. (11, AN), (44, REBELO)

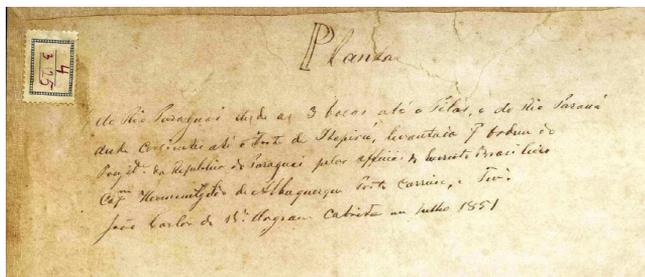
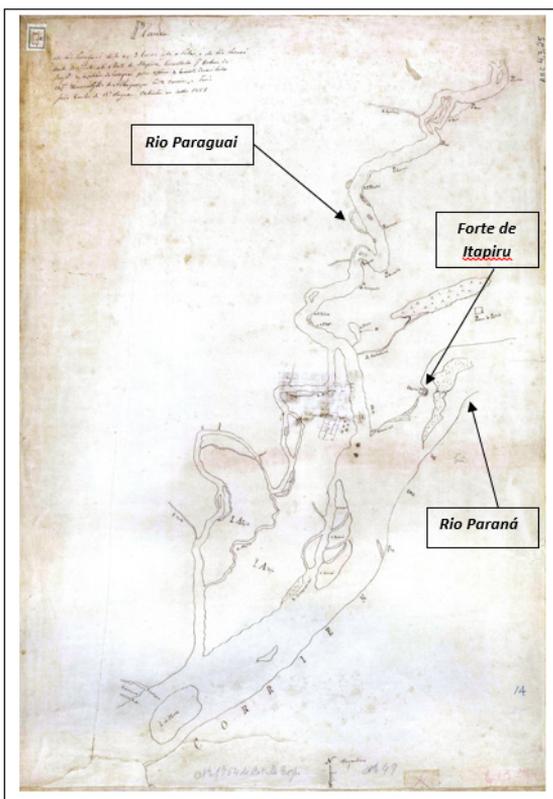
Em 02 de dezembro de 1854, já Capitão, JCVC recebe a Mercê de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. (10, AN)

Ainda em 1854 JCVC iniciava a “Planta dos Rios Pomonga e Lapatubá, e das Barras destes e do (rio) Cotinguiba na Província de Sergipe”. (32, DUARTE)

O Cap JCVC é nomeado Instrutor de Primeira Classe da Escola de Aplicação do Exército, em 31 de março de 1855, por decreto desta data. (9, AN), (11, AN), (42, PILLAR), (44, REBELO)

Figura 5. [e detalhe]

“Planta - Rio Paraguai desde as 3 bocas até o Pilar e do Rio Paraná desde Corrientes até o Forte de Itapiru...” pelo Cap Porto Carreiro e Ten Villagran Cabrera – julho 1851 Créditos - Biblioteca Nacional - Cartografia (14, BN)



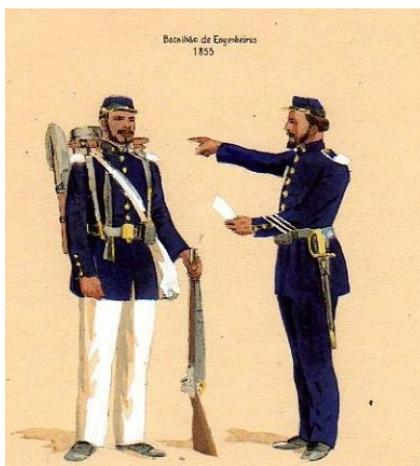
“A 1 de abril [de 1855], havendo sido criado o 1º Batalhão de Engenheiros, em cujo comando ficou o excelente oficial do Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe, Major Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, Vilagran Cabrita viria emprestar o brilho de seu decidido concurso a esta unidade da arma do labor intenso...” (42, PILLAR)

Figura 6. Livro para registro das ordens do dia Batalhão de Engenheiros - Abril de 1855
Folha de abertura com a assinatura de JCVC



A 23 de outubro de 1855, JCVC “... passou a exercer as funções de Fiscal do Batalhão de Engenheiros, continuando nas funções de Instrutor de 1ª Classe da Escola de Aplicação do Exército”, onde hoje existe a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. Por várias vezes iria exercer o comando do Batalhão, ainda que interinamente. (44, REBELO)

Figuras 7 e 8. Soldado e Oficial de Engenharia em 1855 (50, WASHT)



Aos 26 de abril de 1856, realizou-se o casamento do Capitão João Carlos de Vilagran Cabrita com Clara Emília Meneses de Drummond, no Rio de Janeiro. No casamento JCVC era Capitão do 4º Batalhão de Engenharia a Pé. (16, CBG), (19,20 CÚRIA), (26, BARATA)

Clara Emília era descendente de importantes e tradicionais famílias de militares, tais como: pelo lado paterno: dos Ferreira de Menezes; Araujo Frazão e Souza; e do lado materno: Morais Antas; Carr Ribeiro; Ribeiro de Bustamante; Pinto da Fontoura; Pereira Pinto. (3, FERNANDES)

JCVC comandou interinamente o Batalhão de Engenheiros da Praia Vermelha [RJ], de 08 de agosto de 1856 a 03 de março de 1857. (11, AN), (41, PEGADO)

Em 10 de maio de 1857, nasce no Rio de Janeiro João Carlos, primeiro filho de JCVC/Clara Emília que viveu pouco mais de um ano. (21, CÚRIA)

Em 13 de outubro de 1857, JCVC é nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo prestado juramento em 20 de novembro do mesmo ano. (8, AN)

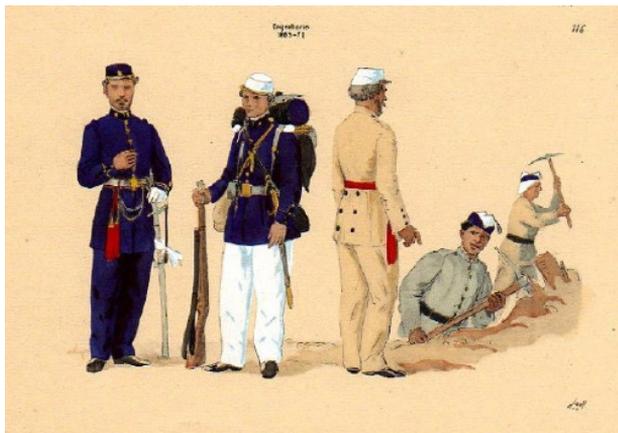
Em 26 de abril de 1859 nasce no Rio de Janeiro, (RJ) Raul Pedro de Vilagran Cabrita, segundo filho de JCVC/Clara Emília. (22, CÚRIA)

Em 16 de abril de 1861, o então Cap JCVC recebe à Mercê de Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz. (6, AN), (26, BARATA), (44, REBELO). Em 02 de dezembro de 1862 JCVC é promovido a Major efetivo por merecimento, mesmo ano em que assumiu o governo do Paraguai Francisco Solano López. (11, AN), (44, REBELO)

14 de junho de 1865 – O 1º Batalhão de Engenheiros, tendo JCVC por fiscal administrativo, parte do seu quartel na Praia Vermelha [RJ] para o teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança, entrando em combates já no fim do mesmo ano. (42, PILLAR)

De 23 de junho de 1865 a 30 de junho de 1865, JCVC encontrava-se viajando de Montevideú para o Passo do Corralito com o Batalhão de Engenheiros. Em 24 de julho do mesmo ano, novamente JCVC assume interinamente o comando do Batalhão de Engenheiros, em pleno curso da Guerra da Tríplice Aliança. (49, TAVARES).

Figura 9. Uniformes da Engenharia 1865-1871 (50, WASHT)

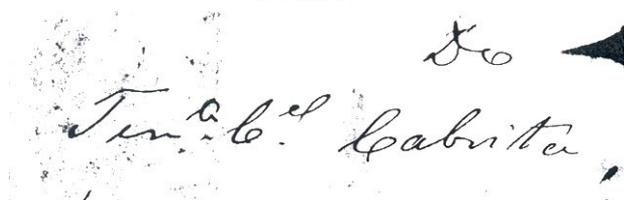


Vilagran Cabrita é promovido a Tenente-Coronel em 22 de janeiro de 1866. (3, AHEx), (42, PILLAR), (44, REBELO)

Em 09 de fevereiro de 1866 encontrava-se na Província de Corrientes, Argentina, assinando ainda como Major Comandante interino do Batalhão de Engenheiros, conforme carta do próprio, ao “Ilmo Exmo. Snr. Marechal de Campo Manuel Luiz Ozório – Comandante em Chefe do Exército em operação contra o Paraguay.” (17, IHGB)

08 de abril de 1866 – JCVC escreve uma de suas últimas cartas - senão a última - ao General Ozório, assinando já como Tenente-Coronel, na Ilha da Redenção, às vésperas de seu trágico fim. Na carta tecia considerações sobre as movimentações das unidades sobre seu comando, solicitando que fossem mantidos na Ilha os mesmos que já lá se encontravam. (18, IHGB)

Figura 10. Assinatura de JCVC em uma de suas últimas cartas - se não a última – ao Gen Osório em 08 de abril de 1866

A handwritten signature in cursive script, reading "Tenente Coronel Cabrita". The signature is written in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. To the right of the signature, there is a small, dark, triangular mark or stamp.

Créditos IHGB (18)

Morte - Em 10 de abril de 1866 morre JCVC, atingido por tiro de obus, numa chata, enquanto redigia a parte da vitória na defesa da Ilha da Redenção.

Em 11 de abril de 1866 foi efetuado o sepultamento dos restos mortais de JCVC. Em 30 de julho de 1866 foi concedida pensão à Clara Emília Meneses Drummond (c) Cabrita, viúva de JCVC. (12, AN)

Depois de 1870...

Em 08 de julho de 1877 falece no Rio de Janeiro (RJ) Polônia de Villagran Cabrita, mãe de JCVC, com cerca de 90 anos.

A Engenharia como Arma do Exército Brasileiro foi estabelecida pelo decreto nº 6971 de 04 de janeiro de 1908, dotando-a de cinco batalhões e quatro companhias. (49, TAVARES)

Aos 28 de janeiro de 1917 falecia no Rio de Janeiro (RJ), Clara Emília Drummond Cabrita, com 83 anos, viúva de JCVC.

Em 04 de abril de 1938 - Pelo Decreto 2553, o Presidente Getúlio Vargas dá a denominação de “Batalhão Vilagran Cabrita” ao então 1º Batalhão de Transmissões (antigo 1º Batalhão de Engenheiros, organizado em 1855). (13, AN)

13 de março de 1962 - Pelo Decreto 51.429, João Carlos de Vilagran Cabrita torna-se Patrono da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro. (2, AHEx)

2. A Ilha da Redenção na Guerra do Paraguai

Não nos aprofundaremos aqui na história da Guerra do Paraguai (ou da Tríplice Aliança) como um todo. Este capítulo II apresentará apenas uma visão reduzida dos Combates na Ilha da Redenção, primeiro confronto de forças exclusivamente brasileiras contra o Paraguai, sob o comando do General Osório, e já em território paraguaio, ao fim do qual perdeu a vida o Ten Cel Eng João Carlos de Vilagran Cabrita, hoje Patrono da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro e nosso homenageado neste trabalho.

Figura 11. João Carlos de Vilagran Cabrita (JCVC)



Fig. 12. Ordem de São Bento de Aviz



Fig. 13. Ordem de Cristo



• Antecedentes:

Em 12 de novembro de 1864, no rio Paraguai, navio de guerra paraguaio apreendeu o navio brasileiro Marquês de Olinda, que transportava Frederico Carneiro de Campos para a Província de Mato Grosso, nomeado Governador. Foi o primeiro ato bélico unilateral que conduziu à declaração de guerra à República do Paraguai, governada então pelo General Francisco Solano López.

Formada a Tríplice Aliança, firmada em 1º de maio de 1865, na cidade de Buenos Aires entre Brasil, Argentina e Uruguai, passam os Aliados a se organizar em conjunto para a guerra.

Em “23 de janeiro de 1865 é criado o Batalhão de Engenheiros, primeira unidade da Arma de Engenharia do nosso Exército [...]”. Em “1 de junho de 1865 o Batalhão de Engenheiros é reorganizado para incorporar-se, totalmente, ao Exército em operações no Prata.” (44, REBELO)

Depois da reorganização foi nomeado seu comandante o Ten Cel Francisco Gomes de Freitas, e Fiscal o Maj Vilagran Cabrita. A nova unidade fora criada com o grupamento de oficiais selecionados de todas as Armas, principalmente da Artilharia e do Corpo de Engenheiros.

“A 11 de junho de 1865 trava-se a grande Batalha Naval de Riachuelo onde a esquadra de López foi batida fragorosamente...” e, a partir daí, a Marinha iria garantir” ... o suprimento às tropas vindas do Sul bem como condicionando as operações mais importantes às vias dos rios Paraná e Paraguai e barrando as pretensões de López ao sul do paralelo Passo da Patria - Itapua.”

“Após a rendição das tropas paraguaias comandadas pelo Cel Antonio Estibarríbia, na cidade de Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865, na presença do Imperador D. Pedro II, dos generais Bartolomeu Mitre, Presidente da República Argentina, Venancio Flores, Governador provisório da República Oriental, Caxias, e Conde d’Eu, a junta dos generais, sob a presidência do General Mitre, estabeleceu um plano de ações para levar a guerra ao solo paraguaio, com base na concentração prévia dos exércitos aliados na região de Corrientes,.” (44, REBELO)

• Resumo dos Combates na Ilha da Redenção

No princípio de 1866, as forças da Tríplice Aliança estabeleceram-se na província argentina de Corrientes, na área fronteira ao forte paraguaio de Itapiru, preparando a invasão do Paraguai, deparando-se, porém com um enorme problema: como fazer a enorme tropa transpor o largo rio Paraná, com cerca de 2.500 metros de largura?

O Exército Aliado estava formado nesta ocasião por “cerca de 42.000 aliados, dos quais 30.000 brasileiros”. (49, TAVARES)

Os paraguaios fustigavam com fogos, investidas e repetidas incursões no território argentino, mas com poucos elementos, os acampamentos fronteiros ao Forte de Itapiru, principalmente as guarnições argentinas. O maior ataque ocorreu em 31 de janeiro de 1866, mas já no dia seguinte, 1º de fevereiro, retiravam-se os paraguaios, retornando à sua margem do Paraná. Tal sangrento combate tomou o nome de Combate de Corrales. O resultado de tal refrega ficou sendo dúbio: dado como vitorioso

tanto pelos argentinos como pelos paraguaios. (30, CERQUEIRA)

O Exército da Tríplice Aliança precisava atravessar o rio Paraná ou o rio Paraguai para iniciar a invasão do Paraguai. No entanto, os meios de que dispunham não permitiam uma travessia fácil: navios de diferentes calados, a falta de consenso para a definição do ponto de transposição, com diferentes opiniões entre os Chefes Militares Aliados; não se dispunha de botes e pontões suficientes: “...basta lembrar que o simples emprego de 3 pontões pneumáticos, na passagem do Mocoretá, durante o deslocamento do Exército Brasileiro para Corrientes,, constituía uma novidade absoluta...”.(13, TAVARES) Os que existiam eram poucos e de utilização impensável para um rio daquela dimensão (cerca de 2,5 km no rio Paraná) e para o volume e peso a ser transposto; não existiam pontes próximas, nem a possibilidade de construção de uma obra daquela envergadura. “...impunha-se a realização de minuciosos reconhecimentos a fim de ser feita a seleção dos locais de passagem mais favoráveis...” “ Todo este trabalho é realizado, com o maior cuidado, com o maior detalhe, pelo Corpo de Engenheiros, sob a direção do Ten Cel Carlos de Carvalho e pelo Batalhão de Engenheiros, coadjuvados por elementos da Esquadra de Tamandaré. Os generais Mitre e Osório optavam pela transposição do rio na região do Itatí, ponto intermediário entre o Passo da Pátria e Itapua, portanto bem para Este de Três Bocas. Já o Almirante Tamandaré e o General Flores desejavam que a transposição fosse executada na região do Passo da Pátria, onde a esquadra poderia dar maior apoio ...”. (44, REBELO)

Os paraguaios, por seu lado, mantinham-se no seu território, bem conhecido por eles, junto ao Passo da Pátria, e a cavaleiro no Rio Paraná, no Forte de Itapiru.

O “Jornal do Commercio” do Rio de Janeiro de 20 de abril de 1866 trazia a descrição do Forte de itapiru:

“O Forte que parece ser de construção antiga está edificado sobre uma ponta de península que ali formam o rio e uma espécie de enseada muito entrante.

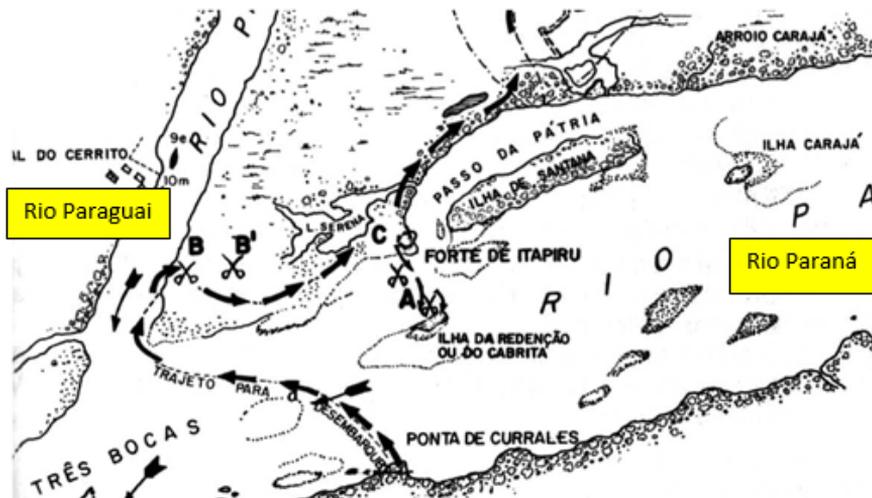
Consiste de um quadrado de muralhas de pedra bastante grossas e elevadas, e que tem 100 metros por face. Na frente do rio tem a muralha cinco canhoneiras, onde se descobrem outras tantas peças de artilharia de campanha. Uma haste com a bandeira paraguaia, e que também serve para sinais telegráficos, completa o aspecto militar dessa fortificação.

A barranca em que o forte está edificado tem 30 pés de elevação, descobrindo-se só uma espécie de rampa para subir a ele, pelo lado direito. Do lado esquerdo fica a enseada, que o forte cobre em parte e protege de perto, descobrindo-se à distância um pequeno arroio, ou riacho, que vai ter ao acampamento dos paraguaios.

A margem do rio à direita do forte é toda baixa, alagada e coberta por uma ilha que corre paralela com ela na extensão de uma légua, e se denomina de Sant’Ana.

Entre esta ilha e o forte há uma ilhota de pedras e em frente a ambas, a 300 braças de distância, uma outra ilha pequena, parte de areia e parte coberta de fraca vegetação. É esta ilha que o Tenente-Coronel Cabrita havia ocupado com forças brasileiras.” (31, DUARTE) Ver Fig. 14 a seguir

Figura 14. Rio Paraná, Ilha da Redenção, Forte de Itapiru e rio Paraguai (31, DUARTE)



A ocupação da Ilha da Redenção, e os combates nos dias 9 e 10 de abril de 1866, foram as primeiras intervenções brasileiras em território paraguaio. Segundo o Cel Claudio Moreira Bento, a conquista da Ilha da Redenção, no rio Paraná “... Foi uma estratégica ação secundária, diversionária, para permitir a invasão aliada do Paraguai. Operação militar que se constitui no 1º confronto militar do Exército de Osório com o inimigo e foi preparatória à invasão pelo Passo da Pátria, em monumental operação anfíbia.” (29, BENTO) “A Esquadra Imperial estava dividida em três divisões: uma bloqueando a entrada do Rio Paraguai e as duas restantes tomaram posição em frente ao Forte Itapiru.” (40, OURO PRETO)

• As Chatas Artilhadas (Baterias flutuantes)

Os paraguaios reapareceram nessa época com as chatas artilhadas (baterias flutuantes) (40, OURO PRETO), (48, TAVARES) que já haviam sido utilizadas na Batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1865. Foram tão importantes nos combates em 1866 e 1867 que merecem algumas linhas aqui: eram uma reinvenção paraguaia, projeto do engenheiro paraguaio Desidério Trujillo, que havia estudado na Europa, ainda no tempo do Presidente Carlos Antônio López, pai de Solano López. Construídas em madeira bruta, com cerca de 40 metros de comprimento, rasas, ficavam apenas cerca de 30 cm acima da linha da água, sem velas, motor ou outros. Eram fixadas em pontos dos rios estrategicamente escolhidos e ali ancoradas em terra ou bancos de areia ou mantidas ancoradas em rebocador. A construção delas se iniciou em 1861-1862 e visava cobrir as precariedades da Marinha paraguaia. No decorrer da Guerra estima-se que tenham sido construídas pelo menos dez chatas artilhadas. (38, BARROS)

Haviam sido empregadas já no ataque ao Forte Coimbra, Riachuelo e, depois dos combates da Ilha da Redenção, ainda utilizadas em Humaitá.

O convés era chato, pouco acima da linha da água, no meio da qual existia um “reparo acomodado no interior, girava um rodízio de 68 manobrado pelos tripulantes ocultos no porão...” “... era a chata alvo difícil de atingir-se, ao passo que suas balas, deslizando ao lume d’água batiam em cheio nos grandes navios, à altura da flutuação, ameaçando submergi-los em poucos instantes”. (OURO PRETO, 40)

Figura 15. Itapiru - Abril de 1866
Chatas artilhadas rebocadas
Quadro de Cândido López
Museu Histórico Nacional – Buenos Aires



“Figura-te um grande e possante batelão de fundo chato, tendo convés a proa e a ré, e uma abertura no meio, como um poço de 2 metros de profundidade; nesse fundo assenta um trilho circular sobre o qual gira a carreta do enorme canhão, cuja boca (estando o eixo da alma, horizontal) fica pouco mais de um palmo acima da superfície do rio e às vezes a babujar na água. As pontarias podem ser em elevação e em todas as direções do horizonte. Assim carregadas, as embarcações estavam quase submersas, e no poço do rodízio se abrigava a guarnição que comunicava-se com os paióis de munições sem expor-se. Só uma bomba atirada por elevação ou o casual ricochete de uma bala podem inutilizar alvo tão difícil de atingir, ao passo que seus artilheiros tranquilamente girando a carreta não deviam errar um tiro.” (37, HOONHOLTZ)

As chatas tiveram preponderância na guerra, principalmente até a invasão e o desembarque dos Aliados no Paraguai, mas continuaram a ser usadas, até mesmo pelos Aliados, nos bombardeios às fortalezas paraguaias, em Curuzu e Curupaity em 1867, com as próprias chatas tomadas aos paraguaios.

Deixaram de ser utilizadas em 1868, por ambos os lados: pelos Aliados pelo recebimento de maior número de embarcações para a Marinha; do lado paraguaio, pois o grosso de suas tropas passou a envolver-se na campanha da cordilheira, onde as forças navais tiveram muito menor importância nos combates, sendo empregadas muito mais em levantamentos, bloqueios e transporte logístico. (38, BARROS)

• O Terreno

Cabe aqui uma nota a respeito do nome da “Ilha da Redenção”, na verdade uma ilha temporária. Neste período da Guerra, os Exércitos Aliados não possuíam ainda mapas precisos e confiáveis, tão necessários, nem da parte terrestre, nem na parte hidrográfica.

A ilha da Redenção tinha uma forma de elipse, acompanhando sua maior dimensão o curso do rio. “...muito mais próxima do território paraguaio que do correntino, mas ainda separada daquele por um canal assaz largo e, como depois se soube, bastante profundo”. (49, TAVARES)

Os rios Paraná e Paraguai eram e ainda são sujeitos à formação de ilhas temporárias, muitas delas enormes, geradas pela força das águas, com os sedimentos e macegas das enchentes desses rios.

O nome deste banco dado pelos paraguaios era “Purutuê”, “Purutué” ou “Banco de Itapiru”; para os Aliados: “Ilha da Redenção (título alusivo à primeira vitória de Osório)” (48, TAVARES); Ilha de Itapiru, por ser defronte ao Forte de mesmo nome, Ilha da Vitória, Ilha Cabrita, depois da sua morte, Ilha do Carvalho, em homenagem ao chefe da Comissão de Engenheiros – Ten Cel José Carlos de Carvalho. Estes são alguns dos muitos nomes que se encontram nos livros dos que escreveram sobre tal época.

• Ocupação da Ilha da Redenção pelos Brasileiros

Efetuada um reconhecimento da Ilha, pelo Ten Cel José Carlos de Carvalho e outros engenheiros, com 80 praças brasileiros em 29 e 30 de março de 1866, “já na previsão de ocupá-la..” (48, TAVARES) foi verificado que seria possível nela estabelecer uma fortificação passageira que dominaria os seus arredores e poderia com melhor precisão fustigar o Forte de Itapiru. Elaborada a proposição de tomada da Ilha, foi aprovada pelo Gen Ozório em 4 de abril de 1866, de comum acordo com Tamandaré. Foram dadas ordens então para que o Ten Cel José Carlos de Carvalho ocupasse a Ilha.

Disfarçando o real intuito de desembarque e tomada da ilha, dois vapores brasileiros e dois argentinos, cada qual transportando 200 homens do 3º Batalhão de Infantaria partiram rio Paraná acima, com o objetivo de não só fazer um reconhecimento do Alto-Paraná até as proximidades de Itati, mas também distrair a atenção dos paraguaios quanto à tomada da Ilha da Redenção.

Com o objetivo específico de ocupar a ilha foi criado um destacamento com cerca de 900 homens, constituído como segue: o 14º Batalhão de Infantaria (Maj José Martini); o 7º Corpo de Voluntários da Pátria-SP (Ten Cel em comissão Francisco Joaquim Pinto Pacca); uma bateria de quatro bocas raiadas, calibre 12, La Hitte oriunda do 1º Batalhão de Artilharia a Pé (Cap Francisco Antonio de Moura); uma bateria de foguetes de guerra, sistema austríaco, com 4 estativas (Cap Francisco Vilela de Castro Tavares); uma bateria de 4 morteiros de calibre 32 (Cap Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza). Todos estes ao comando do Ten Cel Vilagran Cabrita (que deixou provisoriamente o comando do Batalhão de Engenheiros). (31, DUARTE). Do Batalhão de Engenheiros, tomaram parte 100 praças, sob o comando do Cap

Amorim Bezerra. (44, REBELO)

“Na noite de 5/6 de abril foi feita a ocupação [...]. O Chefe da Comissão de Engenheiros, Ten Cel José Carlos de Carvalho, com seus ajudantes André Rebouças, Jerônimo Jardim, Álvaro de Oliveira, Tomé Salgado e Bernardino, à frente do Pessoal do Batalhão, providenciou para que fossem instaladas, em face do forte de Itapiru, 2 baterias, construindo trincheiras e abrigos para a Infantaria e para as peças. Junto à ilha, asseguravam a proteção os couraçados Bahia e Tamandaré (que já haviam estado em reconhecimento a montante de Itapiru), além das canhoneiras Henrique Dias e Greenhalgh. [...] Na manhã do dia 06 de abril, a Ilha da Redenção, que era território paraguaio, estava ocupada, organizada e defendida, pelas forças brasileiras de Cabrita.” (48, TAVARES)

As Artilharias brasileira e paraguaia passaram os dias 6, 7, 8 e 9 de abril numa intensa troca de tiros. “Iniciaram-se no dia 6, por um duelo, cada vez mais violento, entre a artilharia de Itapiru e a nossa. A esquadra brasileira, por ordem de Tamandaré, reforçou com navios seus a defesa da ilha.” (49, TAVARES)

“O bombardeio cerrado sobre o forte de Itapiru, exigiu do inimigo um denodado esforço para defendê-lo. No dia 8 de abril, quando já se o julgava neutralizado e destruído, ainda flutuava sobre o mesmo a bandeira paraguaia. Os seus defensores, que a viram cair três vezes, ao fogo cerrado e preciso dos canhões e dos fuzis brasileiros, lograram reerguê-la, num gesto de heroísmo que merece o respeito e a admiração de todo verdadeiro militar, com surpresa dos brasileiros, sobre os escombros do forte, cujas baterias foram colocadas na margem do rio.” (48, TAVARES)

• Ataque paraguaio à Ilha da Redenção

“Era quase certo que os paraguaios haveriam de tentar a retomada da ilha, tão depressa quanto fosse possível...” (49, TAVARES)

O “como e quando”, porém, era uma incógnita. Solano López, General-Chefe dos exércitos paraguaios ordenou que o Ten Cel José Eduvígis Diaz preparasse uma expedição de surpresa de reconquista da Ilha. O Ten Cel “Diaz vai dirigi-la, dispondo para isto de 3266 homens escolhidos. Destes homens ele conservaria consigo em Itapiru, como uma verdadeira massa de reserva, o efetivo de 2000. Os 1266 restantes, sob o comando de Leonardo Rivero, embarcariam para tentar a empresa.” (49, TAVARES)

Este seletto grupo de soldados seria dividido em levadas. Os homens seriam distribuídos em canoas e teriam como missão chegar à Ilha, acobertados pelo silêncio da noite - então escura e fria - e pela vegetação do rio e da ilha - e atacar a guarnição brasileira e retomar a ilha. A surpresa seria a maior arma dos paraguaios.

Os atacantes teriam sido divididos em “... três vagas de assalto, com 400 homens cada uma. O comando da primeira vaga caberia ao Ten Leonardo Riveros; o da segunda, ao Ten Mateo Romero; e o da terceira, ao Alferes Matias Margas.” (44, REBELO)

A primeira leva aproximou-se da ilha no meio da madrugada de 10 de abril de 1866, com o maior cuidado para não ser descoberta, conseguindo algumas das canoas desembarcar seus homens sem serem pressentidos. Os brasileiros, por sua

vez, estavam alertas, mas sem distinguir ainda a proximidade do ataque e do perigo iminente que corria todo o grupamento da Ilha. Muito difícil, no entanto manter silêncio com o volume de homens e armas envolvidos. Tal quantidade de homens, teria necessariamente de fazer ruídos de galhos quebrados, sussurros, etc. Foram detectados e começou o combate. Muitas outras canoas se aproximavam da Ilha, seguindo as primeiras. Foi o início de grande fuzilaria de parte a parte.

Pouco depois, já tendo o toque brasileiro de avançar sido ouvido por todos, as companhias brasileiras entraram em combate, primeiramente com tiros, protegidas nas trincheiras e posteriormente partindo para o ataque com baionetas. Na margem de Itapiru, o Ten Cel Diaz, vendo a reação dos defensores brasileiros da Ilha, mandou um reforço de “quatrocentos homens de infantaria ligeira ao mando dos Ten Mateo Morel e Ten Ciriaco Vera”. (45, RESQUIM)

“Repelidos, nessa primeira tentativa, refugiaram-se na mata [da ilha], continuando, porém, o seu fogo a atuar sobre a guarnição da ilha. Os reforços lhes chegam, do outro lado, e uma nova investida dos paraguaios é desencadeada e prontamente detida e repelida”. (48, TAVARES)

As primeiras levas dos paraguaios, batidas na ilha, já tentavam fugir, enquanto outros grupos de paraguaios era enviados para o combate.

“A Esquadra ocorre, em reforço, com as canhoneiras Henrique Martins, Grenhaldh e Chuí ...”. (48, TAVARES) Dentre elas, toma a iniciativa e entra em ação a canhoneira “Henrique Dias”, então comandada pelo 1º Ten Jerônimo Gonçalves. Este reforço naval liquidou com a maioria dos paraguaios que se retiravam da luta, e conseguiu evitar a chegada de mais reforços, mesmo com a entrada em ação pelo lado paraguaio, “...na praia, junto ao forte, [de] 12 peças de artilharia, parapetadas convenientemente, às ordens do Ten Cel Alvarenga e Cap Pedro Hermosa. [...] Os paraguaios, desesperados pelo mau êxito de sua expedição, faziam horrível fogo de artilharia sobre a ilha e sobre os vapores.” (31, DUARTE)

Pela manhã, estava garantida a vitória brasileira. À custa de muitas vidas brasileiras, mas com muito mais perdas dos paraguaios que também lutaram com ímpeto e coragem.

• Morte do Ten Cel Vilagran Cabrita

Para enlutar tal vitória, na parte da tarde de 10 de abril, o Ten Cel Vilagran Cabrita estava preparando a parte da vitória a ser enviada ao Gen Osório. Encontravam-se reunidos numa grande chata, que estava atracada à ilha com “munição e outros petrechos de guerra”, e com a lancha a vapor Coronel Fidélis atracada à chata: o “...Tenente Coronel Vilagran Cabrita, o Major Luiz Fernandes Sampaio, membro da Comissão de Engenheiros, e os Tenentes Francisco Antonio Carneiro da Cunha e [o Alferes Carlos Luiz] Wolf, este secretário e aquele Ajudante do Batalhão de Engenheiros...”. (31, DUARTE)

Foi então que “...uma bala oca de 68, lançada [do lado externo] do Forte de Itapiru [...] atravessou o costado da chata, ceifou aquelas vidas preciosas e, varando pelo outro lado da chata, foi ainda meter a pique a lancha a vapor Coronel Fidélis, que se achava atracada à mesma chata.” (31, DUARTE)

Vilagran Cabrita e Sampaio morrem instantaneamente; Wolf “... ferido, morreu no hospital e mais Carneiro da Cunha que sobreviveu aos ferimentos.” (27, BENTO)

Diversos autores registram que o tiro que ceifou a vida de Vilagran Cabrita teria sido disparado pelo Cel Bruguez, ex-aluno de Vilagran em 1851, “... quando integrante da Missão Militar Brasileira (1851-1852) na capital guarani.” (35, FIGUEIREDO), (41, PEGADO), (44, REBELO), (46, SÁ),

As perdas do lado paraguaio foram inicialmente contadas como 640 mortos na ilha, além dos que, morrendo no rio, foram levados pela correnteza e os que foram transladados pelos seus companheiros paraguaios; da parte brasileira foram estimadas 153 fora de combate, entre mortos e feridos.

A parte de combate, iniciada por Vilagran Cabrita, interrompida pela sua trágica morte, foi completada e enviada do “Acampamento da guarnição da Ilha de Redenção defronte do forte de Itapiru, aos 10 de Abril de 1866” ao Gen Osório, pelo Ten Cel Francisco Joaquim Pinto Pacca, que assumiu o comando da guarnição da ilha pela morte de Cabrita, de onde foram obtidos os números das baixas de ambos os lados apresentados acima. Na mesma parte, o Ten Cel Pacca informava ao Gen Osório “...que pouco depois de iniciado o ataque...”, os vapores Henrique Martins e Greenhalgh “...molestaram horrivelmente os atacantes. A esses vapores se deve indubitavelmente a inação de uma grossa coluna do inimigo, que do lado oposto aguardava o regresso das canoas para ser transportado à mesma ilha.” (48, TAVARES)

Sepultamento dos restos mortais de JCVC– 11 de abril de 1866 - Segundo telex de 05 de abril de 1988, do Diretor do AHEx – Cel Claudio Moreira Bento, para o comandante do 1º Batalhão de Engenharia de Combate: “ ... Tenente-Coronel Villagran Cabrita vg foi sepultado solenemente dia 11/04/1866 ao lado do acampamento brasileiro em Lagoa Brava vg Província de Corrientes ptvg atingido em cheio granada 68 vg disparado lado externo Forte Itapiru pt só restou parte de seu tronco que foi sepultado ptvg outras partes de seu corpo mutilado et foram tragadas rio Paraná pt cel Bento Dir AHEx”. (28, BENTO)

• A travessia das tropas para a Invasão do Paraguai

Os exércitos continuaram o mútuo bombardeio até 16 de abril de 1866, quando afinal se deu a invasão do Paraguai, que não ocorreu nem por Itapiru, nem por Itati (a montante de Itapiru, no rio Paraná), mas já no rio Paraguai.

“Os navios de guerra navegaram para a costa paraguaia e estenderam-se em linha, rompendo sobre as posições de Itapiru e Passo da Pátria, forte bombardeio mascarando com a fumaça o movimento dos nossos transportes carregados de tropas, que aproaram para o pequeno forte como se fosse o ponto escolhido para o desembarque e, subitamente, viraram de bordo, descendo a toda a velocidade e entrando no rio Paraguai pelo canal entre a margem esquerda e a ilha do Atajo. [...] Estavam a cerca de nove quilômetros do aquartelamento do exército de López. [...] López pensou, talvez, que o nosso movimento fosse uma diversão para iludi-lo. Do nosso lado estava a certeza e ao inimigo atormentava a dúvida.”(30, CERQUEIRA)

• Considerações finais

A guerra continuou até López ser morto em 1 de março de 1870, com o Exército Brasileiro já sob o comando do Conde D’Eu, com inúmeros combates e lutas no interior do Paraguai, com os paraguaios cada vez mais enfraquecidos, mas que fogem ao escopo aqui almejado.

Este trabalho, trazendo uma coletânea de passagens escritas por diversos autores, além de dados e documentos inéditos, pretendeu fazer uma síntese dos principais fatos ocorridos nos Combates da Ilha da Redenção, e na vida de JCVC, sendo que objetivo maior era homenagear o Patrono da Arma de Engenharia, o Ten Cel João Carlos de Vilagran Cabrita, com sua morte trágica e heroica ao fim da primeira vitória brasileira já em território paraguaio.

Figura 16. João Carlos de Vilagran Cabrita – “Coronel de Estado Maior de Artilharia”
Créditos Biblioteca Rio-Grandense – Arquivo Montenegro (39)



“Na verdade, nenhum título mais alto, nem condecoração mais rara poderia Villagran Cabrita conquistar, como soldado e comandante do Batalhão de Engenheiros, do que a glorificação da vitória e da morte, no seu posto de combate, ao garantir às nossas forças a entrada no território inimigo. Foi o que ditou a escolha de seu nome para Patrono da Arma de Engenharia.” (48, TAVARES)

Referências

Abreviaturas utilizadas no texto e na bibliografia: [AN – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ; BN – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ; AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ; Bibliex – Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, RJ; CBG – Colégio Brasileiro de Genealogia, Rio de Janeiro, RJ; CMRJ - Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro; IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro; JCVC – João Carlos de Vilagran Cabrita], AR – Argentina; PT – Portugal; RJ – Rio de Janeiro

- (1) AHEx – Francisco de Paula de Avelar Cabrita (FPAC) - Certidão do Livro Mestre do AHEx de 12/04/1839.
- (2) AHEx - ref - Caixa 6 - Registros Biográficos de Personalidades do Exército Brasileiro – Patronos do Exército - Decreto tornando João Carlos de Vilagran Cabrita (JCVC) Patrono da Arma de Engenharia do EB.
- (3) AHEx – João Carlos de Vilagran Cabrita (JCVC), Pasta 6 - Fé-de-ofício – Transcrição das datas das Promoções.
- (4) Francisco de Paula de Avellar Cabrita (FPAC) – O. Cruzeiro - cód. XV, cx78, L 10, fl 172.
- (5) AN – ref. - Col 138, L 2, fl 300 - 17/09/1839 - FPAC - Mercê do Hábito da Ordem de São Bento de Aviz.
- (6) AN - ref. - Ordens honoríficas, Ordem de Aviz, cx 798, pac 5, doc 7 – 1861 - JCVC - 16/04/1861.
- (7) AN – JCVC - COAT6, AP9 - Coleção General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, cx 7, pasta 7 - Carta de ____ ao Gen Polidoro no Passo Corralito em 30/06/1865.
- (8) AN, JCVC – F 66 - Decr Honoríficos, Col 526, L 2, 13v, Cap Art, Cav O. Cristo em 13/10/1857.
- (9) AN, JCVC – ref. - F-103 – Decretos Onomásticos – Poder Executivo - 30/03/1855 – Capitão – Instrutor da Escola de Aplicação do Exército - Nomeação - Decreto 30/03/1855 - M-69.
- (10) AN, JCVC – cód 525, L 2, 27, 2 – 02/12/1854 - Ordem do Cruzeiro – Cavaleiro.
- (11) AN – JCVC – Latas verdes, COAT6, Fé de ofício emitido no Quartel do Batalhão de Engenheiros - Praia Vermelha em 19/11/1860.
- (12) AN, JCVC – col 137, L 8, 224v - Concessão de pensão à viúva de ____, Clara Emília - 30/07/1866.
- (13) AN, JCVC - Decretos do Executivo, Decreto 253 de 04/04/1938 - Dando o nome de ____ ao então 1º Batalhão de Transmissões - 04/04/1938.
- (14) BN, Localização: ARC.004,03,025 Cartografia - “Planta do Rio Paraguai desde as 3 bocas até o Pilar e do Rio Paraná desde Corrientes até o forte de Itapiru, levantada por ordem do Presidente da República do Paraguai pelos oficiais do Exército brasileiro cap. Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero e Ten. João Carlos de Villagram Cabrita. “[sic]
- (15) CBG – FPAC - Ficha do Colégio Brasileiro de Genealogia - ref. - CBG – Fran-

cisco de Paula de Avelar Cabrita - Cas, Catedral de MVD (L 7, 230v, Reg Num 12.1834).

(16) CBG – JCVC - Ficha do Colégio Brasileiro de Genealogia.

(17) IHGB - JCVC - Coleção Ozório [Lata 251, pasta 11.536] - Carta de ___ ao Gen Ozório – Acampamento de Corrientes – 09/02/1866.

(18) IHGB, JCVC - lata 254, pasta 12.291 - Carta de ___ ao gen Ozório - 08/04/1866.

(19) Cúria, JCVC - Hab matr, num 57.298 - JCVC e Clara Emília Menezes de Drummond.

(20) Cúria, JCVC - Cas, Sacr, L 8, 158v - JCVC e Clara Emília Menezes de Drummond.

(21) Cúria, JCVC - Bat, S. José, L 10, 182v – Bat de João, primeiro filho de JCVC e Clara Emília.

(22) Cúria, JCVC - Bat, Sacr, L 18, 178 - Bat de Raul, segundo filho de JCVC e Clara Emília.

(23) Internet <<http://www.dezoitodejulho.org.br/arls/content/view/9/7/>>ARLS Dezoito de Julho Nº 79 - Rua do Lavradio, 97, Templo 1 - Palácio do Lavradio - Centro - Rio de Janeiro. Página já não mais acessível na Internet em 18ABR2021

(24) AZEVEDO – Manuel Duarte Moreira de – “O Combate da Ilha do Cabrita”, Memória lida no IHGB em 08/10/1869 – Revista Trimestral do IHGB, 3º trimestre de 1870.

(25) AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de Apontamentos Históricos – 1881.

(26) BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antonio Henrique, Dicionário das Famílias Brasileiras, 2 v., Litografia Tucano Ltda., 2000.

(27) BENTO, Coronel Claudio Moreira – AHEx - Caixa 6 - Ofício de 15 de março de 1988, do Diretor do AHEx – Informando quem estava com JCVC no momento de sua morte.

(28) AHEx – JCVC - Cx 6 - Telex do seu diretor [Cel Cláudio Moreira BENTO] para o 1º BE Comb - Detalhes da morte de João Carlos de Vilagran Cabrita e do seu sepultamento – Telex de 05/04/1988.

(29) BENTO, Coronel Claudio Moreira - Os 150 anos da Criação do Batalhão de Engenheiros – criado em 23 de janeiro de 1855.

(30) CERQUEIRA, Gen Dionísio ___, Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870 –Biblioteca do Exército Editora – Coleção General Benício, Rio de Janeiro, Edição Especial - 1980.

(31) DUARTE, General Paulo de Queiroz, Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai – Biblioteca do Exército – 12 vol – Vol 2 – Tomo I

(32) DUARTE, General Paulo de Queiroz - Lecor e a Cisplatina 1816-1828, Biblioteca do Exército Editora, 2 vol., Coleção Taunay, Rio de Janeiro, 1985.

(33) FERNANDES, Luiz Alberto da Costa – Trilogia Genealógica – Cabrita, Camisão – Cony – Engenheiros Militares no Brasil no Século XIX – Rio, 2008 – Edição do Autor.

(34) FERREIRA, Luís Vieira, Passagem do Paraná. Da Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército em Operações na Campanha do Paraguai - Apontamentos do ex-capitão __ do EM de 1ª classe – 1866, transcrito em (31, DUARTE).

- (35) FIGUEIREDO, Major Lima, Grandes Soldados do Brasil – IHGB 179.2.13 - pág. 53: “Villagran Cabrita - O Patrono da Engenharia”.
- (36) FRAGOSO, General Augusto Tasso, “História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai - 5 vol., IHGB cód. 139.4.26.30.
- (37) HOONHOLTZ, Almirante Antonio Luis Von - Memórias do Almirante Barão de Teffé: a Batalha Naval do Riachuelo. Rio de Janeiro, Editora Livraria Garnier Irmãos. Sem data –citado in (38) BARROS, Revista Navigator – V. 11 N. 22 – 2015
- (38) BARROS, Aldeir Isael Faxina – A atuação das chatas Artilhadas no decorrer da Guerra do Paraguai – In Revista Navigator – V. 11 N. 22 - p 91 e seguintes - 2015 - Dir do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha;
- (39) Biblioteca Rio Grandense – Arquivo Montenegro [cx 14, doc 47] – Montenegro, J. Arthur - Foto sem data, emoldurada de “João Carlos de Willagran Cabrita – Coronel de Estado Maior de Artilharia” [sic].
- (40) OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de ____ - A Marinha d’Outrora – 3ª Edição - Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1981 – Col. Jaceguay, volume 1.
- (41) PEGADO, Tenente Coronel Nestor Figueira ____ – Os Grandes Vultos da História Militar do Brasil – “Revista do Clube Militar” – Jun 1940 – “Ten-cel Vilagran Cabrita – O Patrono da Arma de Engenharia – Resumo Biográfico”;
- (42) PILLAR, General Olyntho Luna Freire do - Os Patronos das Forças Armadas, Bibliex, RJ, 1966, pág.123-127
- (43) PINTO BRAVO, M, Curso de História Naval – Serviço de Documentação da Marinha.
- (44) REBELO, Major Darino de Castro – João Carlos de Vilagran Cabrita – Patrono da Arma de Engenharia - A Defesa Nacional V 52, n. 605 – jan-fev 1966, págs. 47 a 55;
- (45) RESQUIM, General D. Francisco Isidoro – Datos Históricos de La Guerra Del Paraguay com La Tríplice Alianza”, 1866 – transcrito in (31) DUARTE.
- (46) SÁ, Eduardo - IHGB – Misc, cód. 190.7.3, num. 14 – JCVC – informando que JCVC ficara em diligência no RS por aviso do Ministério da Guerra de 17/03/1831.
- (47) SALLES, Ricardo - Guerra do Paraguai – Memórias e Imagens – Rio, Biblioteca Nacional, 2003
- (48) TAVARES, General Aurélio de Lyra - Vilagran Cabrita e a Engenharia de seu tempo – BIBLIEX, Coleção General Benício, Publicação 514, Volume 193 – 1981;
- (49) TAVARES, Major Aurélio de Lyra - História da Arma de Engenharia – Biblioteca Militar, Volume LVI – 1942;
- (50) WASHT, José ____ Rodrigues, Uniformes do Exército Brasileiro – Ministério da Guerra, Rio de Janeiro e Paris – 1922;



General Plínio Pitaluga: trajetória, pensamentos e ações

Fernando dos Anjos Souza¹

Resumo

Este artigo tem por tema principal o General Plínio Pitaluga. Desenvolvido por meio de informações obtidas em pesquisa documental, principalmente em jornais, apresenta os objetivos: apontar um resumo biográfico, com o início da carreira militar e outros fatos marcantes na trajetória desse chefe militar; apresentar fragmentos de alguns discursos proferidos por ele, em diversas fases da vida; e, caracterizar a maneira de pensar e as suas convicções. O texto resultante é um esboço biográfico do General Pitaluga, mostrando acontecimentos e suas ideias registadas desde o tempo acadêmico, e durante os comandos do 1º Esquadrão de Reconhecimento, do Regimento de Reconhecimento Mecanizado e da 4ª Divisão de Cavalaria. Os recortes selecionados evidenciam as crenças e ideias do General Pitaluga. A parte conclusiva relaciona as homenagens prestadas ao General Pitaluga, retratando o reconhecimento ao valor desse chefe militar.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; História Militar; Brigada Guaiçurus; Regimento Pitaluga; Divisão de Cavalaria; Esquadrão Tenente Amaro.

Pitaluga, nosso patrono amado, nos enche de orgulho e de glória, a conduzir, com firmeza e destemor, em mais uma missão para a vitória. (Canção do 15º RCMec)

¹ Qualificação - Coronel R1 de Engenharia do Exército Brasileiro. Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1978). Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1988). Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1994). Graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2008), especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e Mestrado em Educação (2012) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em HISTÓRIA no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, na linha de Pesquisa “Fronteiras, identidades e representações”.

Apresentação

O texto tem como tema principal o General Plínio Pitaluga. Enfoca a trajetória militar do mato-grossense nascido em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. Selecionaram-se como objetivos, apontar um resumo biográfico, com o início da carreira militar e outros fatos marcantes na trajetória desse chefe militar, apresentar fragmentos de alguns discursos proferidos por ele, em diversas fases da vida, e caracterizar a maneira de pensar e as suas convicções.

O contemplar quase diário da mesa de trabalho do General Plínio Pitaluga, exibida próxima do seu retrato na galeria dos antigos comandantes da 4ª Brigada de Cavalaria de Mecanizada, trouxe a inspiração para elaborar uma narrativa biográfica a respeito desse chefe militar.

O ápice da pandemia do COVID-19, nos meses iniciais de 2020, obrigando aos trabalhos reclusos na residência, levou a uma pesquisa documental baseada em jornais publicados na época e em outros documentos, relacionados nas referências, dando origem do presente texto. Os jornais foram utilizados como fonte principal, tornados acessíveis pelos recursos atualmente disponíveis na rede mundial de computadores, por causa da crescente digitalização de documentos dos acervos, principalmente os disponibilizados pela Fundação da Biblioteca Nacional, em sua hemeroteca. Utilizou-se, ainda, alguns documentos encontrados em arquivos de organizações militares do Exército Brasileiro.

Com o intuito de permitir uma maior fluidez e objetividade na leitura, a autoria de algumas citações, transcritas de jornais pesquisados, foram incluídas em notas de rodapé e simplificadas no corpo do texto pelo nome do periódico, preservando os elementos essenciais e complementares nas referências.

As informações poderiam ser confirmadas, aprimoradas ou corrigidas, por consulta nas folhas de alterações ou em outros documentos relacionados com o General Plínio Pitaluga. As figuras inseridas ilustram as informações obtidas sobre o General Pitaluga, assim como esclarecem sobre fatos ocorridos ao longo da trajetória da vida desse militar.

Assim, após uma breve síntese biográfica, segue-se os comentários sobre os pensamentos e ações do General Pitaluga, incluindo os tempos acadêmicos, a participação na Campanha da Itália durante a 2ª Guerra Mundial (1940-1945), os comandos do Regimento de Reconhecimento e da 4ª Divisão de Cavalaria. O texto é concluído com as homenagens concedidas ao General Pitaluga, atestando o reconhecimento dos valores e virtudes desse chefe militar.

2. Apontamentos biográficos e a trajetória militar

O General Plínio Pitaluga nasceu em Cuiabá – MT, em 13 de janeiro de 1910, filho do Major Octávio Pitaluga e Maria Nina Moreira Pitaluga. Iniciou sua vida militar de modo atribulado. Ingressou na Escola Militar do Realengo, em março de 1928, pela aprovação nos exames preparatórios válidos para ingresso na escola,

prestados no Externato do Colégio Pedro II². Ao cursar o último ano acadêmico, em 16 de novembro de 1931, foi desligado a bem da disciplina, de acordo com a 5ª parte do Artigo 67, do Regulamento da Escola Militar, aprovado pelo Decreto nº 18.713, de 25 de abril de 1931. Incluído como soldado, na 1ª Região Militar³, conforme previsto no artigo 82 do citado regulamento, seguiu para prestar serviço militar no 1º Regimento de Cavalaria Divisionária. Com esse regimento, marchou para Resende com a missão de impedir a progressão dos revoltosos paulistas de 9 de julho de 1932, e combateu integrando uma patrulha na divisa Rio-São Paulo. Promovido a cabo, requereu e obteve nova matrícula na Escola Militar, sendo mandado se apresentar a 13 de fevereiro de 1933⁴.

Declarado Aspirante a Oficial de Cavalaria em 15 de março de 1935, em segunda época, é considerado ter concluído o curso de 1934. O seu período de cadete coincidiu com o comando do Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque na Escola Militar do Realengo. Casou-se com Maria Therezinha Vaz Pitaluga, com qual teve quatro filhos: Marcos, Fábio, Octavio e Patrícia.

Ainda jovem, sujeito ao regime de internato da Escola Militar e, em seguida, aos da caserna, integrou de agosto de 1931 a agosto de 1932, como subdiretor, a diretoria do Centro Mattogrosense, formada por mato-grossenses e sediado na Capital Federal. O General Candido Mariano da Silva Rondon participou dessa diretoria no Conselho Fiscal.

Após as promoções sucessivas a 2º tenente (26 de dezembro de 1935), 1º tenente (24 de maio de 1937), capitão (25 de dezembro de 1944), major (25 de julho de 1951), tenente-coronel (25 de abril de 1957), coronel (25 de dezembro de 1963), ascendeu ao generalato em 25 de agosto de 1968.

Comandou, em 1961, por um curto período, o 13º Regimento de Cavalaria – Regimento Osório. Serviu como subcomandante da Escola de Sargentos das Armas, de 1962 a 1964. E, de 1964 a 1966, comandou o Regimento de Reconhecimento Mecanizado, na época considerado a unidade móvel de maior potência de fogo da América Latina⁵.

Ao ser promovido a general de brigada, desempenhava o cargo de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil na Argentina. Em seguida, comandou a 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC), até a passagem para a reserva, em 1972. Na reserva remunerada, foi eleito e ocupou, desde 1972, o cargo de Presidente do Conselho Nacional da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, onde defendeu os interesses dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira. Secretariou o Marechal Mascarenhas de Moraes na presidência da Comissão de Repatriamento dos despojos dos expedicionários brasileiros mortos em solo italiano na 2ª Guerra Mundial, e foi responsável pela construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro-RJ.

Desempenhou, ao longo da carreira militar, diversas funções, mostradas no

2 Jornal do Brasil – RJ, nº 74, 25 mar. 1928, p. 8 e Jornal do Commercio - RJ, nº 24, 28 jan. 1928, p. 9

3 Boletim do Exército nº 78, 20 nov. 1931, p. 842

4 Boletim do Exército nº 9, 15 fev. 1933, p. 312.

5 Última Hora – RJ, nº A01377, 8 set. 1964, p. 30

Quadro do Anexo A deste texto. Exerceu o cargo de diretor-secretário do Clube Militar, de 1954 a 1956, durante a presidência do General Canrobert Pereira da Costa (ministro da Guerra de 1946 a 1951, no governo de Eurico Gaspar Dutra) e o general Juarez Távora como vice-presidente da diretoria. Continuou como secretário, quando o General Pedro Leonardo Campos (1º vice-presidente eleito), assumiu interinamente pelo falecimento do General Canrobert. Naqueles anos conturbados na esfera política, o Clube Militar posicionou-se contra as tendências contrárias ao regime democrático reveladas no governo federal.

De 1981 a 1986, atuou na diretoria da Comissão de Mobilização Industrial da Confederação Nacional da Indústria, organizada inicialmente como Grupo de Mobilização Instrução da Confederação.

Mesmo sem exercer diretamente qualquer atividade político-partidária, mas refletindo o seu relacionamento com a sociedade e o apoio às causas democráticas, seu nome foi cogitado para o governo dos Estados de Goiás e Mato Grosso nas escolhas de 1970⁶. Recusou a indicação, justificando estar mais apto a servir ao País no qual foi preparado – na vida militar⁷. Afirmou, ainda: “sou candidato apenas às minhas novas atividades militares”⁸.

Descrito por Sebastião Nery como “um homem de pouca conversa, cara de índio e uma audácia sem limites, que voltou da Itália, como a FEB, vestido de histórias de coragem e risco”⁹. O General Plínio Pitaluga faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 17 de dezembro de 2002, aos 92 anos de idade. Após o velório no Palácio Duque de Caxias, seu corpo foi enterrado no cemitério São João Batista, em Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro – RJ.

Nessa declaração, em entrevista datada de 2000, dois anos antes da sua morte, pode ser encontrada a sua profissão de fé sobre a missão do Exército e do povo brasileiro:

Ao encerrar esta entrevista, gostaria de registrar uma preocupação. Acho difícil construir uma mensagem que dependa de aspectos de uma época passada, baseada na atualidade e voltada para o futuro. Eu sou um homem que vive as preocupações cotidianas da vida atual; eu não vivo o passado, eu sou homem do presente, de maneira que fico preocupado com a validade das mensagens. Mas, de qualquer modo, baseado na estrutura do nosso Exército, que recebe os homens originários do povo, eu afirmo que temos condição de influir na evolução da vida política e social do País, embora, atualmente, essa capacidade não esteja sendo considerada. É importante que o Exército receba os recursos para fazer o soldado-cidadão. Além da instrução militar é preciso preparar o homem, como fazia o francês, na época das ações no Marrocos e Norte da África – o papel social

6 Diário Carioca – RJ, nº 11.249, de 21 nov. 1964, p. 1.

7 Diário de Notícias – RJ, nº 14485, de 29 jan. 1970, p. 3.

8 Manchete – RJ, nº 932, de 28 fev. 1970, p. 125.

9 Jornal do Commercio – RJ, nº 231, de 11 e 12 jul. 1982, p. 37)

do Exército. Essa preocupação social está presente entre nós, mas ela não é abordada como um sistema, compreendeu? Tem que ser mais profunda, ampla e racional, criar uma espécie de sociologia militar, que dê ao Exército a capacidade de influir naqueles homens que chegam às nossas fileiras. Não se deve, exclusivamente, preparar um soldado, mas, também o cidadão. Parece que precisamos de um novo Alfred de Vigny, que foi soldado, poeta e filósofo e escreveu o livro *Servidão e Grandeza Militares*¹⁰, para dizer do papel social que o Exército deve desempenhar. Particularmente em nosso País, ainda de analfabetos, com indivíduos vivendo em situação precária, dependurados nas favelas e palafitas, totalmente à margem da civilização. Essa é a minha mensagem: dê ao Exército mais responsabilidade, mais autoridade e, sobretudo, mais capacidade de influir na formação social do homem brasileiro. (MOTTA, 2001, p. 154-155).

3. Os tempos acadêmicos, o poeta e a convicção nos princípios democráticos

Na Escola Militar, em 1931, exerceu a vice-presidência, quando presidente o cadete Flammarion Pinto de Campos, e, posteriormente, a presidência da Sociedade Acadêmica Militar em 1934. Representando o Corpo de Cadetes na solenidade de passagem de comando da Escola Militar do General Almerio de Moura ao coronel Meira Vasconcellos, seu discurso trouxe afirmações provocadoras de reflexões sobre a educação dos nossos jovens:

No Brasil ainda não se educa o coração. Cultiva-se o cérebro, fortalece-se o corpo, mas não se fala ao coração; esquecendo-se, lamentavelmente, de proporcionar à mocidade o cabedal humano, que a torna apta a receber os reflexos das agitações diárias, e com confiança do seu entusiasmo aperfeiçoado, dentro das normas da vida presente, transmiti-los às gerações vindouras. [...] A vida como se apresenta é duma simplicidade sincera. Complicamo-la no interesse exclusivo da imortalidade incompreendida. (O PAIZ – RJ, nº 17059, 21 ago. 1934, p. 3)

Em 1956, recebeu a transferência para a 7ª Circunscrição de Recrutamento, localizada em Goiânia. Nessa cidade, idealizou e ajudou na organização da Sociedade Hípica de Goiânia, na qual atuou como diretor-técnico e presidente. Por esse feito, é considerado o introdutor do hipismo em Goiás. Ao representar o chefe da Circunscrição de Recrutamento, em Anápolis, na cerimônia de compromisso à Bandeira dos novos reservistas da cidade, explicou a exigência de um esforço total, de todos os cidadãos, para a defesa da Nação:

10 Publicado pela Biblioteca do Exército Editora em 1960 e 1975.

A guerra, na sua forma total, exige o esforço total da Nação para a sua sobrevivência em momentos de crise. A guerra ameaça todas as instituições da sociedade, e por isso ela constitui um fato social que interessa, de perto, a todos os cidadãos. A preparação da luta armada não é uma atribuição somente dos militares, mas de todos os indivíduos que vivem, lutam e se desenvolvem dentro das mesmas tradições, ligados pelos mesmos laços de cultura, de organização político-social que têm os objetivos e vida comum. (JORNAL DE NOTÍCIAS – GO, nº 88, 2 ago. 1956, p. 4 e 8).

No discurso, defendeu a necessidade para o país das Forças Armadas estarem sempre preparadas:

Quando a situação crítica surge à Nação, esta não pode ser surpreendida sem um instrumento adequado, capaz de se desenvolver na aplicação do esforço total dos recursos do país. Não se pode justificar previamente a falta de uma preparação básica a defesa das nossas riquezas, com argumentos de formal condenação à guerra. A experiência tem mostrado que a Nação que desejar sobreviver ou furtar-se às humilhações, deve organizar o grau mínimo de segurança admissível que, posteriormente, com a mobilização total, possa fazer face à agressão. (JORNAL DE NOTÍCIAS – GO, nº 88, 2 ago. 1956, p. 4 e 8).

Enfatizou a fé nos princípios democráticos e a crença na responsabilidade de todos os cidadãos na construção de um país melhor:

A democracia é a afirmação do conceito da dignidade humana. O indivíduo não é um mero número, uma simples máquina a serviço de ambições ou de imposições totalitárias. Na democracia a pessoa humana se afirma, não é um escravo, não aceita o arbítrio. Proclama a liberdade como um bem inerente à própria existência. Essa atitude afirmativa limita a pessoa a dos outros homens, porque neles se tem a mesma essência, o mesmo conteúdo. E, a compreensão dos direitos, deveres e obrigações do homem, na democracia, exige de todos uma soma de esforços, uma maior preocupação dos cidadãos na realização de medidas que visem fornecer ao Brasil a segurança indispensável ao seu pleno desenvolvimento. (JORNAL DE NOTÍCIAS – GO, nº 88, 2 ago. 1956, p. 4 e 8).

Quadro 1 – Águas Amazônicas

<p>Água, elemento mais antigo que se esforça para dominar tudo!</p> <p>a terra mais nova, que se sedimenta em bilhões, nos milhões, de camadas imperceptíveis... terra que rola em caminho incerto, no caminho para, ou se sufoca na pororoca bravia, no entrechoque de outras águas, diferentes no gosto, no gesto, no horizonte.</p>	<p>Águas barrentas de outras paragens sujas, envergonhadas,</p> <p>recebem outras águas escuras negras, sem vida, que afugentam os pássaros que chegam de encostas</p> <p>mais distantes Águas de verde que se deslubram nas colorações sedosas, lambem os barrancos, abrem as terras dos homens, que buscam nelas a companheira eterna, macia, mansa.</p>	<p>Na complexidade telúrica de águas, de terras,</p> <p>de folhas, de verde, de vida, os séculos aguardam leitos mais firmes, a paisagem mais amena, o homem mais forte!</p> <p>Amazonas, inferno de outros tempos, permanece mais verde, com mais água, com mais almas, com mais mistério.</p>
--	--	---

Fonte: O Cruzeiro (nº 23, 5 jun. 1974, p. 80).

Aventurou-se, ainda, nas lides poéticas. Sem ter servido na região, soube descrever a simbiose do homem com os elementos característicos do ambiente amazônico, a água, a terra, os animais e a vegetação, conforme atesta o poema de sua autoria, transcrito parcialmente no Quadro 1 e com o texto integral inserido no Anexo B.

4. No 1º Esquadrão de Reconhecimento da Força Expedicionária Brasileira, atual Esquadrão Tenente Amaro

Como preparação para o teatro de guerra europeu, estagiou no Exército norte-americano, frequentando os cursos de Manutenção, Armazenagem e Suprimento de Material Automóvel. Seguiu em 1944 para os campos da Itália da 2ª Guerra Mundial com a 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira.

Recém-promovido a capitão (Figura 1), assumiu o comando do 1º Esquadrão de Reconhecimento em 29 de dezembro de 1944, na região de Monte Castelo, por causa do repatriamento do Capitão Flávio Franco Ferreira, por problemas de saúde.

O esquadrão era a unidade representante da Arma de Cavalaria brasileira da 2ª Guerra Mundial, fato destacado no quadro da Figura 2. O 1º Esquadrão de Cavalaria

Leve, sediado em Valença-RJ, é considerado a organização militar sucessora dessa unidade febianana.

Na Ofensiva da Primavera, em abril de 1945, o Capitão Pitaluga demonstrou ter liderança, audácia, destemor pessoal, ousadia e iniciativa, ao participar da perseguição aos alemães. Comandou o 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado em uma operação agressiva, após atravessar o Rio Panaro. O Esquadrão realizou um movimento desbordante conjugado, conseguindo uma penetração profunda nas linhas inimigas, manobra decisiva na operação de cerco aos alemães. No final do mês de abril de 1945, o Exército Brasileiro, em Fornovo Di Taro, recebeu a rendição incondicional da 148ª Divisão de Infantaria e de elementos da 90ª Divisão Panzer Grenadier, ambas alemãs, e remanescentes da Divisão Bersaglieri, italiana, fazendo cerca de 15.000 prisioneiros, e capturando 4 mil cavalos, 80 canhões de diferentes calibres, mais de 1500 viaturas de todos os tipos, abundante carga de munição e centenas de veículos de tração animal. No TO italiano, pela primeira e única vez, uma divisão alemã se rendera aos aliados durante a guerra. Tal acontecimento está incorporado à história do Brasil como um fato glorioso para os combatentes brasileiros na Itália.

Figura 1. Capitão Plínio Pitaluga



Fonte: <https://br.pinterest.com/generalpitaluga/general-pl%C3%ADnio-pitaluga/>

Figura 2 - Esquadrão Pitaluga – A cavalaria na 2ª GM



Autor: Pedro Paulo Cantalice Estigarribia (Coronel) Fonte: Acervo do 15º RCMec (Es)

O General Pitaluga sempre descrevia com orgulho as principais ações do 1º Esquadrão de Reconhecimento¹¹, típicas da Cavalaria, culminadas com a rendição dos alemães pertencentes à 148ª Divisão de Infantaria:

Em março de 1945, preparamos o nosso Esquadrão para a ofensiva da primavera. Aí passamos a empregá-lo como tropa de cavalaria. Explorando suas características de mobilidade e potência fogo, após a conquista de Montese, em que fora lançado para retomar contacto com o inimigo ali batido. Agora, com espaço livre, abria-se ao 1º Esquadrão a porta para a planície do rio Pó. Pudemos dar ao comando da FEB informações oportunas a respeito dos movimentos do inimigo, destacando-se tomadas de contato noturnas em Marano sobre Panaro e, depois, na perseguição adiantando-se cerca de 80 quilômetros da vanguarda brasileira, percorrendo estradas e terrenos difíceis pelas obstruções e campos de minas. Conseguimos mates constante contacto com as retaguardas inimigas, fustigando os elementos de ação retardadora que buscavam impedir que se atingisse o grosso de suas tropas. Nos dias finais de abril, o 1º Esquadrão tomou contato com a 148ª Divisão de Infantaria alemã, em Colecchio, permitindo que o restante da tropa brasileira cercasse o inimigo, tendo como centro de gravidade o 6º Regimento de Infantaria. O Esquadrão deslocou-se depois para o flanco e para a retaguarda da tropa alemã, completando, assim, o feito mais memorável das forças brasileiras na Itália, qual seja o aprisionamento de cerca de 15 mil homens e equipamentos, que buscavam a fuga para o Norte do rio Pó. (JORNAL DO BRASIL, RJ, nº 31, de 9 de maio de 1975, p. 31)

11 Outros detalhes da participação do 1º Esquadrão de Reconhecimentos na FEB estão descritos por Costa (2020).

Não obstante ser assim considerado pela participação na Força Expedicionária Brasileira, o General Plínio Pitaluga rejeitava a qualificação de ser herói, conforme afirmou: “não me sinto um herói nacional, mas um combatente que correspondeu às exigências da guerra e soube cumprir suas missões de maneira favorável¹²”.

Sobre a participação dos brasileiros nos campos de combate europeu, declarou a confiança em seus soldados e no povo brasileiro:

Só guerreiros sabem partir para a guerra. Fui e sou um combatente. [...] Mas desejo ressaltar o comportamento disciplinado e a capacidade combativa daqueles sob meu comando. Esse fato acentuou minha confiança em nossa tropa e em nosso povo. (MANCHETE-RJ, nº 1622, de 21 de maio de 1983, p. 41).

Considerava os integrantes da Força Expedicionária os verdadeiros heróis, sempre enaltecendo o espírito de sacrifício do soldado brasileiro, conforme declarou:

Tantas foram as dificuldades encontradas na Itália que todos os que voltaram vivos, como aqueles que se consagraram com grandes heróis da liberdade, ao tombarem em campos de batalha [...] O heroísmo surge naturalmente, dentro do próprio espírito do dever do soldado brasileiro. Em cada batalha surgem os grandes heróis, homens que só se revelam grandes combatentes no momento em que a sua fibra vem à tona, na luta por um ideal e no cumprimento do dever. (JORNAL DO COMMERCIO – RJ, nº 174, 7 maio 1985, p. 3)

Por essa convicção, terminada a guerra, batalhou arduamente em defesa dos direitos dos pracinhas combatentes da Força Expedicionária Brasileira.

Após o regresso ao Brasil, o 1º Esquadrão de Reconhecimento recebeu a denominação de Esquadrão Tenente Amaro, proposta pelo General Pitaluga para homenagear o oficial falecido em ação na Itália. Ao refutar a proposta para o Esquadrão continuar a ser chamado pelo seu nome, como conhecido na guerra, afirmava: “Bom, mas nesse caso vocês deveriam me avisar para eu dar um tiro na cabeça” (MOTTA, 2001, p. 147).

5. No Regimento de Reconhecimento Mecanizado, denominado Regimento General Pitaluga

O 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Escola) - 15º RCMec (Es) orgânico da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (GUES) e sediado no Rio de Janeiro – RJ, recebeu em 2003 a denominação histórica de “Regimento General Pitaluga”¹³,

12 Manchete – RJ, nº 1622, de 21 de maio de 1983, p. 42. (Reportagem de Jorge de Aquino Filho).

13 De acordo com o publicado na Portaria nº 274, de 23 de maio de 2003, e mantida pelas Portarias nº 909, de 20 de dezembro de 2004 e nº 172, de 3 de abril de 2007, todas do Comandante do Exército. A Canção do 15º RCMec (Es), com o trecho citado em epígrafe, foi aprovada por intermédio da Portaria nº 293-SGEx de 21 de agosto de 2007.

reverenciando seu comandante por duas ocasiões (1942 e de 1964 a 1966).

Em 13 de julho de 1964, ao falar com seus comandados do regimento ainda denominado Regimento de Reconhecimento Mecanizado e com sede em Campinho, ressaltou sobre a atividade militar:

O serviço militar exige sacrifício, renúncia e abnegação, impondo, acima de tudo, devotamento à causa pública. A perenidade do Brasil depende, fundamentalmente, da compreensão dos seus filhos, no mundo político e na execução do serviço militar. Politicamente, votando bem nos homens que defendem a democracia; no mundo militar, devotando-se ao preparo e à disciplina. (DIÁRIO CARIOCA - RJ, nº 11139, 14 jul. 1964, p. 3).

Figura 3 – Gorilão: blindado de socorro do 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado



Fonte: Última Hora – RJ, nº A1377, 8 set. 1964, p. 13

Continuando um costume dos expedicionários brasileiros nos campos de batalha da Itália, os blindados do Regimento de Reconhecimento Mecanizado desfilarão no dia 7 de setembro de 1964 exibindo um nome, considerado, pela imprensa, um espetáculo à parte. O pesado auto-socorro desfilou com o nome “Gorilão” (Figura 3), batizado pelo próprio coronel Pitaluga.

Ao se despedir da primeira turma de reservistas licenciados em 1965, lembrou os acontecimentos de março de 1964 e os exortou a continuarem cumprirem o dever como cidadão:

Até hoje ninguém, em nossa Pátria, teve a oportunidade que vocês tiveram, de servir ao Brasil em momento histórico, no qual a democracia perigava ante a ameaça comunista. [...] Despeço-me de vocês, meus ex-comandados, certo de que não me decepcionarei, confiando em vocês na luta entusiástica que travamos em prol da democracia e na defesa dos postulados de nossa civilização”. (O JORNAL – RJ, nº 13213, 23 jun. 1964, p. 12)

Por ocasião da cerimônia de incorporação dos conscritos, em maio de 1965,

declarou: “de vossa ação e compreensão muito esperamos, pois aqui procuramos formar, além de soldados, cidadãos úteis à sociedade no plano moral e cívico”¹⁴.

À frente do Regimento Mecanizado, destacou-se pela energia e espírito patriótico ao determinar o regime de prontidão e a permanência dos blindados no pátio do regimento, fora das garagens e em condições de sair rapidamente pelos diversos portões, durante os dias 3 a 6 de novembro de 1965, colaborando, por essa demonstração de força, com os esforços dissuasórios contra aqueles que procuravam impedir a posse de Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro, governadores eleitos em pleito direto para os Estados da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente, e, ainda, os de Santa Catarina (Ivo Silveira), Mato Grosso (Pedro Pedrossian) e Alagoas (Muniz Falcão), por serem os eleitos considerados contrários aos princípios do movimento democrático implantado no poder em 1964.

O Regimento sob seu comando aliou-se aos que fizeram respeitar a decisão do Presidente Castelo Branco, de acatar os resultados das urnas, apoiado pelo seu Ministro do Exército, o General Costa e Silva.¹⁵

Ao transmitir o comando do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, resumiu em suas palavras de despedidas os compromissos das Forças Armadas e o ideário do Movimento de 31 de março de 1964:

As Forças Armadas, na sua eterna missão definida pelas leis básicas e ordinárias, sem se tornarem instrumento cego, surdo ou mudo de agrado dos demagogos, corruptos e subversivos, continuam unidas, coesas em torno de seus postulados, na área da autoridade nacional e sem os pruridos de um militarismo piegas e ultrapassado. [A Revolução] veio trazer-nos a segurança de nosso futuro e vem-se desenvolvendo em etapas marcadas pelo equilíbrio e pela essência humana, para que possa o Brasil progredir de fato, de modo que o clima de liberdade não seja confundido com licenciosidade, em que o conceito de Democracia se desenvolva sem as caricatas ações demagógicas, em que o dinheiro público não se transforme em bens particulares, que os partidos políticos não se abastardem na cata do voto indiscriminado, na voragem dos gastos que afrontam os eleitores atônitos e o País assombrado, pelo comércio das consciências. Foi a explosão espontânea do País, de todas as classes, demonstrando que, felizmente, o Brasil não foi atingido no seu âmago pela completa insensibilidade moral e política. (CORREIO DA MANHÃ – RJ, nº 22412, de 30 abr. 1966, p. 7 e JORNAL DO BRASIL - RJ, nº 99, 30 abr. 1966, p. 14)

6. Na 4ª Divisão de Cavalaria, a atual Brigada Guaicurus

Em 7 abril de 1969, a 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC), sediada em Campo Grande, ainda no Mato Grosso unificado, passou a ser comandada pelo General de

14 Jornal do Commercio – RJ, nº 192, 22 maio 1965, p. 5.

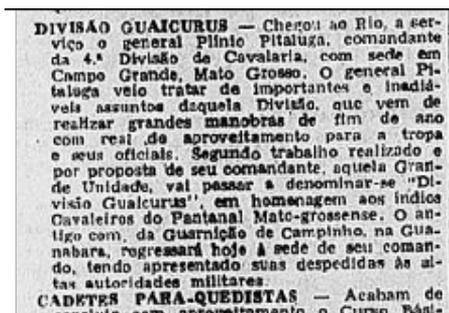
15 O Cruzeiro: Revista – RJ, nº 005, de 30 out. 1979, p. 46.

Brigada Plínio Pitaluga. Ao tomar posse no comando da 4ª DC, reafirmou seu compromisso com a ordem democrática e o desejo na integração de civis e militares em busca do bem comum para a Nação:

O mundo vive a angústia de um possível choque entre o extremismo de uma coletividade totalitária ou a afirmação do homem dentro de uma coletividade de indivíduos. Nessa expectativa devemos afirmar as ações claras pela valorização do homem na busca do equilíbrio social, político e econômico. Sentimos, como homens pertencentes às Forças Armadas e que participaram da realidade da guerra, a importância fundamental do homem integrado à família, à sociedade como base fundamental de todo o organismo de defesa de nossa filosofia de vida, de nossa religião e concepção social. Assim, a nossa ação volta-se para os problemas humanos sociais, de modo a se eliminar as causas que podem influir na capacidade do indivíduo em servir à sua Pátria, à sua coletividade. Destacamos a importância básica na defesa de um maior entendimento entre os homens que no mundo civil e na esfera militar tem a responsabilidade na criação de riquezas, na exploração dos meios de produção, na pesquisa técnica. (Jornal do Brasil – RJ, nº 20, 1º maio 1969, p. 8)

Em 1969, no Rio de Janeiro, comunicou os estudos e a proposta para denominar a 4ª DC como “Divisão Guaicurus”, em homenagem aos índios cavaleiros do Pantanal mato-grossense¹⁶ (Figura 4) e mandou cunhar moedas especiais, tendo como símbolo um índio guaicuru durante uma carga de cavalaria (Figura 5). Posteriormente, pela Portaria Ministerial nº 225, de 7 de março de 1988, concedeu-se oficialmente à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), grande unidade sucessora da 4ª DC, a denominação histórica de “Brigada Guaicurus”, considerando-a ser “tradicional”.

Figura 4. Proposta “Divisão Guaicurus”



Fonte: Correio da Manhã-RJ, nº 23525, 23 dez. 1969, p.20

Figura 5. Medalhão Guaicurus

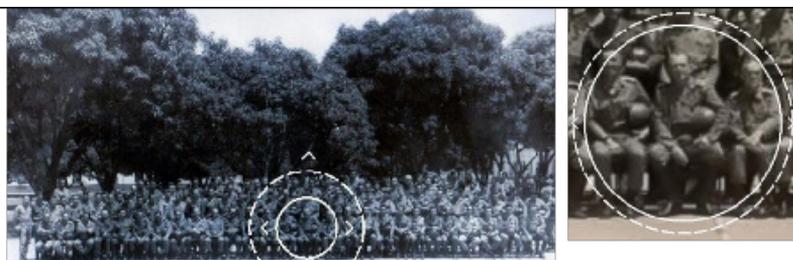


Autor: cabo Gabriel Zanelatto Brás Rocha (Esqd Cmdo / 4ª Bda C Mec)

Ainda em 1969, em entrevista durante uma rápida visita ao município de Dourados, expressou sua admiração pela cultura mato-grossense: “Embora devemos e necessitamos receber os fluxos do mar do carinho da ajuda dos outros Estados coirmãos, devemos manter incólumes e intocáveis, intangíveis e inalienáveis mesmo, as tradições e os excelsos costumes mato-grossenses!” (O PROGRESSO, nº 1094, 26 nov. 1969, p. 4).

Durante o seu comando, a 4ª DC realizou manobras anuais, designadas por um lema adotado por toda a Divisão. Em 1969, ocorreu a “400 quilômetros de otimismo”, com desdobramento de tropas na região de Ribas do Rio Pardo, Campo Grande e Sídrolândia. A frase surgiu em poema alusivo, composto por um soldado, tendo por tema as manobras. O exercício militar encerrou-se com um desfile das tropas e um festival folclórico em Campo Grande. A quantidade de oficiais reunidos para a fotografia dos participantes da manobra permite visualizar a magnitude do evento (Figura 6).

Figura 6 – Oficiais que participaram da manobra de 1969 “400 quilômetros de otimismo”



Fonte: Acervo 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada

Em 1970, as cerimônias relacionadas com as comemorações do Centenário do término da Guerra da Tríplice Aliança, desenvolvidas pela 4ª DC, tomaram o nome de “1.000 quilômetros de civismo”. O General Plínio Pitaluga, acompanhado de oficiais do seu Estado- Maior, comandantes, oficiais, sargentos e praças das organizações militares, estudantes e civis, em uma pioneira peregrinação cívica, entre 15 a 20 de junho de 1970, colocaram placas alusivas especialmente confeccionadas e doadas pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (Figura 7).

Figura 7 – Placa instalada em Aquidauana - MS



Autor: Ailan José do Nascimento (Aquidauana – MS)

As dez placas, medindo 43 cm x 22,5 cm cada uma, foram fixadas no Quartel General da 4ª DC, na Colônia Militar de Dourados (situada em Antônio João), Bela

Vista (monumento ao combate do Nhandipá), Coxim, Jardim (Cemitério dos Heróis), Nioaque (praça dos Heróis), Miranda, Dourados¹⁷, Aquidauana e Paranaíba. O encerramento aconteceu em 20 de junho em Coxim. A comitiva, incluindo autoridades civis, deslocou-se, inicialmente para Aquidauana, em aeronave da Força Aérea Brasileira.

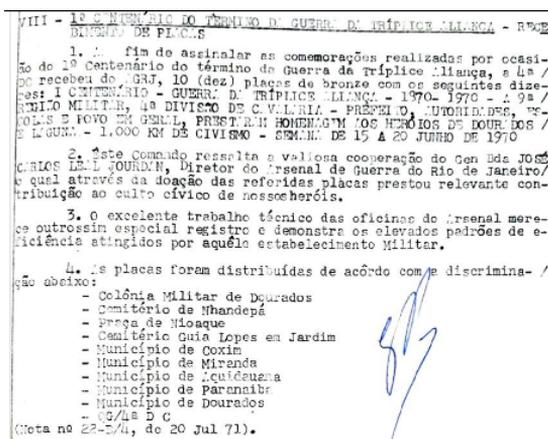
As placas exibem o Brasão de Armas do Brasil, ao centro superior e, nos cantos, os símbolos das Armas do Exército dos participantes da Retirada da Laguna (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia). As placas instaladas nos municípios de Coxim, Dourados e Paranaíba desapareceram e as fotografias inseridas no Anexo C registram as existentes e os possíveis locais da instalação original das desaparecidas.

Os locais selecionados para as cerimônias e colocação das placas (Figura 8) precederam os visitados nas atuais jornadas culturais promovidas pelo Exército Brasileiro, por intermédio do Comando Militar do Oeste, no intuito de preservar a memória dos fatos relacionados com a Retirada da Laguna e do sacrifício do tenente Antônio João Ribeiro, episódios da Guerra da Tríplice Aliança ali desenvolvidos. Tornaram-se importantes por formar um conjunto, unindo os pontos até então esparsos pelos diversos municípios, estimulando a lembrança dos feitos acontecidos durante a Retirada da Laguna.

Além dos objetivos de verificar e aprimorar o adestramento militar, o General Pitaluga determinava que os exercícios militares demonstrassem alto espírito de disciplina e a perfeita integração do Exército com a sociedade, uma tradição inerente àquela Grande Unidade. Em decorrência, a passagem das tropas nas cidades era marcada por obras em benefício da população, palestras, prestação de serviços de saúde e desfiles militares.

De maneira precursora ao realizado pelo Exército Brasileiro nos dias atuais, o General Pitaluga ordenou a inclusão em epígrafe, nos boletins internos e toda documentação expedida durante a duração dos exercícios militares, da expressão adotada como lema, conforme pode ser constatado nas Figuras 9 e 10.

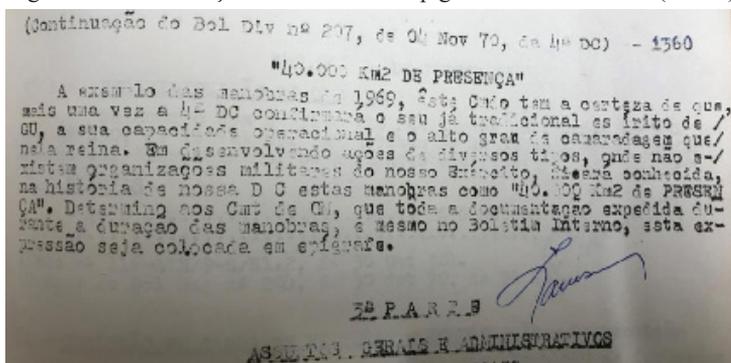
Figura 8 – Placas do 1º Centenário do término da Guerra da Tríplice Aliança



Fonte: 4ª Bda C Mec (Bol Div nº 157, de 20 de Julho de 1971)

Na manobra de 4 a 11 de novembro de 1970, denominada “40.000 Km2 de Presença”, a 4ª DC percorreu, com suas organizações miliares, uma grande porção do Sul do então território mato-grossense, fazendo-se presente em Dourados, Itaporã, Rio Brillhante, Maracaju, Caarapó, Ivinhema, Naviraí, Juti, Glória de Dourados e Fátima do Sul.

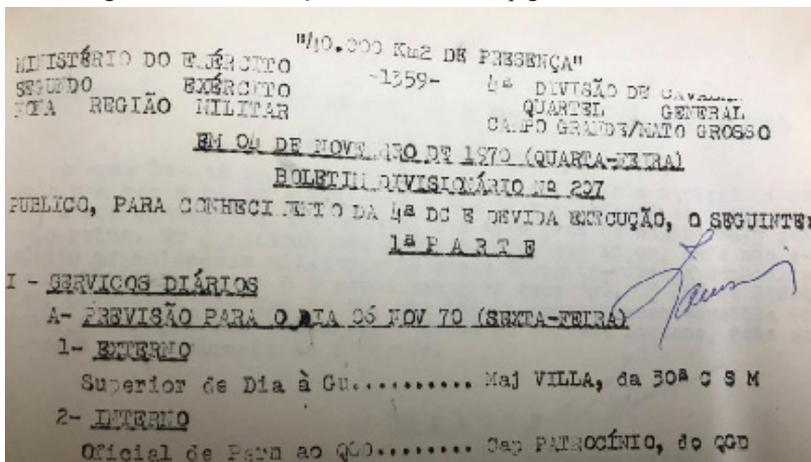
Figura 9 – Denominação da manobra em epigrafe nos documentos (ordem)



Fonte: 4ª Bda C Mec (Bol Div nº 207, de 4 de novembro de 1970)

O general Pitaluga ordenou a realização do primeiro desfile militar do Exército na cidade de Dourados¹⁸. O desfile ocorreu no dia 10 de novembro de 1970, por ocasião do enceramento do exercício militar, com a participação de todas as unidades da 4ª Divisão de Cavalaria.

Figura 10 – Denominação da manobra em epigrafe nos documentos



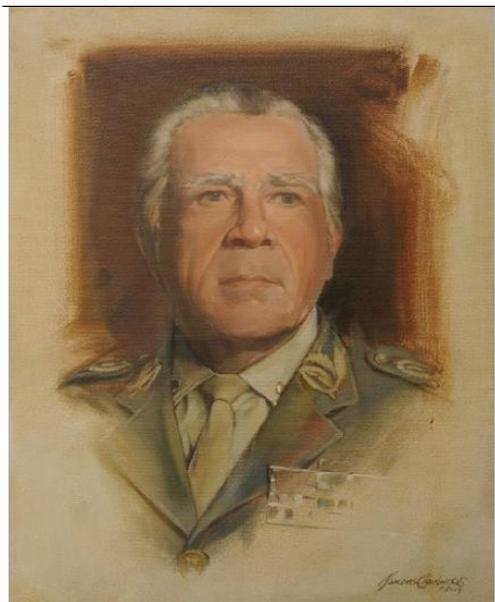
Fonte: 4ª Bda C Mec (Bol Div nº 207, de 4 de novembro de 1970)

Em 1971, o General Pitaluga (Figura 11) instalou-se com seu Posto de Comando Divisionário Avançado no município de Bela Vista, de 3 a 8 de julho, a fim de coordenar as ações para a recepção do presidente Emilio Garrastazu Médici, por ocasião da inauguração da Ponte Internacional do Rio Apa, ocorrida a 7 de julho de 1971. Ao evento esteve presente o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner. As manobras de 1971, desenvolvidas no Pantanal Mato-grossense, conhecidas como “Léguas de Saudade”, receberam a designação de “Despedida”, de cunho sentimental, a fim de homenagear os comandantes que seriam transferidos naquele ano¹⁹.

O Comando da 4ª DC, em sua terra natal, recebeu a honra de ter sido a sua derradeira caserna. Nele, esse valoroso chefe militar cumpriu a sua última missão, transferido para a reserva no dia 8 de março de 1972, por ter atingido a idade-limite de permanência na Ativa. Ao passar para a reserva, enviou um significativo radiograma ao Ministro do Exército, agradecendo a oportunidade de servir ao Brasil e cooperar com o Exército, demonstrando seu amor à Pátria e a gratidão ao Exército:

Ao deixar Sv Ativo Ex et Cmdo 4ª DC vg sol VEx aceitar meus agradecimentos pelo apoio et incentivo que me permitiram cooperar humildemente na reestruturação et formação do novo Exército saído da Revolução Democrática de 64 pt Sou eternamente grato ao Exército pela oportunidade que me deu de servir ao Brasil pt – Gen Pitaluga Cmt 4ª DC. (BOLETIM DO EXÉRCITO nº 14, 7 abr. 1972, p. 18)

Figura 11 – General Plínio Pitaluga



Autor: Marcus Cláudio Fonte: <http://www.15rcmec.eb.mil.br/patrono>

A sua mesa de trabalho no gabinete do comando da 4ª DC encontra-se no Salão de Honra do Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Cmndo 4ª Bda C Mec), em Dourados – MS, próxima ao retrato na galeria dos antigos comandantes. Sua lembrança serve de inspiração aos comandantes da brigada sucessora da 4ª DC (Figura 12).

Figura 12 – General Pitaluga em visita ao Cmndo 4ª Bda C Mec e sua mesa de trabalho



Fonte: 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada

Uma placa exibida na praça central do quartel do 9º Grupamento Logístico (9º Gpt Log), localizado em Campo Grande-MS, atual ocupante do prédio do Quartel-General da 4ª DC, registra o hábito do General Pitaluga de enfrentar o calor dos meses de verão despachando com o seu Estado-Maior sob as sombras de uma árvore e ouvindo dobrados executados pela banda de música divisionária (Figura 13).

Figura 13 – Placa da Árvore na Praça das Unidades (9º Gpt Log)



Autor: Subtenente Ronei de Oliveira Barbosa (9º Gpt Log)

7. Considerações finais: as homenagens ao General Plínio Pitaluga

O General Pitaluga recebeu muitas medalhas e condecorações nacionais e estrangeiras: Cruz de Combate da 1ª Classe; Medalha de Campanha das Forças Expedicionárias Brasileiras; Medalha de Guerra; Mérito Tamandaré; Mérito Santos Dumont; Medalha Ordem do Rio Branco; Medalha de Distinção 1ª Classe (Criada pelo Decreto nº 58, de 14 de dezembro de 1889, e concedida em 1938, pelo Ministério da Justiça, por proposta do general Eurico Dutra, ministro da Guerra, por salvar de afogamento no rio Verde, em Três Corações, quando no 4º Regimento de Cavalaria Divisionário, o soldado Euclides de Oliveira Castro, em 25 de junho de 1938, durante exercícios militares, com risco da própria vida²⁰. Posteriormente esse jovem seria prefeito de Carmo de Minas – MG, com mandato de 1963 a 1966, e o seu nome é lembrado pelo nome de uma importante rua municipal.²¹); Ordem do Mérito Militar – Itália; Ordem de Mayo, grau mestre – Argentina; Cruz de Guerra com Palma – França; Medalha Cruz ao Valor Militar – Itália; Ordem do Mérito Militar; Medalha Estrela de Bronze - Estados Unidos; Medalha Tiradentes (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro); Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes (Casa da FEB, 1972); Medalha do Tempo de Serviço Militar com Passador de Platina (40 anos de serviço); e, Medalha Ordem do Mérito Araribóia, grau comendador (Niterói-RJ).

Subcomandante por mais de dois anos (1962-1964) da Escola de Sargentos das Armas, recebeu em 1965, o título de cidadão tricordiano, concedido pela Câmara de Vereadores de Três Corações. De maneira idêntica, a Assembleia Legislativa de Goiás lhe concedeu, em 1971, o título de “Cidadão Goiano”, como reconhecimento aos seus trabalhos durante os três anos que permaneceu na capital goiana. E, pelo apreço demonstrado com o município de Dourados, a Câmara Municipal, na presidência do vereador Walter Brandão da Silva, concedeu o título de Cidadão Douradense, homenagem recebida pessoalmente, no dia 20 de dezembro de 1970, em cerimônia realizada na Câmara Municipal.

Ingressou em 1996 na Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB), como membro efetivo, na Cadeira nº 28, tendo como patrono o General Raul Silveira de Mello. Em seu discurso de posse, enfatizou “a necessidade de introduzir nas nossas Universidades o exemplo do que ocorre, em alguns países, a Cadeira sobre o estudo da Guerra, como fato social de maior expressão, para se conseguir o equilíbrio político, social e econômico entre as Nações, no afã de se conseguir a limitação ou mesmo a extinção dos conflitos bélicos, entre os povos”. Depois foi criada uma cadeira especial na AHMTB, com o seu nome.

20 O Imparcial - RJ, n. 1044, 19 out. 1938, p. 2.

21 Villela, 2020

Figura 14 – Entrada do Refeitório General Pitaluga na AMAN



Autor: Cadete Paulo Henrique Santos da Cruz Júnior

Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o refeitório de cadetes do Conjunto Principal II, inaugurado em 1988, é denominado General Pitaluga, uma forma de lembrar diariamente aos futuros oficiais do Exército Brasileiro o exemplo desse heroico militar (Figura 14).

Figura 15 – Medalha General Plínio Pitaluga



Autor: Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção Valença – RJ

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/82/Medalha_General_plinio_Pitaluga.JPG

Os formandos da Escola de Sargentos das Armas de 2005 e da Escola Preparatória de Cadetes do Exército de 2011, declarados aspirante-a-oficial 2015 na Academia Militar das Agulhas Negras, receberam a denominação de “Turma General Plínio Pitaluga”.

Nas instalações do 1º Esquadrão de Cavalaria Leve (Aeromóvel), o Esquadrão Tenente Amaro, em Valença – RJ, está o Museu Capitão Plínio Pitaluga, seu comandante nos campos de batalha na Itália durante a 2ª Guerra Mundial e após o regresso ao Brasil, quando ainda 1º Esquadrão de Reconhecimento, unidade formadora do 1º Esqd C L (Amv), no período de 10 de janeiro de 1945 a 07 de janeiro de 1947. O museu destina-se a contar a história do militar e relembrar fatos desde os tempos da Escola Militar de Realengo, inclusive da Campanha da Itália, e exibe objetos do acervo pessoal do general Plínio Pitaluga, doados pela família.

A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção Valença – RJ, criou, em 19 de abril de 2005, a Medalha General Plínio Pitaluga (Figura 15), a ser concedida anualmente a ex-combatentes e militares, civis, estandartes históricos ou bandeiras das unidades militares e associações dos Ex-combatentes do Brasil, em reconhecimento aos serviços prestado aos Ex-combatentes.

Figura 16 – Estandarte Histórico Regimento General Pitaluga (15º RC Mec)



Fonte: Portaria nº 069- Cmt Ex, de 20 de fevereiro de 2004 (BE nº 10 de 5 de março de 2004)

No anverso da medalha consta a efígie do General Pitaluga e, no reverso, os símbolos do Exército (a cobra fumando), Marinha (a âncora) e Aeronáutica (senta a pua!), lembrando a participação das três Forças Armadas na 2ª Guerra Mundial,

apoiados em um V estilizado, representativo da vitória obtida nos campos de batalha; na parte inferior o símbolo da Arma de Cavalaria, alusão à origem cavalariana do General Pitaluga, e os anos de 1944-1945, marcando a duração da campanha. A medalha é entregue com fitas listradas de vermelho, a central e as extremas, e verde, possuindo um passador com a letra P no anverso e no anverso uma torre estilizada. Circundando o anverso, a inscrição “GENERAL PLINIO PITALUGA” em seu topo e “FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA”. No reverso, na orla superior, o texto “ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL – SEÇÃO VALENÇA”, nome da entidade outorgadora, e, na inferior, “1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO”.

No Forte Pantanal, o local destinado a receber as formaturas festivas do Comando Militar do Oeste em Campo Grande – MS é chamado de Campo de Parada General Plínio Pitaluga. A mesma denominação também recebeu o pátio de formaturas da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Dourados – MS e o pátio central do Esquadrão Tenente Amaro. A inscrição do seu nome em letras douradas no Estandarte Histórico do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado – Escola, concedido pela Portaria nº 069, de 20 de fevereiro de 2004, organização militar que o reverencia com a denominação histórica, consagra o reconhecimento do Exército à sua trajetória gloriosa na carreira das armas (Figura 16).

Os pensamentos e ações do General Plínio Pitaluga, expostos neste artigo, revelam as virtudes inerentes aos militares, presentes nos veteranos e nos da ativa, e simbolizam o elo a unir aqueles que, ao longo do tempo, dedicam-se à carreira das Armas. As homenagens aqui relacionadas demonstram o reconhecimento do valor do General Plínio Pitaluga, as quais este pequeno texto almeja ser acrescentado!

Referências

BENTO, Cláudio Moreira (coronel). Continência a um herói: General Plinio Pitaluga. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/CARTA%20GEN%20PL%20C3%208DIO%20PITALUGA.pdf>. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n. 18.713, de 25 de abril de 1931. Aprova o Regulamento da Escola Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18713-25-abril-1929-510069-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. Comando do Exército. Secretaria Geral do Exército. Boletim do Exército: n. 78, 20 nov. 1931, p. 842; n. 9, 15 fev. 1933, p. 31; n. 51, 17 dez 1960; n. 14, 7 abr. 1972, p. 18; n. 35, in. 10, 5 mar. 2004; 31 ago. 2007, p. 26. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/sistema-de-busca-aos-boletins-do-exercito-sisbbex>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Comando do Exército. 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Acervo da 4ª Divisão de Cavalaria. Boletim Divisionário n. 190, 07 out. 1969; n. 192, 9 out. 1969; n. 112, 18 jun. 1970; n. 113, 19 jun. 1970; n. 114, 22 jun. 1970; n. 207, 4 nov. 1970.

BRASIL. Comando do Exército. 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada. Acervo fotográfico.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 58, de 14 de dezembro de 1889. Cria a Medalha de Distinção 1ª Classe. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0058.htm. Acesso em: 3 set. 2021.

CLÁUDIO, Marcus. Retrato do General Plínio Pitaluga (1910-2002). 2014. 50 x 40 cm. Óleo sobre tela. Disponível em: <http://www.15rcmec.eb.mil.br/patrono>. Acesso em: 8 set. 2021.

COSTA, Renato Cesar Tibau da (General de Exército). 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2020.

ESTIGARRÍBIA, Pedro Paulo Cantalice. Esquadrão Pitaluga. 2004. 150 x 200 cm. Óleo sobre tela.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> >. Acessos em: 10 set. 2021.

Revistas pesquisadas:

MANCHETE, Rio de Janeiro, RJ, n. 932, 28 fev. 1970, Pôsto de Escuta, p. 125.

AQUINO FILHO, Jorge de. Como nós ganhamos a guerra. Manchete, Rio de Janeiro, RJ, n. 1622, p. 41, 21 maio 1983.

LEMONS, Ubiratan de. Plateia. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, RJ, n. 23, p. 80, 5 jun. 1974.

GEN PITALUGA sobre a 1ª crise militar da Revolução: não quis me tornar o Nasser brasileiro.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, RJ, n. 5, 30 out. 1979, p. 46. dapress@dabr.com.br

Jornais pesquisados:

ACTOS do Presidente da República. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, RJ, n. 247, p. 12, 19 out. 1938.

A PASSAGEM de Comando da Escola Militar – discurso do Cadete Plínio Pitaluga. O Paiz, Rio de Janeiro, RJ, n. 17059, p. 3, 21 ago. 1934.

APRESENTARAM-SE na 1ª Região Militar. O Radical, Rio de Janeiro, RJ, n. 93, 9 set. 1932, p. 12;

ASSEMBLEIA dos Preparatorianos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, n. 265, p. 12, 6 nov. 1926.

BENTO, Cláudio Moreira (major). Bicentenário do Forte de Coimbra- II. O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, n. 7173, p.4, 14 set. 1975.

CADA CARRO do Regimento Mecanizado tem um nome. Última Hora, Rio de Janeiro, RJ, n. A1377, UH Revista, 8 set. 1964, p. 13.

CENTRO Mattogrossense. A Noite, Rio de Janeiro, RJ, n. 7108, p. 9, 8 set. 1931.

CORONEL adverte as Forças Armadas contra militarismo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, RJ, n. 22412, 30 abr. 1966, 1º Caderno, p. 7.

CORONEL PITALUGA diz que a Revolução de março salvou o mundo da III Guerra Mundial.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, n. 99, p. 14, 30 abr. 1966.

DESMENTIDO o Ato Nº 2 – A grande manobra. Rio de Janeiro, Diário Carioca, RJ, n. 11249, p. 1, 21 nov. 1964.

DIVISÃO Guaicurus. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, RJ, n. 23525, 23 dez. 1969, Jornal de Serviço, p. 48.

EXAMES – Resultados do Externato do Collegio Pedro II. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, p. 9, 28 jan. 1928.

FALA em Anápolis o Major Pitaluga. Jornal de Notícias, Goiânia, GO, n. 88, p. 4 e 8, 2 ago. 1956.

FORÇAS ARMADAS - Guerra. O Jornal, Rio de Janeiro, RJ, n. 13213, 23 jun. 1964, 2º Caderno, p. 12.

GENERAL PLÍNIO PITALUGA receberá o título de Cidadão Goiano. O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, n. 6005, p. 1, 4 jun. 1971.

LOPES, Octacílio. Diário de Brasília – Brasília 70. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, RJ, n. 14485, 29 jan. 1970, p. 3.

MINISTÉRIOS MILITARES Guerra - Incorporação. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, RJ, n. 192, p.5, 22 maio 1965.

NERY, Sebastião. O adjetivo. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, RJ, n. 231, de 11 e 12 jul. 1982, p. 37.

O BRASIL na Segunda Guerra: uma página de coragem política e bravura militar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, n. 31, 9 maio 1975, Caderno B, p. 31. cpdoc@jb.com.br.

O DIA do preparatoriano. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, RJ, n. 268, 28 set. 1926, Registo, p. 4.

OS NOVOS alunos da Escola Militar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, n. 74, p. 8, 25 mar. 1928.

PARA rever amigos. Correio Braziliense, Brasília, DF, n. 3055, 27 nov. 1969, p. 19.

PITALUGA. Correio Braziliense, Brasília, DF, n. 3662, 18 nov. 1971, p. 3.

PITALUGA fala sobre a FEB. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, RJ, n. 174, p. 3, 7 maio 1985.

PITALUGA homenageado. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, RJ, n. 13150, p. 9, 1º out. 1965.

PITALUGA toma posse em Cuiabá [sic]. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, n. 20, 1º maio 1969, 1º Caderno, p. 8.

SOCIEDADE Acadêmica Militar. O Paiz, Rio de Janeiro, RJ, n. 16875, p. 8, 16 jan. 1934.

VÃO ESTAGIAR no Exército Americano os oficiais designados pelo Ministro da Guerra. O Radical, Rio de Janeiro, RJ, n. 3938, p. 7,2 jul. 1943.

VÁRIOS COMANDANTES Militares de M. Grosso deixarão seus pontos em princípios de 72.

O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, n. 6127, p. 1, 29 e 30 out. 1971.

VILLANOVA, Fabiano. Cartuchos. Diário Carioca, Rio de Janeiro, RJ, n. 11139, 14 jul. 1964, Militares & Adjacências, p. 3.

GENERAL Plínio Pitaluga. 1 fotografia. Disponível em: <https://br.pinterest.com/generalpitaluga/general-pl%C3%ADnio-pitaluga/>. Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Centro de Documentação Regional. Jornal O Progresso:

ALCODAN. Conversa ao pé do fogo. O Progresso, n. 1094, de 26 nov. 1969, p. 4.

AREMY. Ronda Semanal. O Progresso, n. 1189, 14 nov. 1970, p. 6.

EM DOURADOS: dentro de breves dias o comandante da 4ª DC. O Progresso, n. 1266, 28 ago. 1971, p. 1.

MOTTA, Ariclides de Moraes (org.). História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

VILLELA, Bianca S. Carvalho (Departamento Municipal de Administração – Prefeitura Municipal de Carmo de Minas / MG). [e-mail]. Destinatário: Fernando dos Anjos Souza. Carmo de Minas, 26 ago. 2020. e-mail.

WIKIPÉDIA. Plínio Pitaluga. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio_Pitaluga. Acesso em: 09 set. 2021.

3º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDA. Antigos Comandantes. Disponível em <https://www.3rcg.eb.mil.br>. Acesso em: 9 set. 2021.

15º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO. História do General Plínio Pitaluga. Disponível em: <http://www.15rcmec.eb.mil.br/>. Acesso em: 9 set. 2021.



O ESTADO NOVO E SEUS BENEFÍCIOS AO EXÉRCITO BRASILEIRO

Luiz Ernani Caminha Giorgis¹

Resumo

No sétimo ano de seu governo de 15 anos Getúlio Dornelles Vargas, tendo como motivação o enfrentamento às ameaças ideológicas e amparado pelo Estado de Guerra decretado pelo Congresso Nacional perpetrou, em 10 de novembro de 1937, um golpe institucional o qual foi chamado, e passou à História, como Estado Novo. O fechamento do Congresso por tropas estaduais do Distrito Federal, o cancelamento das eleições previstas para janeiro do ano seguinte uma nova constituição - outorgada, foram algumas das providências ditatoriais. Mais oito anos de governo Vargas se seguiriam, até 1945, quando ele foi deposto. Neste período, as Forças Armadas experimentaram diversas inovações tanto no campo doutrinário como na estruturação e na aquisição de material bélico. Este trabalho visa mostrar algumas inovações importantes no Exército Brasileiro, inclusive na área educacional.

Palavras-chave: Getúlio Vargas, Estado Novo, Forças Armadas, Exército.

1. Introdução

Em 1937, a Constituição então vigente no país era a de 1934, promulgada pelo governo, que elegeu Getúlio Vargas, então Presidente Provisório, como o primeiro Presidente sob a nova Carta Constitucional.

O Exército e a Marinha, embora sujeitas às prescrições constitucionais, já serviam como fatores de estabilidade daquele governo. Além disso, os historiadores concordam que a Carta de 1937 contribuiu para que a nova organização das FFAA não favorecesse, como antes, a formação de facções internas, fortalecendo assim a coesão, fator importantíssimo, vital mesmo, para as instituições e para os militares como um todo.

¹ Coronel de Infantaria e Estado-Maior Reformado do Exército Brasileiro; Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Rio Grande do Sul.

Mesmo assim, entre 1934 e 1938 o país experimentou pelo menos duas conflagrações graves: a Intentona Comunista de 1935 e a Integralista de 1938. Sufocados esses contenciosos, Vargas obteve poder quase que total.

Por oportuno, é válido ressaltar, desde já, que o processo histórico do Estado Novo não contou com o emprego direto de tropas do EB em operações de combate e esse processo será abordado aqui inserido no contexto da década de 1930.

Objetivamente, o Estado Novo foi um golpe perpetrado pelo próprio governo Vargas, que implantou uma nova fase política em estilo autoritário e com uma nova carta constitucional outorgada – a Polaca².

O projeto de poder total estabelecia:

- o fechamento do Poder Legislativo nos três níveis;
- Poder Judiciário subordinado ao Executivo;
- total liberdade de ação à Polícia Especial;
- propaganda a favor do governo;
- eliminação do direito de greve;
- reintrodução da pena de morte; e
- estados governados por interventores nomeados pelo governo.

Nota-se, assim, que a Constituição de 1937:

- dava respaldo legal para o regime autoritário do Estado Novo;
- possibilitou que o Executivo passasse a ser bem mais forte que os demais poderes por meio da concentração da autoridade na Presidência da República; e
- deixou claro que o apoio explícito das Forças Armadas foi que possibilitou a sus-tentação do governo Getúlio Vargas.

Registre-se ainda, em tempo, que no campo da ideologia política, dois anos depois da Intentona, a ameaça comunista ainda era uma realidade ou, pelo menos, um pretexto. Vejamos os antecedentes.

Já nos meses anteriores à decretação do Estado Novo, o Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra determinou diversas movimentações de tropas da 1^a e da 2^a Região Militar para enfrentar “qualquer perturbação da ordem [...] território nacional” (LEITE, NOVELLI, 1983, p. 216/217).

Em setembro de 1937, o Capitão do Exército Brasileiro Olímpio Mourão Filho³ forjou um falso plano para uma suposta insurreição comunista. Descoberto o plano, foi constatado que seu suposto autor seria um marxista judeu chamado Cohen. Era uma obra de ficção mas foi encarada como verdadeira. E isso passou à história como o “Plano Cohen”.

Mediante proposta do Executivo, e em função do falso Plano Cohen, o Congresso aprovou o Estado de Guerra e a suspensão das garantias constitucionais. E as eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938 foram canceladas.

² Assim apelidada porque foi inspirada, de acordo com o projeto do advogado e jurista Francisco Luís da Silva Campos, na Constituição da Polônia.

³ Olímpio Mourão Filho notabilizou-se como um ferrenho anti-comunista.

A execução do golpe foi através do fechamento do Congresso, operação para a qual o Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra não empregou o EB, embora as tropas das 1ª, 2ª e 3ª RM estivessem em prontidão desde 09 de novembro⁴. No dia seguinte, tropas da Polícia Militar do Distrito Federal (hoje PMRJ) cercaram o prédio do Congresso. Os parlamentares tiveram o acesso impedido ao referido prédio.

O Congresso foi dissolvido mas ficou dividido, já que 80 de seus integrantes se dirigiram a Vargas para lhe prestar solidariedade “quando vários de seus colegas estavam presos” (FAUSTO, 2002, p. 365).

Nos estados da BA e PE foi decretada intervenção federal e substituídos os governadores. No RJ, foi nomeado Ernani do Amaral Peixoto que, em julho de 1939, se casaria com a filha de Getúlio, Alzira.

Retrocedendo ao início da década, é importante registrar que já desde a Revolução de 1930, as FFAA foram a garantia armada para a manutenção do governo autoritário de Getúlio Vargas, mesmo no período de vigência da Constituição de 1934, ou seja, de 16 de julho deste ano até o Estado Novo.

Com o Estado Novo, o país ficou com um governo extremamente centralizado. O plebiscito para aprovação popular da nova constituição nunca foi realizado, nem eleições para o Congresso. Os governadores passaram a ser interventores nomeados. Permaneceu o Estado de Emergência.

Claramente, o objetivo governamental, em linhas gerais, era o de promover “a modernização do país pela via autoritária” (IDEM, 2002, p. 369).

A partir de 1937, particularmente, o governo Vargas procurou prestigiar e reequipar as FFAA, de maneira muito particular o Exército Brasileiro (EB), que foi fortemente beneficiado com materiais bélicos diversos, mormente na área do armamento, mas também em outras áreas.

Este é o desideratum deste trabalho, ou seja, trazer, embora de maneira sucinta, a evolução material e doutrinária do Exército no período.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Exército brasileiro e a nova Carta Constitucional de 1937

Antes de 1937 os militares do EB, conforme o volume 3 da obra “O Exército na História do Brasil”, da Biblioteca do Exército, encaravam o governo autoritário e ditatorial implantado pelo Presidente Getúlio Vargas desde 1930 como um mal necessário para a Força:

“Os militares brasileiros encontravam-se possuídos de evidente pessimismo diante da incapacidade revelada por uma política essencialmente liberal. A justificativa ao autoritarismo era a

⁴ No seu pronunciamento na noite do dia 10 Vargas diria, referindo-se ao EB: “Não lhe cabe, ao Exército, influir nos destinos políticos de que os políticos se incumbem. Não é esta a sua missão. Muito mais simples, nem por isso deixa ela de ser mais nobre[...]” (LEITE, NOVELLI, 1983, p. 270).

imperiosa necessidade de fortalecimento do Estado diante das ameaças que se prenunciavam à segurança nacional, com a perspectiva de um próximo conflito internacional” (BIBLIEx, 1998, p. 168).

O ideal tenentista, presente no Exército desde 1922, e dotado de um forte sentimento de nacionalismo político e econômico, perdurou pelas duas décadas, a de 1920 e a de 1930.

Entretanto os militares, paulatinamente, foram deixando de lado as demandas políticas e passaram a se preocupar não somente com o reequipamento bélico como também do aperfeiçoamento das suas estruturas internas e do mais importante: os aspectos doutrinários, especificamente os de emprego operacional da força terrestre.

Nestes aspectos, e digna de nota, por oportuna, foi a participação da Missão Militar Francesa no EB, principalmente na primeira década, a de 1920/30. Missão que foi forçada a encerrar o seu trabalho junto ao Exército em função da derrota francesa frente às tropas nazistas de Hitler no primeiro semestre de 1940.

Em 1937, portanto, a implantação do “Estado Novo” trouxe uma nova realidade para o país e para as FFAA.

A Constituição de 1937, apelidada de “Polaca”⁵, assim definia a posição das FFAA:

“As forças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência ao Presidente da República” (Art. 161 da Carta de 1937).

Por outro lado, a mesma Constituição privilegiava a profissionalização das FFAA através do seu Artigo 166, quando regulamentava a Defesa do Estado. Estes dispositivos, os artigos 161 e 166, consubstanciaram importantes parâmetros para o Exército Brasileiro.

A profissionalização das Forças Armadas foi reforçada pelo Art. 166, o qual re-regulamentava a Defesa do Estado, subordinada esta exclusivamente ao Presidente da República, pois a esta autoridade cabia o julgamento de quando, onde, como e porquê a lei e a ordem estariam em perigo, e assim decretaria estado de emergência ou de guerra, e empregaria, interna ou externamente, as Forças Armadas em todo o território nacional ou em parte dele, para restabelecer aquelas garantias.

Em sua “Proclamação ao Exército” na noite do dia 10 de novembro de 1937, o Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra deixava bem clara a missão do EB na nova fase político-militar que se iniciava:

“[...] Não lhe cabe, ao Exército, influir nos destinos políticos de que os políticos se incumbem. Não é esta a sua missão⁶. Muito

5 Assim apelidada porque foi inspirada, de acordo com o projeto do advogado e jurista Francisco Luís da Silva Campos, na Constituição da Polônia.

6 Missão é uma palavra oriunda do latim “missionis”, uma palavra de origem religiosa. É neste sentido,

mais simples, nem por isso deixa ela de ser mais nobre. Cumpre-lhe, neste momento de incertezas, salvaguardar os interesses da Pátria, fiel a estes postulados – obediência, disciplina, trabalho, instrução, serenidade, discricção, abnegação, renúncia, patriotismo em suma” [...]” (LEITE; NOVELLI JÚNIOR, 1983, p. 270).

2.2 A grande novidade em 1939 - a Segunda Guerra Mundial

Desde o início da década, mais precisamente desde 1933, quando Adolf Hitler recebeu o poder total na Alemanha, as potências europeias já anteviam uma nova conflagração, nefasta consequência das questões mal resolvidas e das contradições surgidas após a Primeira Guerra Mundial – a Grande Guerra.

Em 1º de setembro de 1939, de balde os esforços pacificadores das nações europeias, mormente a Inglaterra, a Alemanha nazista invadiu a Polônia iniciando a II Guerra Mundial.

O governo fez o possível para manter o Brasil neutro naquela grande conflagração. Desde o início, a administração Vargas preferiu se posicionar de forma independente na guerra, mas mantendo e privilegiando a exportação de vários tipos de produtos não industrializados tanto para um lado como para o outro dos contendores.

Entretanto Vargas, em visão de estadista, antevia uma excelente oportunidade para o desenvolvimento da indústria brasileira.

A obra “O Exército na História do Brasil” sintetiza muito bem o contexto mundial e os influxos para o Brasil:

“O aumento de consumo de certos materiais e a dificuldade de importações ocasionada pela guerra submarina constituíram incentivos para uma política de industrialização, insistentemente preconizada pelo Exército. A indústria siderúrgica foi a primeira a surgir, quando os altos-fornos de Volta Redonda foram acesos em 1946, iniciando-se um novo ciclo em nossa história econômica. Comprovava-se o fato que a depressão de 1929 prenunciara. O Brasil jamais se poderia modernizar e emancipar sem o apoio de uma indústria eficiente e desenvolvida. Desta forma, o Estado Novo, regime inspirado no modismo ditatorial de uma época cheia de incongruências, traduzido no Brasil por um autoritarismo populista e sui generis, conseguiu com o incentivo do Exército proporcionar algo de útil à Nação: o despontar de um período de industrialização, essencial a seu desenvolvimento futuro” (BIBLIEx, 1998, p. 168).

Desta forma, antes mesmo da deflagração da guerra, já havia uma predisposição do governo brasileiro para a industrialização do país com a participação das suas Forças Armadas.

e não no sociológico que ele é empregado aqui e no meio militar. “Missão” é a incumbência dada a um militar ou grupo que se vê obrigado a executá-la no momento e da maneira como foi determina-do.

Ainda assim, mesmo que a guerra tenha proporcionado às grandes potências uma enorme evolução técnica do material bélico, essas novidades custaram a chegar ao Brasil que, em função das dificuldades econômicas, teve dificuldades em obtê-las. Até mesmo porque o país optou, como já foi ressaltado, por se manter neutro no conflito bélico, e só foi forçado a participar a partir de seu quarto ano (1943) quando a Alemanha e a Itália passaram a atacar navios brasileiros no Atlântico.

2.3 Reformas, inovações, reestruturação e assimilação de material bélico recebido pelo Exército Brasileiro

Em seu livro “História do Brasil” (EDUSP, 2002) o historiador Boris Fausto sintetiza o contexto da época desta forma:

“Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. [...] os militares [...] acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional [...]” (FAUSTO, 2002, p. 367).

E, referindo-se ao material bélico, o mesmo autor, na mesma obra, registra:

“através de organismos técnicos, [...] estados-maiores e do Conselho de Segurança Nacional (CSN) [...]. As Forças Armadas foram as responsáveis pela instalação de uma indústria estatal do aço [...]. No setor do petróleo, o Conselho Nacional do Petróleo, criado em Jul 1938, [...] ficou nas mãos do General Júlio Caetano Horta Barbosa. [...]. O governo aprovou os planos militares para a compra de armas [...] artilharia fornecida pela empresa alemã Krupp, navios de guerra da Grã-Bretanha e da Itália, armas de infantaria da Tchecoslováquia e aviões dos EUA. Embora o poder das Forças Armadas fosse muito extenso, seria errôneo imaginar que ele fosse absoluto. Os militares não desejavam e nem tinham condições para substituir [...] as elites civis. Isso já ficara claro no momento do golpe. O ponto de vista favorável à candidatura militar não tivera maior expressão e mesmo o envolvimento ostensivo do Exército no episódio foi evitado pelo Ministro da Guerra” (IDEM, 2002, p. 368).

O período abrangido por este trabalho é o da administração do General Eurico Gaspar Dutra no então Ministério da Guerra, ou seja, de 05 de dezembro de 1936 a 10 de novembro de 1937 e, em um segundo período, sem solução de continuidade, de 10 de novembro de 1937 a 03 de agosto de 1945. Mas o foco é o período que inicia na decretação do Estado Novo.

Conforme a obra do General Francisco de Paula e Azevedo Pondé, volume 37

da História Administrativa do Brasil, as principais reformas, medidas e inovações executadas neste período foram as seguintes, aleatoriamente, sem considerações de ordem de importância:

- em fevereiro de 1938: a nova Lei de Promoções;
- ainda em fevereiro de 1938: a nova organização do Ministério da Guerra;
- em março do mesmo ano: aprovação do novo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

Sobre a disciplina no EB, até a década de 1870 ela era regulada através de decretos, avisos e circulares, não havendo um regulamento próprio. Em 11 de junho de 1872, o Duque de Caxias, na função de Conselheiro de Estado, participou das resoluções sobre o projeto do Código Disciplinar do Exército (CDE) para tempo de paz (GIORGIS, 2011, p. 145). E em 1875, como Ministro da Guerra, conseguiu ele colocar em vigor o Regulamento Disciplinar do Exército, o RDE⁷ (IDEM). No mesmo ano, Caxias instituiu o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (o atual RISG), e o Regulamento de Continências, o RCont, ou R-2 (IBIDEM).

Sobre o aspecto disciplinar, historiadores militares e civis costumam opinar que a disciplina no Exército Brasileiro evoluiu muito, para melhor, em função do Estado Novo.

- em maio de 1938: a nova Lei de Organização Geral do Exército (LOGEx).

Conforme o Cel Jehovah Motta esta reforma de 1938 trouxe “a retirada do Estado-Maior da posição proeminente em que o colocaram as leis de 1934 (MOTTA, 1998, p. 228)⁸. Com efeito, a partir desta LOGEx o EME passou a ser somente um órgão auxiliar. Todas as armas, quadros e serviços, inclusive a Aeronáutica, foram reorganizadas. Continuando:

- em junho de 1938: o regulamento dos CPOR;
- em julho do mesmo ano: a nova Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército em tempo de paz;
- ainda em 1938: setembro, foi fixado o limite de idade para permanência dos oficiais-generais do Exército ativo. Com a inserção do posto de General do Exército este decreto foi alterado;
- nos últimos meses de 1938 (outubro), foi aprovado o regulamento do Estado-Maior do Exército;
- ainda em outubro, foi aprovado o regulamento para a Biblioteca Militar, atual BIBLIEx;
- finalmente, em novembro, foi aprovado o Regulamento de Administração do Exército, o R-3.

Portanto, como frisa o Gen Pondé, com a nova política do Estado Novo, se dá uma nova organização geral ao Ministério da Guerra e ao Exército. Além disso, passando o ministro a ter funções de órgão político-administrativo, podia ser um

7 Posteriormente, em informação não confirmada, os dispositivos precursores do atual RDE passaram a ser estabelecidos como um adendo ao RISG, até março de 1938, ou seja, já durante o Estado Novo.

8 Em outro comentário o mesmo autor ressalta um aspecto importante que perdura até os nossos dias: o Estado Novo iniciou, nas questões militares, uma tendência para o “Secreto” e o “Reservado” que, com o tempo se acentuou (Motta, 1998, p. 229).

civil, mas isso não aconteceu, até o presente momento .

- em janeiro de 1939, foram regulamentadas as contribuições para o montepio militar e a pensão correspondente dos oficiais;
- em maio do mesmo ano foi regulamentado o Ensino Militar do Exército;
Conforme o historiador militar Cel João Baptista Magalhães:

“Entre as modificações introduzidas no Exército, em 1938, merece destaque o que concerne ao ensino militar conforme o Decreto nº 432, de 19 de maio. Essa lei pretende codificar todo o ensino que interessa ao Exército, desde o pré-militar até o da tropa e dos quadros, neste compreendidos os de praças e oficiais, e até, os de EM e Alto Comando. Refere-se a todos os cursos, inclusive os dos CPOR. De essencialmente novo, ela faz a criação de um Conselho de Professores na Escola Militar e um Curso de Altos Estudos de Defesa Nacional, de que derivaram depois a Escola de Alto comando e a atual Escola Superior de Guerra, a bem dizer-se” (MAGALHÃES, 2001, p. 362).

Um ano depois, em maio de 1940, o Ministro Dutra, em seu relatório anual, informava que em 1939 funcionaram, no EB, 25 escolas ou cursos militares, demonstrando a importância que já era dada ao ensino.

- em fevereiro de 1939, foi transformado o Colégio Militar de Porto Alegre em Escola de Formação de Cadetes, destinada preferencialmente a receber, como alunos, sargentos e graduados;
- dois meses depois, em abril, foi aprovado o novo Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG, ou R-1);
- em julho seguinte, foi aprovado o Regulamento para o Quadro de Estado-Maior do Exército;
- em setembro (1939), foi aprovado o Regulamento da Escola das Armas, para aperfeiçoamento dos oficiais e sargentos das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia. Foram estabelecidas as unidades-escola, por exemplo o REsI, ou REI, atual 1º BIMtz-Escola - Regimento Sampaio e o Grupo Escola de Artilharia (GEsA), entre outros;
- já no final de 1939, em novembro foi regulado, de maneira geral, o Ensino Militar no Exército para o preparo de quadros, instrução secundária, instrução primária, instrução preliminar, admissão às diversas escolas e cursos;
- e em dezembro, foi instituído o Dia do Reservista - 16 de dezembro, data do nascimento de Olavo Bilac, pioneiro da execução da Lei do Serviço Militar;
- em março de 1940, foi aprovado o regulamento para a Escola Preparatória de Cadetes, com sede em Porto Alegre. Era chamada de EPPA, mas a abreviatura correta era EsPCPA;
- em abril, foi aprovado o Marechal Carlos Machado Bittencourt como Patrono do Serviço de Intendência do Exército;
- ainda em abril, foi determinado o destino e guarda do testamento e inventário do Duque de Caxias, por constituir inestimável valor histórico para o Exército e para

a Nação, por tratar-se de documento do próprio punho daquele grande brasileiro, e com disposições que muito enaltecem suas virtudes cívicas e militares;

- em maio, foi regulamentado o o Código de Vencimentos dos militares do Exército;

- em junho, foi regulamentada a atualização da Lei de Promoções;

- em setembro, foi criada a Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo (EP-CSP), nos moldes da de Porto Alegre. Em 1959, ela foi transferida para Campinas com o nome de Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx);

- ao final de 1940, em novembro, foi instituída uma Comissão para promover a ereção do monumento ao Duque de Caxias em São Paulo (Praça Princesa Isabel, Campos Elíseos);

- no ano de 1941, em março, foi aprovado o Estatuto dos Militares;

- e em maio, foi criado o Instituto Militar de Tecnologia, atual IME;

Sobre a entrada do Brasil na II GM, o Gen Pondé comenta o seguinte:

“Em 1942, os submarinos alemães atacam e põem a pique os nossos navios mercantes, obrigando-nos a entrar, ao lado dos aliados, em guerra contra o eixo Berlim - Tóquio, principalmente, apoiando os Estados Unidos, com a permissão provisória da instalação de bases aéreas no território do nordeste. Uma Comissão Brasil-Estados Unidos antes fora constituída e, depois, por im-posições lógicas de política internacional, organizamos e enviamos à frente italiana a Força Expedicionária Brasileira (FEB) comandada pelo General Mascarenhas de Moraes e a FAB (Força Aérea Brasileira), comandada pelo Coronel Nero Moura. A união com os Estados Unidos iniciou o processo de desarticulação da Missão Francesa, que nos orientava, e passamos, em vez dela, a adotar uma réplica do mecanismo americano” (PONDÉ, 1994, p. 282).

- em março de 1942, foi aprovado o regulamento para a Escola de Transmissão (ETrans), na Capital Federal (atual EsCom);

- ainda no mesmo mês, foi aprovado o regulamento para os CPOR;

- em abril de 1943, foram atualizados e organizados os quadros e efetivos do Exército;

- em janeiro de 1944, foi criado o destacamento de Natal, RN, orgânico da 7ª RM. Para constituir o destacamento criado deviam ser aproveitados os elementos de tropa e de serviço já existentes em território da 7ª RM. Preparava-se, assim, a força expedicionária, que havia de combater na Itália;

- em 02 Fev 45, foi aprovado o regulamento da Escola Militar de Resende;

Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento em seu livro 2010 – 200 anos da criação da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras (Resende: FAHIMTB, 2010):

“A pedra fundamental da AMAN foi lançada pelo Presidente Getúlio Vargas em 23 de junho de 1938, aniversário da morte do Marechal Floriano, no distrito junto à Resende hoje denominado Floriano [...] A inauguração da AMAN ocorreu em 1º de março de 1944” (BENTO, 2010, p. 39).

A concepção de uma nova escola de formação de oficiais afastada do Rio de Janeiro já vinha do início da década de 1930. Mas a decisão de sua construção, escolha do local, pedra fundamental, etc. só foram colocadas em execução no período do Estado Novo.

- já em março de 1945, o Presidente da República assina a nova Lei de Organização do Exército; e

- e no mês seguinte, foi estabelecida a nova constituição das Forças Armadas do País.

Comenta o Gen Pondé o seguinte:

“Após o término da guerra, o sentimento do brasileiro era de que o regime ditatorial, instalado no Brasil, chegara ao fim, isto é, o arbítrio devia acabar. As eleições foram marcadas e os candidatos eram o Brigadeiro Eduardo Gomes e o General Eurico Gaspar Dutra, mas o Governo colocou sua máquina administrativa ao lado da corrente de sua preferência, além de incentivar a corrente do “queremos Getúlio”, dando provas evidentes de continuísmo. A disputa eleitoral foi totalmente desfigurada e os últimos atos do ditador forçaram a intervenção militar para garantir a imparcialidade do pleito. A 29 de outubro de 1945, depois de uma série de reuniões, entre os chefes das Forças Armadas e políticos no Ministério da Guerra, o Presidente foi deposto pelo Alto Comando das Forças Armadas. Assumiu a chefia interina do Governo o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal” (PONDÉ, 1994, p. 291).

2.4 Informações complementares

O Coronel Claudio Moreira Bento, no texto “O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS NO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO 1930-1945”, da então Federação das Academias de História Militar (FAHIMTB, Resende) mostra ainda outras grandes realizações e inovações ocorridas a partir de 1930 até 1945 durante a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República. São elas, entre outras:

- sua contribuição para o progresso, relativamente ao Exército, foi a mais marcante da História do Brasil. Sob seu governo a Doutrina do Exército em seus campos Organização, Equipamento, Ensino e Instrução, Motivação e Emprego, atingiu a maior expressão e progressos relativos, ao longo do processo histórico brasileiro;

- o efetivo do Exército de 1930 a 1945 cresceu 100% e atingiu cerca de 100.000 homens;

- 50 novas unidades criadas: 13 de Fronteira; unidades-escolas da Vila Militar; unidades motomecanizadas e antiaéreas; regimentos de Artilharia; [...] estruturas de apoio logístico e de indústria bélica implantadas ou ampliadas;

- criação da Arma de Aviação que, a partir de 1941, com material e pessoal, pas-sou a infraestruturar o (futuro) Ministério da Aeronáutica;

- visando a reduzir a dependência externa em material bélico, foi criado o Quadro de Oficiais Técnicos, estimulada a indústria civil a produzi-los e (foi) im-plantada a indústria bélica brasileira;

- no setor de Apoio Logístico foram criados os estabelecimentos Mallet (depó-sitos de Material de Intendência, de Engenharia, de Comunicações, de Veterinária e de Saúde); os hospitais militares de Porto Alegre, da Bahia (Salvador), de Alegrete, Santo Ângelo e de Belém, Sanatório de Itatiaia, pavilhões de Neurologia e Psiquia-tria do Hospital Central do Exército (HCEX), a Policlínica Central (Rio) e o Insti-tuto de Biologia (idem); as coudelarias de Minas Gerais, Pouso Alegre, Tindiquera (Araucária, PR) e os depósitos de reprodutores de Avelar, Campos e São Paulo, além de ampliadas as coudelarias de Saicã (Rosário do Sul, RS) e do Rincão (São Borja, RS);

- grande projeção teve a criação da Rede Rádio do Exército que facilitou so-bre-modo o exercício mais seguro do Comando, sobre todo o Exército articulado no território nacional;

- o material de Artilharia, em especial o de Costa, passou por uma sensível mo-dernização e atualização com o concurso de uma Missão Militar Americana con-tratada em 1939;

- a indústria bélica do Exército produziu uma gama enorme de equipamentos mili-tares, inclusive equipagens de pontes B4-A2;

- no tocante à progressiva operacionalidade do Exército foram assinalados os progressos. Os períodos de instrução das unidades eram observados e fiscaliza-dos com rigor. Os resultados práticos ficaram evidentes nas grandes manobras do Vale do Paraíba e de Saicã. Estas contaram com o estímulo da presença do Pre-sidente Vargas. A instrução em campanha foi corporificada pela adoção de regulamentos específicos para cada Arma ou Serviço; de Organização do Terreno (OT); de Serviço em Campanha, de Tiro de Armas Portáteis (RTAP) e de Instrução dos Quadros e da Tropa;

- para estimular a cultura militar geral e profissional e a sua difusão, bem como a corrente do pensamento militar brasileiro que consolidou a Reforma Militar, foi reorganizada a Biblioteca do Exército, agora também e principalmente como edi-tora, modernizada a Imprensa Militar e estimulada e prestigiada pelos ministros militares a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) , bem como a Revista Nação Armada; e

- para a ampla difusão da Doutrina do Exército foi criado o Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF), que editou regulamentos em sub-stituição ao esforço particular que vinha sendo feito por uma plêiade de oficiais que

se cristalizaram em torno da revista A Defesa Nacional em 1913 e (também) usando editoras civis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a implantação da República, o período que mais se revelou prenhe de inovações, atualização de doutrina, assimilação de novos materiais bélicos, mudança de mentalidade e valorização da profissão militar foi o Estado Novo.

Em todas as áreas: educacional, disciplinar, material, aquartelamentos, fardamentos, viaturas, administrativa, etc. houve evolução.

Flagrante foi a mudança doutrinária. O EB abandonou os preceitos doutrinários franceses, eminentemente defensivos para, em função da participação do Brasil na II GM através da FEB, adotar uma doutrina pragmática, objetiva, sistemática e metódica oriunda das FFAA dos EUA.

Ainda assim, mesmo com as inovações do Estado Novo, o EB e a FAB não estavam preparados para o enfrentamento de uma guerra, que já era dotada de recursos tecnológicos, armamentos, carros de combate e doutrinas mais atualizadas.

Neste período, portanto, o conjunto de circunstâncias mais marcante foi a participação do Brasil na II GM. E, com a eclosão da guerra, o fim da Missão Militar Francesa, a qual deixou importantes inovações no campo do ensino.

Nunca é demais ressaltar que o principal fator para a evolução da doutrina sempre foi, é e continuará sendo, a evolução do armamento.

A deposição de Getúlio Vargas terminou o período do Estado Novo e as FFAA participaram ativamente do movimento que exigiu o fim daquele estado de coisas.

Com o perfil do novo cenário político-ideológico em face da II Guerra Mundial a manutenção das Forças Armadas brasileiras havia se tornado incompatível com o movimento que atingira o mundo.

As inovações no Exército Brasileiro, aquelas já consolidadas, permaneceram, ainda que alteradas ao longo do tempo que se seguiu.

É possível afirmar que o Estado Novo foi um divisor de águas para as FFAA brasileiras, mormente para o EB. O que nos possibilita, da mesma forma, afirmar que no século XX tivemos o Exército anterior e, bem melhor, o Exército após o Estado Novo.

Bibliografia

BENTO, Cláudio Moreira. 2010 – 200 anos da criação da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras. Resende: FAHIMTB, 2010.

_____. O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS NO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO 1930-1945. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nº 339:63-71, abr/jun 1983, Rio de Janeiro.

CALMON, Pedro. História do Brasil, vol. 6. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Duque de Caxias Dia a Dia. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JÚNIOR, Luiz Gonzaga (Orgs.). Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MAGALHÃES, João Baptista. A evolução militar do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. História Administrativa do Brasil, volume 37 - Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.

O “Grande Jogo Global”

Marcus Vinicius Ferreira dos Santos¹

Resumo

O presente artigo pretende analisar o “Grande Jogo Global” entre os Estados Unidos da América (EUA), a Federação Russa (FR) e a República Popular da China (RPC). As interações entre estes três “global masters players” é evidenciada pelas disputas geopolíticas atuais em áreas específicas que se identificam como em constante maior ou menor influência por meio de estratégias que variam de indireta, neutra a direta. Neste contexto, pode-se identificar possíveis releituras de postulados estratégicos da Guerra Fria clássica do século XX, não obstante, agora, atualizadas com base em intrincados diagramas que tornam as relações entre atores estatais globais, regionais e locais tão mais densa quanto maior a presença dos consortes não-estatais. Por fim, verifica-se que a atual Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro (DMT EB, 2019) (EB20-MF-10.102) possui pontos convergentes com a complexa situação descrita. O ambiente “VUCA” a conduziu ao Amplo Espectro das Operações. O emergente conceito de Multi-Domain Battle (MDB) anuncia-se como o próximo passo nos ambientes conjunto e interagências.

Palavras-chave: Grande Jogo Global, Estados Unidos da América, Federação Russa, República Popular da China, Geopolítica, Guerra Fria, Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro, 2019.

1. Introdução

O “Grande Jogo Global” entre os Estados Unidos da América (EUA), a Federação Russa (FR) e a República Popular da China (RPC) no período entre 11 de setembro de 2001 a 11 de setembro de 2021 é um processo de interação em todas as expressões do poder. (AUTOR, 2021).

Os EUA é um país com acessos aos Oceanos Atlântico a leste e Pacífico a oeste. Seus 9,4 milhões de Km² lhe conferem a 4ª maior extensão territorial do mundo,

¹ Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas de Honduras (ECEM FFAA HND)

dados alcançado entre suas 13 Colônias iniciais em 1776 até a conquista do Havaí em 1902. A FR possui 17,07 milhões de Km² distribuídos numa área que possui fronteiras com o Oceano Ártico a norte, Ásia Central ao sul, Europa a oeste e extremo oriente a leste. A RPC tem 9,36 milhões de Km² que alcançam, ainda, cerca de 6 mil ilhas com 1,4 bilhão de pessoas em seu território. (ADAS, 2010).

As interações entre os EUA e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ocorreram num crescente a partir da 2ª Guerra Mundial (II GM) nas Conferências de Teerã (1943), Yalta (1945) e Postdam (1945). Alcança seu ápice no século XX com a Guerra Fria (GF) no íterim de 1945 a 1991. A “Glasnost” e a “Perestroika” conduzidas por Mikhail Gorbachev (1980-1985), e a Queda do Muro de Berlim (1989) marcam o desgaste da dicotomia ideológica leste – oeste. A partir da desagregação URSS em 1991, intensas adaptações são observadas na geopolítica global. Tem-se, neste ponto, a término da bipolaridade mundial. (KOSHIBA, 2008)

O período de 1991 a 2000 é marcado pela preponderância dos EUA. Não obstante, emergência da URSS, a FR buscava se transformar internamente mantendo o direcionamento político socialista integrado à economia de mercado. Situação semelhante se passava na RPC com a centralização do Partido Comunista Chinês (PCC) enquanto sua economia experimentava um ritmo de crescimento a taxas expressivas que alcançariam dois dígitos no fim do período citado (“Um país, dois sistemas”. Deng Xiaoping, 1979). Tem-se, neste ponto, o início da multipolaridade mundial. (KOSHIBA, 2008)

A seguir, o “Grande Jogo Global” entre os EUA, a FR e a RPC no período entre 11 de setembro de 2001 a 11 de setembro de 2021 será analisado nas principais áreas de disputas geopolíticas atuais, destacando possíveis releituras atualizadas de postulados estratégicos da Guerra Fria, e concluindo sobre pontos convergentes com a atual Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro (DMT EB, 2019) (EB-20-MF10.102). (AUTOR, 2021)

2. DESENVOLVIMENTO

a. Oriente Médio (OM) e Afeganistão

O OM historicamente é uma região com potencial para influenciar na geopolítica a nível global. Os dados da tabela 01 lista dados históricos da intensa dinâmica regional com relação direta sobre as relações internacionais (RI) a nível global. Entre 2011 e 2014, por exemplo, Líbia, Egito e Síria tiveram suas respectivas situações internas impactando diretamente sobre o mercado internacional.

Atualmente, o OM é um dos principais palcos de oposição entre os interesses também econômicos entre os EUA (Texaco), FR (Gazprom) e RPC (Belt and Road Initiative, BRI). (TOLOTTI, ANTUNES, NASCIMENTO, SCHEIN, 2016)

Tabela 01 – relação de eventos ocorridos no OM com reflexos mundiais 1897 a 2021. Fonte: “Disputas geopolíticas no Oriente Médio”. Disponível em História do Oriente Médio – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acessado em 27 de setembro de 2021.

Ano	Evento	Síntese
1897	Congresso Sionista	Discussões sobre o Estado de Israel. Basiléia, Suíça
1916	Declaração de Balfour	1º Ministro britânico reforça o “Lar judeu na Palestina”
1918	Acordo Sickes-Picot	Acordo entre França e Inglaterra para divisão do OM
1948	Criação Estado de Israel	David Ben Gurion cria o Estado Israelense a 20 Maio 1948
1956	Crise de Suez	Nacionalização do canal por Nasser cria crise regional
1967	Guerra dos Seis Dias	Israel impõe 1ª derrota à Liga Árabe. Territórios ocupados
1973	Guerra do Yom Kippur	Israel impõe 2ª derrota à Liga Árabe. 1ª Crise do Petróleo
1979	Acordo de Camp David	Israel estabelece a paz com o Egito e devolve o Sinai
1991	1ª Invasão Iraque	Saddam Husseim invade o Kuwait
1994	Acordo de Oslo	Israel e OLP definem metas para paz baseada em 2 Estados
2003	2ª Invasão Iraque	Ocorrida no contexto da resposta dos EUA ao 11 Setembro
2010	1º ataque Ciber ao Irã	Vírus “Stuxnet” incapacita operações da Usina de Bushehr
2011	Primavera Árabe	Onda de manifestações democráticas estreme o OM
2014	Acordo nuclear Irã	Barack Obama firma acordo com o país xiita
2015	Guerra da Síria	Primavera Árabe alcança a Síria e Assad chega ao foco
2015	Guerra no Iêmen	Disputas Arábia Saudita x Irã chega ao Iêmen com houtsis
2021	2º ataque Ciber ao Irã	“Malware” indefinido ataca operações da Usina de Bushehr

(Elaborada pelo autor)

As disputas pela supremacia no mundo árabe entre os sunitas e xiitas caracterizada pela clara oposição entre Arábia Saudita e Irã tem apresentado reflexos em questões diversas. A Guerra no Iêmen que vem desde 2014 entre a coalisão liderada pelo reino saudita e os rebeldes “houtsis” apoiados pelo Irã é um destes. Outro que vem sendo observado, é o da aproximação entre Israel e o país da Península Arábica, dos judeus com vários outros Estados islâmicos de maioria sunita, além da Autoridade de Palestina, da Jordânia e Egito. Assim, naturalmente a influência iraniana no OM tem sido limitada, e um possível Estado Palestino parece se tronar mais próximo. (BBC NEWS, 2020)

“(…) O conflito escalou dramaticamente em março de 2015, quando a Arábia Saudita e outros oito países árabes, principalmente sunitas e apoiados pelos Estados Unidos, Reino Unido e França, fizeram ataques aéreos contra os hutis com o objetivo declarado de restaurar o governo de Hadi. A coalizão temia que o sucesso dos hutis daria ao Irã, rival regional e país majoritariamente xiita, um ponto de apoio no Iêmen, vizinho da Arábia Saudita. A Arábia Saudita disse que o Irã está apoiando os hutis

com armas e suporte logístico, o que o Irã nega. Os dois lados vêm sofrendo com as lutas internas. Os hutis romperam com Saleh e combatentes seus o mataram em dezembro de 2017 (...)”. Redação BBC News Mundo, novembro de 2018. A Guerra no Iêmen. Disponível em www.bbc.com/portuguese/internacional46322964. Acessado em 27 de setembro de 2021. “No início de agosto de 2020, Israel e os Emirados Árabes Unidos chegaram a um acordo a fim de normalizar as relações diplomáticas entre os países. Até aquele momento, das nações árabes, apenas o Egito e a Jordânia mantinham relações diplomáticas com Israel. Assim sendo, os Emirados Árabes Unidos se tornaram o terceiro país a estabelecer esses laços (...) esse Acordo entre Israel e Emirados Árabes faz parte de uma empreitada estadunidense iniciada em 2020, a fim de promover a paz no Oriente Médio por meio do chamado “Acordo do Século“. Entenda o acordo histórico anunciado entre Israel e Emirados Árabes. Disponível em www.politize.com.br/acordo-israel-emiradosarabes. Acessado em 27 de setembro de 2021, às 11 h 27.

A Questão Palestina manteve-se entre 2001 e 2021 em epígrafe por conta das interações políticas entre Israel e um possível Estado Árabe. Evidenciou-se isso no conflito israelense contra o Hezbollah em 2006 e contra o Hamas em 2021, bem como na recente aproximação do país judeu com governos de orientação sunita, o que acirrou as disputas pela hegemonia regional entre a Arábia Saudita e o Irã (xiita). Os EUA tiveram papel importante entre 2017 e 2020 nesse processo que visou isolar os persas, os quais, por sua vez, buscaram se aproximar de Rússia e China. Neste contexto, os ataques cibernéticos (Atq Ciber) ao Irã em 2010 (usinas nucleares de “Busherhr” e “Natanz”, ciber vírus “Stuxnet”) e em 2021 (usina nuclear de Natanz, “malware” indeterminado) marcam a questão. (GONZAGA, 2008; ZETTER, 2017)

Tabela 02 – ano de surgimento dos principais atores no Oriente Médio (OM) e Ásia Central (AC) após 1948. Fonte: KOSHIBA, L. PEREIRA, D. M. F. História Geral e do Brasil. Edição revista, atualizada e ampliada. Editora Atual. Rio de Janeiro. RJ. 2008. (Elaborada pelo autor)

Ano	Ator	Orientação	Fundador	Sede
1959	Fatah	Sunita	Yasser Arafat	Palestina
1964	OLP	Sunita	Liga Árabe	Palestina
1982	Hezbollah	Xiita	Resistentes à invasão	Libano
1987	Hamas	Sunita	Ismail Haniya	Palestina
1993	Autoridade Palestina	Sunita	Negociadores do acordo	Palestina
1988	Al Qaeda	Sunita	Osama Bin Laden	Paquistão
2003	Estado Islâmico	Sunita	Abu Musab Al Zarqawi	Iraque

“(…) Especialistas israelenses afirmam que o Stuxnet foi desenvolvido para tentar frear o programa nuclear iraniano. Dada a sua complexidade sem precedentes, é impossível que tenha sido

criado por um hacker solitário. Tudo aponta para uma equipe de profissionais que teve meios e dinheiro suficiente e, pelo, menos, seis meses de tempo para prepará-lo. Fontes afirmam que apenas Israel e Estados Unidos dispõem de recursos necessários para criar um vírus tão agressivo e complexo quanto o Stuxnet (...) Essa é uma guerra de nova geração e os serviços de inteligência israelenses levam anos aprimorando sua capacidade ofensiva e defensiva (...). Irã sofre um ataque cibernético massivo. Disponível em veja.abril.com.br/mundo/irasofre-um-ataque-cibernetico-massivo/. Acessado em 27 de setembro de 2021, às 12 h 01.

A Primavera Árabe ocorrida no Oriente Médio (OM) entre 2011 e 2014 iniciou-se como uma contestação ao estamento político estabelecido na região. Tais fatos mostraram-se claros com as quedas de Kadhafi na Líbia, de Hosni Mubarak no Egito e as pressões sobre Assad na Síria. Cada ator global teve um posicionamento específico. Os EUA buscaram manter suas alianças na região com Israel por um lado e com a Arábia Saudita de outro. A Rússia deu forte sustentação a Assad. A China manteve sua postura de não intervenção em assuntos internos de outros países. Neste contexto, as redes sociais tiveram papel importante como parte da comunicação social (Com Soc) para as populações envolvidas. (POLITIZE, 2021)

“(...) Em 2010, o Oriente Médio e o norte da África foram sacudidos por uma série de revoltas populares que ainda trazem consequências para a região. Habitantes de países como Tunísia, Líbia e Egito foram às ruas para protestar contra governos repressivos e reivindicar melhores condições de vida. O movimento ganhou o nome de Primavera Árabe. O termo “Primavera Árabe” foi popularizado pela mídia ocidental no início de 2011, após a revolta bem-sucedida ocorrida na Tunísia contra o governo repressivo do expresidente Zine El Abidine Ben Ali (...)” A Primavera Árabe. Disponível em www.politize.com.br/primavera-arabe. Acessado em 27 de setembro de 2021, às 12 h 19.

Na esteira dos eventos da Primavera Árabe, potencializados pela retirada do EUA do Iraque entre 2007 e 2011, a Síria foi fortemente abalada por um conflito interno que acabou por atrair os 3 atores globais e a Questão Palestina. Tais fatos ficaram claros com os combates ocorridos entre o emergente Estado Islâmico (EI), as forças centrais de Assad, a coalizão entre EUA e Rússia, os interesses turcos contra os curdos, contra o PKK e a favor da Europa. Após depreciar o suficiente o EI, os EUA negociaram sua saída e a conseqüente assunção do protagonismo da Rússia que culminou com a permanência de Assad no poder, não obstante a decepção dos turcos que contavam com sua queda para anexar o Curdistão. Assuntos Cívicos (As Cv), Com Soc e Operações Psicológicas (Op Psc) estiveram em alta no conflito. (BBC NEWS, 2021)

“(…) Um braço do grupo extremista autodenominado Estado Islâmico, chamado Estado Islâmico Khorasan, assumiu a autoria do ataque — e os Estados Unidos responderam com ataque de drones que teriam matado ao menos três membros do Estado Islâmico, entre eles o responsável por planejar o atentado. Desde a chegada do Talebã ao poder, a comunidade internacional tem sob escrutínio tanto o Estado Islâmico quanto a Al Qaeda, dois grupos enfraquecidos, mas que buscam se fortalecer após o colapso do governo afegão e a retirada das tropas ocidentais do país. (...)”. A extensão e a presença do Estado Islâmico e Al Qaeda no Afeganistão e sua relação com o Taleban. Disponível em www.bbc.com/portuguese/internacional58357322. Acessado em 27 de setembro de 2021, às 15 h 17.

O ataque às Torres Gêmeas planejado e executado pela organização terrorista Al Qaeda em 11 de setembro de 2001 no território dos EUA promove o surgimento da importância dos atores não-estatais. A chamada “Guerra ao Terror” iniciada pela administração de George W. Bush com a invasão ao Afeganistão visava derrubar o regime instalado no país da Ásia Central (AC) desde 1996, e para capturar Osama Bin Laden. À época, os poderes perceptíveis da FR e RPC não estavam devidamente aquilantados para se oporem direta ou indiretamente à iniciativa norte-americana. Neste contexto, a Inteligência (Intlg) que parece ter faltado na prevenção ao “11 SET 01” foi amplamente empregada em solo afegão pelos EUA. (RIVKIN, 2021)

A invasão do Afeganistão, a situação do Iraque pós queda de Saddam Hussein e a Guerra na Síria guardam pontos convergentes com as disputas pela supremacia do mundo islâmico e, conseqüentemente, pela postura dos atores globais na questão. Naturalmente, Taleban e Al Qaeda possuem proximidade por conta da origem comum sunita, o que justifica, em parte, o país afegão ter servido de base de apoio a Osama Bin Laden para o 11/09/2001. Já o Estado Islâmico (EI), ISIS ou Daesh, surgido no Iraque em 2003 e ator relevante na Síria a partir de 2014 como consequência da Primavera Árabe (2011), em que pese sunita, o é da vertente ortodoxa e wahabita. Tal fato fê-lo se opor aos grupos da AC e, por conseguinte, receber apoio do Irã na Síria. Enquanto nas questões afegã e iraquiana citadas a FR e RPC, respectivamente, opôs-se e manteve-se neutra, já na Guerra da Síria os EUA e os russos compuseram coalisção contra o EI. (CUETO, 2021)

A derrubada do regime Taleban no Afeganistão pelos EUA permitiu sua entrada e exploração do rico território localizado na Ásia Central (AC). A região possui importantes reservas de petróleo e, principalmente, de gás natural vitais para a Europa. As infraestruturas críticas Baku–Tbilisi–Erzurum (BTE), Bacu–Tbilisi–Cheyan (BTC), NABUCCO, “North Stream”, “South Stream”, “Blue Stream”, Brotherhood e Yamal-Europa são exemplos de dados que sempre estão nos cálculos geopolíticos da FR no que tange à sua relação com os EUA, a Europa e a OTAN. Igualmente ocorre com o gasoduto TAPI. (AUTOR, 2021)

Já as grandes reservas de cobre e lítio do Afeganistão tornaram-se verdadeiros prêmios para os chineses, maiores produtores de carros elétricos do mundo, com a

recente assunção do Afeganistão pelo Taleban (18 Ago 21), considerando que desde 01 Ago 21 China e o até então ator não estatal firmaram acordo estratégico de longo prazo. Assim, em que pese a Intlg de combate ter sido utilizada pelos norte-americanos entre 2001 e 2021, parece que faltou na recente retirada uma mais profunda análise estratégica das potencialidades econômicas do país islâmico como ponto focal na geopolítica energética na AC. (MELO, 2021)

Figura 01 - Principais infraestruturas críticas da Ásia Central (AC). Fonte: A estratégia da empresa ucraniana Naftogaz para enfrentar o contencioso do gás entre Rússia e Ucrânia – CEIRI NEWS – Jornal de Relações Internacionais. Disponível em [https://ceiri.news/diplmacia do gás](https://ceiri.news/diplmacia%20do%20g%C3%A1s). Acessado em 21 de setembro de 2021, às 19 h 47



A saída norte-americana do Afeganistão temse mostrado eivada de diversas oportunidades de melhoria. Sem a completa neutralização do EI na Síria, a “Guerra ao Terror” aparentemente poderá ter novas ocorrências integradas ao Grande Jogo Global. Antes da retirada completa dos EUA prevista para 11 Set 21, o Taleban em 18 Ago 21 assumiu o controle do Afeganistão. A Rússia não evacuou qualquer nacional ou funcionário diplomático seus. A China já houvera anunciado acordo com o grupo terrorista em 01 Ago. Para tanto, os herdeiros “Mujahedim”contaram com falhas operacionais e logísticas do Exército Afegão. (PODER 360, 2021)

“(…) Co-fundador do grupo jihadista foi recebido em Tianjin pelo ministro dos Negócios Estrangeiros chines. Retirada dos EUA aproveitada por Pequim para garantir estabilidade das infraestruturas da Nova Rota da Seda e expandir influência na região (...) A retirada de tropas norte-americanas e na OTAN do Afeganistão, ao fim de duas décadas, aparentemente será aproveitada por Rús-

sia e China para adotarem o protagonismo necessário à reconstrução do país da Ásia Central, e garantir que a instabilidade interna afegã não afete seus respectivos interesses (...)” Lima, A. S (30 de julho de 2021, às 20 h 28) - Encontro de alto nível com os Talebanes reforça ambições da China no Afeganistão. Disponível em www.publico.pt/2021/07/30/mundo/noticia/encontroalto-nivel-taliban-reforca-ambicoes-china-afeganistao1972444. Acessado em 27 de setembro de 2021, às 15h33.

Além de forças armadas despreparadas, a retirada deixou como saldo ricas reservas de petróleo, gás, cobre e lítio sob potencial domínio da Organização de Cooperação de Shangai (OCS) – FR e RPC. Vencida a resistência no Vale do Panjshir, o Taleban passa a exercer a efetiva administração do país, e de considerável arsenal militar deixado pelos EUA. A situação descrita pode exsudar para Paquistão e Índia no que tange à questão da Cashemira. Washington abriu vácuo de poder rapidamente ocupado por Moscou e Pequim, esta segunda particularmente interessada em incluir o Afeganistão em sua BRI (infraestruturas críticas citadas). Neste contexto, é válido ressaltar que algumas das principais plataformas de rede sociais (“Watts Up”, “Facebook” e “Twiter”) servem atualmente como ferramentas de Intlg, As Cv, Op Psc e Com Soc ao Taleban para sua transição de força paramilitar para ator estatal. (PODER 360, 2021)

“(…) Cyber geopolítica: quando o Taliban usa as redes sociais para ganhar poder, ganhar simpatizantes. Ele é uma organização política, acima de tudo, e é capaz de se infiltrar nas escolas, nas forças armadas. E agora, nas redes sociais. (...) Mas, ao contrário do EI, a facção extremista que agora domina o Afeganistão não destila ódio nas redes e foge do banimento de empresas como o Facebook ou o Twitter. O Taliban evita posts com linguagem violenta, ao contrário do EI (...) em seu ápice, o Estado Islâmico chegou a ter, em média, 70 mil contas no Facebook, Twitter e Telegram (...) De fato, manter as redes sociais e apps de mensagem populares no Afeganistão, como WhatsApp e Telegram, parece melhor do que a alternativa contrária. (...) Agora, 9 em cada 10 usam um dispositivo pessoal de acesso, enquanto 40% conseguem navegar pela internet. Knoth, P. (20 de agosto de 2021, às 15 h 58) – Redes sociais fortalecem volta do Taleban, avaliam especialistas. Disponível em www.tecnoblog.net/482775/redessociais-fortalecem-volta-do-taliban-avaliamespecialistas/. Acessado em 27 de setembro de 2021, às 15h48.

Conclui-se parcialmente no que tange às áreas de disputas geopolíticas OM e Afeganistão que as interações entre os atores globais em comento têm pontos fortes que direcionam à importância das 6 capacidades requeridas da informação (CRI) no atual contexto da dimensão física. (AUTOR, 2021)

b. Ucrânia, sudeste asiático e Venezuela

As interações entre os três atores globais em comento entre 2001 e 2021 vêm também propiciar possíveis releituras de postulados estratégicos oriundos da Guerra Fria. A ação na Criméia marcou para a Rússia a retomada de seu protagonismo como potência mundial a partir de seu espaço vital (Ratzel) e poder terrestre (Makinder). Já a China vem baseando a busca pelo aumento de protagonismo sobre sua área de influência no expansionismo marítimo e reestruturação de sua Armada com vistas a se apossar de fundamentais “hotspots” em seu espaço vital (Mahan). (SPE, 2017)

Em 2014, após a Ucrânia manifestar intenção de entrar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Rússia viu-se ameaçada em seu espaço vital. Este aspecto mostrou-se claro no conflito promovido pelo país eslavo pela posse da região da Criméia no leste ucraniano, o que lhe garantiu pela base naval de Sebastopol acesso a águas quentes. Os EUA posicionaram-se contra apoiados pela ONU e OTAN, enquanto a China manteve-se neutra na questão, muito provavelmente pelo seu maior alinhamento com os russos na OCS e no fórum multilateral BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Nesse contexto, os russos anexaram a região pregando a defesa de minorias eslavas, utilizando forte propaganda pró Rússia e empregando medidas de ataque eletrônico (MAE) sobre tropas ucranianas. (TAMMARO, 2021)

“(…) assim como o organismo necessitaria de ar para respirar, os Estados necessitariam de espaço vital e de recursos para sobreviver. Competem, por isso, de forma constante pelo espaço vital. O crescimento dos Estados se processa pela amalgamação e absorção de unidades menores, em regra, uma após outras. Neste processo, tendem a absorver valiosos setores políticos: litorais, leitos de rios, planícies, regiões ricas em recursos.” Teoria de crescimento dos Estados e o Espaço vital. RATZEL, apud Seção de Política e Estratégia (SPE) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 2017.

A FR não hesitou em adotar um processo operativo baseado no “Multi-Domain Battle” (MDB), o múltiplo domínio do espaço de batalha. Algumas das ações executadas na parte leste da Ucrânia, a Criméia, próximo à fronteira russa foram: mobilizou tropas convencionais (56ª Brigada de Assalto), infiltrou elementos de Forças Especiais, derrubou as comunicações estratégicas na área de operações por 48 horas, empregou massiva campanha informacional pró russa-contra ucraniana, e, à luz de Huntington, colocou em curso claro processo de “russoficação” de minorias eslavas a favor da FR na região de conflito. Ficou clara a pouca capacidade de gerenciamento da questão pela ONU. Os EUA igualmente limitaram-se à retórica diplomática. A RPC, à luz do alinhamento na OCS e BRICS, manteve-se neutra. Assim, a partir da Base Naval de Sebastopol, e calcada em um conflito de baixa intensidade, a FR anexou a Criméia mantendo a defesa de minorias russas no leste ucraniano como o ponto focal de seu discurso oficial. (PERKINS, 2017; PIRES, 2018)

“(…) Durante meses, um Estado-Nação infiltrou-se secretamente nas redes críticas de um Estado vizinho enquanto concentrava forças blindadas ao longo da fronteira comum com um aliado dos EUA. Enquanto o adversário se prepara para lançar um ataque cibernético massivo em seu Estado vizinho, seus tanques são preparados para rolar pela fronteira. Perto dali, uma Divisão dos EUA, engajada em um exercício de treinamento aliado, prepara-se para se tornar a primeira linha de defesa contra a agressão. Sem o conhecimento do adversário, as Forças Aliadas e dos EUA fortalecem suas redes e, ao mesmo primeiro indício de agressão, temporariamente cortaram a energia de uma cidade próxima para enganar o inimigo. Simultaneamente, um navio de guerra dos EUA dispara um míssil de Pulso Eletromagnético (EPM) no adversário, desativando seus sistemas eletrônicos (...)” Ciberespaço em batalha multidomínio. NAKASONE, P.M et LEWIS, C. The Cyber Defense Review 2 (1), 15-26, 2017.

“(…) nos conflitos do século XXI a tendência do mundo será se alinhar por identidades culturais. As civilizações vão entrar em choque entre si. Um elemento de uma civilização, mesmo que isolado geograficamente, será auxiliado pela sua civilização-núcleo. Particularmente, a América do Sul não pertence à civilização ocidental, e sim à latino-americana.” Choque de Civilizações. HUNTINGTON, 1998, apud Seção de Política e Estratégia (SPE) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 2017.

É nítida a postura da China na releitura atualizada de Mahan no seu espaço vital a partir de 2010 em relação ao arco marítimo entre Índia, sudeste asiático, mar do sul da China e Japão. A região tornou-se foco de disputas com base nos Estreitos de Málaka e Tonkin, nas Ilhas Spratley e Paracel e no “status” político de Taiwan. Particularmente neste ponto, dentro do conceito de uma única China, o país asiático tem como objetivo nacional permanente jamais prescindir da anexação oficial de Formosa. A Rússia se mantém neutra. Os EUA articulam a contenção (Spykman) ao claro expansionismo chinês com bases indiana, taiwanesa, indonésia, australiana e japonesa. (SPE, 2017)

“(…) a terra é quase sempre um obstáculo e o mar uma planície aberta. Uma nação capaz de controlar essa planície por meio do poder naval, e ao mesmo tempo consiga manter uma grande marinha mercante, pode explorar as riquezas do mundo. Sob o aspecto geoestratégico, é de fundamental importância o controle dos “hotspots” - áreas críticas para a navegação (...)”. Mahan, o “Clausewitz do Mar”, apud Seção de Política e Estratégia (SPE) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 2017.

“(…) Sem dúvida, qualquer conflito futuro será cada vez mais complexo e distribuído, envolvendo ações em vários domínios: terrestre, aéreo, marítimo, espacial e cibernético – nos diversos escalões – por muitas vezes simultaneamente. O conceito nascente do MultiDomain Battle (MDB), Batalha de Múltiplo Domínio, já está afetando as decisões operacionais e recursos, especialmente no Indo-Pacífico asiático.” O IndoPacífico e o conceito de MDB. BROWN R.B, 2021

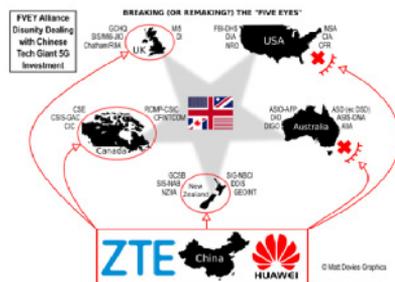
A estratégia de contenção dos EUA (Spykman) vem sendo feita não só na dimensão física. O grupo “Quadrilateral Security Dialogue” (Quad) – EUA, Austrália, Índia e Japão - busca intensificar seus laços econômicos e de segurança com o objetivo de manter “os oceanos livres e abertos” para o tráfego marítimo. A aliança militar de compartilhamento da inteligência de sinais “Five Eyes” (FVEY) – Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA - busca se contrapor nos espaços de batalha informacional e humano explorando possíveis vulnerabilidades chinesas no indo-pacífico e sudeste asiático. (BBC, 2021; POLITIZE, 2021; SPUTNIK NEWS, 2021)

A aliança estratégica AUKUS (Austrália, Reino Unido e Estados Unidos) recentemente anunciada (16 Set 21) irá expandir as capacidades operacionais da Marinha de Guerra australiana com a dotação de submarinos nucleares. Para fins de OTAN e União Europeia, desagradou a França pela perda de um contrato prévio de € 60 bilhões em produtos de defesa similares. Mas, para fins de Indo-Pacífico, será mais um elemento a elevar as tensões com a China. Neste contexto, Intlg, Op Psc, Com Soc e As Cv têm sido fortemente utilizados para legitimar junto à Comunidade Internacional as ações de todos envolvidos. (BBC, 2021; POLITIZE, 2021; SPUTNIK NEWS, 2021)

Figura 02 – Comparação do poder de combate naval entre os países da Aliança AUKUS 2021 e a China. Fonte: Aukus: Reino Unido, EUA e Austrália lançam pacto para combater a China. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world> – 585648637. Acessado em 21 de setembro de 2021, às 19h54



Figuras 03, 04 e 05 – Reivindicações no Mar do Sul da China, “The QUAD” e “The Five Eyes”. Fonte: Disponíveis em Diálogo quadrilateral de segurança - Wikipédia (wikipedia.org) e The Five Eyes - Wikipédia (wikipedia.org). Acessado em 21 de setembro de 2021, às 20 h 10.



A atual situação da Venezuela já trouxe o Grande Jogo Global para o arco norte da Pan Amazônia. Os interesses da OCS buscam atrair o país caribenho para sua esfera de influência. Rússia e China almejam criar um enclave geopolítico no espaço vital dos norte-americanos. A dicotomia “Rimland” x “Heartland” transcende o aspecto físico e alcança as áreas de influências geopolíticas. São as novas fimbrias de Spykman. (SPE, 2017; SANTOS 2018; SPUTNIK NEWS, 2021).

Figura 06 – Rimland x Heartland. Fonte: Disponível em Rimland x Heartland - Wikipédia (wikipedia.org). Acessado em 21 de setembro de 2021, às 20 h 24.



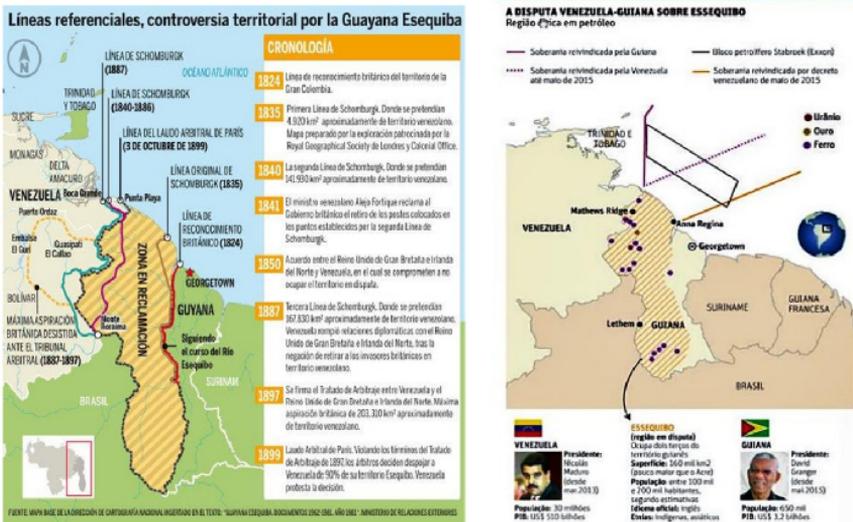
“(…) Mackinder e Spykman são bem diferentes. Em Mackinder há um padrão de conflito na história - que entre o poder do mar e o coração. Em Spykman, no entanto, há dois — que entre o poder marinho e o coração, e que entre um centro independente de poder na borda com força marítima e coração aliado contra ele. Esses padrões se alternam em torno da distribuição de mudança de energia dentro de regiões importantes da borda. É esse dualismo em Spykman que é ignorado. Visões convencionais de Spykman vêem apenas o primeiro padrão em sua estrutura, que suporta sua ligação com Mackinder. No entanto, foi o segundo padrão que ele viu como coincidindo com grandes guerras nos tempos modernos. O primeiro é real, mas não é mais o tema que é predominante em Mackinder (…)” Entre Mackinder e Spykman: Geopolítica, contenção e depois. GERACE, M. P páginas 347-364. Taylor Francis On Line publicado em 24 de setembro de 2007. Disponível em www.tandfonline.com. Acessado em 28 de setembro de 2021, às 11 h 43, apud SPE ECEME, 2017

A Venezuela até 1999 era um dos países mais ricos da América Latina (AL) em termos de reservas de petrolíferas. Entre 2000 e 2013, seu PIB e renda “per capita” foram severamente depreciados pelas políticas de má utilização da infraestrutura nacional principalmente da PDVSA, a petrolífera estatal. A despeito de seu claro empobrecimento, o país ainda faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), dado que, além de surreal, é mais simbólico do que efetivo considerando seu recente histórico e sua atual realidade. A transição do poder de Hugo Chavez para Nicolás Maduro intensificou tal processo, potencializado pelo crescente

isolamento político do país a partir da atuação dos EUA, aspectos que combinados, culminaram com grave crise humanitária a partir de 2018 cujo principal reflexo para o Brasil foi o da Operação Acolhida. (SPE, 2017; SANTOS 2018)

Buscando sustentação, o regime venezuelano aproxima-se gradativamente da OCS e do Irã. A FR e a RPC têm interesses diretos no petróleo existente na foz do Rio Essequibo. O país do OM estabeleceu parceria estratégica para fins de cooperação em diversos campos do poder, com destaque para o econômico e psicossocial. A China busca incluir a Venezuela como importante ponto de apoio à sua BRI na área de influência direta dos EUA. Neste contexto, Intlg, Op Psc, Com Soc e As Cv têm sido fortemente utilizados para legitimar junto à Comunidade Internacional as ações de todos envolvidos. (SPE, 2017; SANTOS 2018)

Figuras 07 e 08 – Questão do Essequibo. Fonte: Disponível em Questão do Essequibo - Wikipédia (wikipedia.org). Acessado em 21 de setembro de 2021, às 20 h 31.



“(…) Venezuela, Rússia, China, Coreia Popular e Irã anunciaram a formação de um novo bloco dentro da Organização das Nações Unidas. A proposta, apoiada por 17 países, vem sendo debatida desde 2019 e busca defender a carta de fundação da ONU contra o “unilateralismo” dos Estados Unidos (...) “É um passo a mais nessa guerra de posições entre China e Estados Unidos. Na semana passada, houve uma reunião do QUAD, uma articulação entre Austrália, Japão, Índia e EUA, criada há anos para isolar a China no contexto asiático. Com Trump, esse grupo assumiu caráter militar e Biden está dando continuidade”, analisa Giorgio Romano Schutte, professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (...)

“Esta aliança favorece os interesses da China, já que a Venezuela possui a primeira reserva energética mundial e já se demonstrou

que esse capitalismo verde que Estados Unidos pretende posicionar na opinião pública não parece ser tão efetivo, imediato e nem ecológico”, destaca o especialista em comunicação política, Orlando Romero (...)” Rússia, Irã, China e outros 13 países formam coalizão para resistir a sanções unilaterais. Disponível em www.br.sputniknews.com. Acessado em 28 de setembro de 2021, às 12 h 05.

Infere-se parcialmente no que tange às áreas de disputas geopolíticas Ucrânia, SE asiático e Venezuela que as interações entre os atores globais em comento têm pontos fortes que apontam para a relevância das 6 capacidades requeridas da informação (CRI) no atual contexto da dimensão física. (AUTOR, 2021)

3. CONCLUSÃO

O Grande Jogo Global tem potencial para impactar as relações internacionais a nível global por conta do poder perceptível dos atores estatais envolvidos. (AUTOR, 2021) Em síntese, conclui-se finalmente que a importância e a relevância das 6 CRI congregam fatos e fatores que revelam o aspecto central da análise integrada das 3 dimensões do combate (física, humana e informacional) no contexto dos fatores operacionais. (AUTOR, 2021) Com relação às áreas de influência OM e Afeganistão, o contexto em análise tem os seguintes pontos convergentes com a atual Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro (DMT EB, 2019) (EB20-MF10.102): a inteligência israelense envolvida nos ataques cibernéticos (vírus “Stuxnet” e o “malware” indeterminado) ao Irã em 2010 e 2021, a Com Soc pelas redes sociais empregada na Primavera Árabe, As Cv, Com Soc e Op Psc na Guerra da Síria e Intlg, Op Psc, Com Soc e As Cv utilizados para legitimar junto à Comunidade Internacional os atores estatais e não estatais no Afeganistão (2001 a 2021). (AUTOR, 2021)

Com relação às áreas de influência Ucrânia, SE asiático e Venezuela, o contexto em análise tem os seguintes pontos convergentes com a atual Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro (DMT EB, 2019) (EB20-MF-10.102): As Cv (defesa de minorias), Com Soc, Op Psc e GE utilizadas pela Rússia na Criméia, a Intlg de sinais e humana do “The Quad”, “The Five Eyes” e AUKUS em oposição à China no SE asiático e indo-pacífico e Op Psc, Com Soc e As Cv utilizados para legitimar junto à Comunidade Internacional os atores estatais e não estatais na Venezuela. (AUTOR, 2021)

Isto tudo posto, pode-se afirmar que o Grande Jogo Global representa a transição da Guerra Fria bipolar do século XX para a multipolar atual. Evidencia-se tal assertiva pela interação e coexistência entre as Eras Industrial com a do Conhecimento/Informação, observando-se a preponderância desta segunda. (AUTOR, 2021)

Neste contexto, por fim, três são os aspectos culminantes: o desequilíbrio no poder de combate na dimensão física entre os contendores é um óbice que pode ser mitigado pelas dimensões informacional e humana; o que garante a liberdade de

ação na dimensão física é a superioridade informacional sobre públicos-alvo específicos; e, para tanto, as 6 CRI devem ser empregadas de forma sincronizada no espaço e no tempo. (AUTOR, 2021)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Congresso Nacional. (1988), Constituição Federal.

_____, Ministério da Defesa. (2020) Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa

_____, Ministério da Defesa. (2020) Livro branco de Defesa Nacional.

_____, Ministério da Defesa. (2007), MD51-M-04 Doutrina Militar de Defesa.

_____, Ministério da Defesa. (2011), MD30-M-01 - Doutrina de Operações Conjuntas

_____, Ministério da Defesa. (2014), MD 31_M_07 - Doutrina Militar Defesa Cibernética

_____, Ministério da Defesa. (2018), CIDOC – Comissão Interescolar de Doutrina de Operações Conjuntas

_____, Ministério da Defesa. (2007), MD 34-M-02 - Manual de Operações de Paz

_____, Ministério da Defesa. (2013), MD-34-M-03 - Manual de DICA

_____, Ministério da Defesa. (2014), MD33-M-08 - Manual de Operações ENC

_____, Ministério da Defesa. (2014), MD33 M 10 - GLO

_____, Ministério da Defesa. (2017), MD33-M-12 – Operações Interagências

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2003), C20-1 – Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército.

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-C-07.001 - Catálogo de Capacidades do Exército.

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2016), EB70-MC-10.341 – Lista de Tarefas Funcionais.

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2019), EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre (DMT)

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2014), EB20-MC-10.211 - Processo de Planejamento e Condução de Operações Terrestres (PPCOT).

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2017), EB70-MC-10.223 - Manual de Operações.

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2014), EB20-MC-10.202
- A Força Terrestre Componente

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2014), EB20-MC-10.301
- A Força Terrestre Componente nas Operações.

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-MC-10.203 -
Movimento e Manobra

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-MC-10.204
- Logística

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-MC-10.205
- Comando e Controle

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-MC-10.206
- Fogos

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-MC-10.207
- Inteligência

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-MC-10.208
- Proteção

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2014), EB20-MC-10.209
- Geoinformação

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2014), EB20-MC-10.214
- Vetores Aéreos da Força Terrestre

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2014), EB20-MC-10.215
- Operações de Dissimulação

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB70-MC -10.307
Planejamento de Emprego da Inteligência Militar

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB20-MF-10.107
- Inteligência Militar Terrestre

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2009), C 34-1 - Emprego
da Guerra Eletrônica

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), EB70-MC-10.232
- Guerra Cibernética

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2009), C 45-1 – Comuni-
cação Social

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (1999), C 45-4 - Operações
Psicológicas

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2013), EB20-MC-10.201
- Operações em Ambiente Interagências

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2014), Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) 001-14 C Dout Ex – Operações de Ajuda Humanitária

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2015), Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) 001-15 C Dout Ex – Metodologia de Planejamento de Operações de Informação

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2016), Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) 001-16 DECEX – Assuntos mortuários em Campanha

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2016), Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) 002-16 DECEX – O Apoio de Saúde nas Operações.

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2016), EB60-ME-12.401 – Manual Escolar DECEX Trabalho de Estado-Maior

_____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2017), EB60-ME-11.401 – Manual de Ensino DECEX DAMEPLAN.

ECEME, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (2017), Bloco de Instruções sobre Teorias do Poder, Estado, Guerra, Geopolítica e Relações Internacionais. Teóricos Clássicos, Teóricos Contemporâneos e Pensadores Brasileiros. SPE, Rio de Janeiro.

ECEME, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (2018), Seção de Ciências Gerais. Bloco de Instruções Matérias Eletivas. Cultura Estratégica. SPE, Rio de Janeiro.

SANTOS, Marcus Vinicius Ferreira. Maj Inf QEMA Exército Brasileiro. “As influências do fator tempo x distância para a concentração estratégica na Amazônia Legal Brasileira – sub-região do Planalto das Guianas (Operação Acolhida x Questão do Essequibo).” Artigo apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para conclusão da Matéria Eletiva de Cultura Estratégica. ECEME, Rio de Janeiro, 2018

KOSHIBA, L. PEREIRA, D. M. F. História Geral e do Brasil. Edição revista, atualizada e ampliada. Editora Atual. Rio de Janeiro. RJ. 2008.

ADAS, Melhem. (2018), O quadro político e econômico do mundo atual. Rio de Janeiro, Editora Moderna

ADAS, Melhem; ADAS, Sérgio. (2019), Expedições geográficas 9º ano. Rio de Janeiro, Editora Moderna

CARVALHO, Fábio; CIVITA, Roberto; CIVITA, Victor. (2015), Almanaque Abril Mundo. Rio de Janeiro, Editora Abril

Diversos autores. (1º e 2º semestres de 2020-1º semestre de 2021), Revista Atualidades. Rio de Janeiro, Editora Abril.

GUILHERME Ribeiro Tolotti. LEONARDO Mendes Antunes. MATHEUS de Souza Nascimento.

RODRIGO Adolfo Schein. “O modelo geopolítico do Oriente Médio”. Revista eletrônica Materializando Conhecimentos volume 7, setembro de 2016. Disponível em www.redeicm.org.br/revista/wp-content/uploads/sites/36/2019/06/a6_modelo_geopoliticoe.pdf. Acessado em 28 de setembro de 2021.

Redação BBC News (10 Jan 2020). “As diferenças entre sunitas e xiitas, que explicam boa parte dos conflitos no Oriente Médio”. Disponível em www.bbc.com/portuguese/internacional-51068470. Acessado em 28 de setembro de 2021,

GONZAGA, André Luís. “A Política Externa Brasileira e a Questão Palestina: análise da Imprensa e da Diplomacia.” IPRI Banco de Teses e Dissertações. Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho (UNESP). 2008

ZETTER, Kim. “Contagem regressiva até zero day – a história de lançamento da primeira arma digital do mundo.” Tradução de Alan de Sá, Davidson Rodrigo Boccardo, Fabian Martins e Lucila Bento. Editora Brasport. 422 páginas. 2017.

Redação Politize! (26 Mar 2021). “10 anos da Primavera Árabe: entenda o que mudou desde as revoltas”. Disponível em www.politize.com.br/10-anos-da-primavera-arabe/. Acessado em 28 de setembro de 2021

LIMA, A. S (30 de julho de 2021, às 20 h 28) – “Encontro de alto nível com os Talebanes reforça ambições da China no Afeganistão.” Disponível em www.publico.pt/2021/07/30/mundo/noticia/encontro-alto-nivel-taliban-reforca-ambicoes-chinaafeganistao-1972444. Acessado em 27 de setembro de 2021

Redação BBC News (15 Mar 2021). “Por que a Guerra da Síria continua após 10 anos?”. Disponível em www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202. Acessado em 27 de setembro de 2021

RIVKIN, Amanda. “Entenda a cronologia do envolvimento dos EUA e da OTAN no Afeganistão”.

Redação DW Made for Minds (16 Ago 2021). Disponível em www.dw.com/pt-br/cronologia-doenvolvimento-dos-eua-e-otan-no-afeganistao/a-58880303. Acessado em 27 de setembro de 2021

CUETO, José Carlos. “Afeganistão: como a Al Qaeda, o Talibã e o Estado Islâmico diferem.”

Redação BBC News (30 Ago 21). Disponível em www.bbc.com/mundo/noticias-internacional58357236. Acessado em 27 de setembro de 2021

MELO, João. “Afeganistão, EUA e petróleo”. Redação Diário de Notícias (31 Ago 21). Disponível em www.dn.pt/opiniaofeganistao-eua-e-petroleo-14073442.html. Acessado em 27 de setembro de 2021

Redação Poder 360 (28 Set 21). “Oficiais testemunham sobre retirada de militares americanos do Afeganistão.” Disponível em [www.poder360.com.br/internacional/oficiais-testemunham-sobreretirada-de-militares-americanos-do-afeganistao/..](http://www.poder360.com.br/internacional/oficiais-testemunham-sobreretirada-de-militares-americanos-do-afeganistao/) Acessado em 27 de setembro de 2021

TAMMARO, Rodrigo. “Guerra pela península da Criméia é improvável, mas tensão deve perdurar”. *Jornal da USP* (10 MAIO 21). Disponível em jornal.usp.br/atualidades/guerra-pela-peninsula-da-crimeia-e-improvavelmas-tensao-deve-perdurar/. Acessado em 27 de setembro de 2021

PERKINS, David G. Gen Div Exército dos EUA. “Multi-Domain Battle”. Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA (TRADOC). *Military Review*, 2017

PIRES, Nuno. “O novo conceito de MDB e suas implicações na edificação de capacidades militares do Exército Português”. Instituto Universitário Militar (IUM) de Lisboa, Portugal, 2018. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/24378>. Acessado em 27 de setembro de 2021

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



FHE **POUPEX**

poupe.com.br

